



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E OS
DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BAURU - SP.**

Por

SERGIO AUGUSTO PORTES DE SOUZA

NAZARÉ PAULISTA, 2017



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E OS
DESAFIOS PARA SUA EFETIVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BAURU - SP**

Por

SERGIO AUGUSTO PORTES DE SOUZA

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

**PROF. DR. EDUARDO HUMBERTO DITT
PROF. MS. ROBERTO HOFFMANN PALMIERI**

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

**IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
NAZARÉ PAULISTA, 2017**

Ficha Catalográfica

Souza, Sergio Augusto Portes de
A Política Nacional de Assistência Técnica e
Extensão Rural e os desafios para sua efetivação no
município de Bauru, 2017. 122 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ - Instituto de
Pesquisas ecológicas

1. Assistência Técnica
2. Extensão Rural
3. Desenvolvimento Rural
4. Políticas Públicas
- I. Escola Superior de Conservação Ambiental
e Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

NAZARÉ PAULISTA, FEVEREIRO DE 2017

Prof. Dr. EDUARDO HUMBERTO DITT

Prof. Dra. CRISTIANA SADDY MARTINS

Prof. Dr. MARCUS PEIXOTO

DEDICO

À minha mãe Valdiva e meu pai Waldir por todo o apoio que oferecem para minha formação.

À minha irmã que sempre me apoiou em minhas decisões.

Aos meus tios, tias, primos e primas que sempre acompanharam a minha história e sempre me ajudaram.

À minha família amada, minha esposa Fabiana por sua paciência, minha filha Beatriz e meu filho Guilherme que nos enchem de orgulho e estão sempre ao meu lado nas horas boas e em momentos difíceis de nossas vidas.

Aos meus superiores imediatos do Banco do Brasil, Hélio Massao Kawano e Josué Lopes Gutierrez no incentivo e apoio para iniciar e concluir este Mestrado.

Ao Professor Doutor Eduardo Humberto Ditt pela sua paciência, orientação e amizade.

Ao Professor Roberto Palmieri pelo seu sempre presente incentivo, orientação e amizade.

Aos colaboradores e colaboradoras do site do IPÊ de Teodoro Sampaio nas visitas de campo, pela amizade e incentivo.

A todos do IPÊ de Nazaré Paulista pela amizade, incentivo, na ajuda e apoio com os documentos do aluno, transporte, alimentação, internet, uma adequada hospedagem, no atendimento na lojinha do IPÊ.

Aos funcionários da SAGRA e da CATI que concederam as entrevistas.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me conceder a vida com saúde e participar sempre ao meu lado de momentos alegres, aflições e por ter concedido todas as pessoas que estão ao meu lado e sempre me guiar.

Aos meus humildes, carinhosos e verdadeiros anjos da guarda: meus pais, por proporcionarem a oportunidade deste Mestrado e sempre com a determinação de educar-me, transmitir aos seus filhos o bem, a humildade e a honra.

À minha família amada, a minha esposa Fabiana pelo apoio e sempre estar ao meu lado e no carinho com a nossa família.

Aos funcionários do Banco do Brasil que concordaram com a minha liberação para realizar as aulas presenciais em Nazaré Paulista.

Aos professores do IPÊ, com quem tive a oportunidade de compartilhar e dialogar conhecimentos e experiências vividas nos mais variados assuntos e temas, possibilitando o início da minha caminhada e despertando meu interesse sobre o tema de minha pesquisa.

Aos meus orientadores professores Eduardo e Roberto que de forma democrática, participativa e com muita paciência me conduziram no caminho correto da minha orientação metodológica.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	v
LISTA DE TABELAS.....	3
LISTA DE FIGURAS	4
LISTA DE QUADROS	5
LISTA DE ABREVIações	6
RESUMO.....	9
ABSTRACT	11
A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO EM BAURU - SP	13
1. INTRODUÇÃO	13
1.1 – Conceitos de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil	19
1.2 – Breve histórico da ATER no Brasil	24
1.3 – Breve histórico da ATER no estado de São Paulo.....	29
1.4 - Breve histórico da ATER no município de Bauru	33
1.5 – A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.....	34
1.6 – Caracterização da agropecuária de Bauru	42
2. OBJETIVOS.....	54
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	55
4. RESULTADOS.....	58
4.1 Perfil das Instituições que trabalham com ATER	58
4.2 Público atendido pela ATER.....	60
4.3 Conhecimento dos extensionistas sobre a PNATER	62
4.4 A influência da PNATER sobre a ação da ATER	64
4.5 O trabalho da ATER em Bauru	67
4.6 Relato do evento realizado em Bauru, em setembro de 2016	70
5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES.....	72
5.1 O primeiro princípio: do desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente.....	73
5.2 O segundo princípio: a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural	75
5.3 O terceiro princípio: A adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública	78

5.4 O quarto princípio: a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencialmente para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis	79
5.5 O quinto princípio: equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia	84
5.6 O sexto princípio: A contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.....	85
6. RECOMENDAÇÕES	91
7. REFERÊNCIAS.....	118
ANEXO A	123
QUESTIONÁRIO DE CAMPO	123
ANEXO B	126
PRÁTICA DO GRUPO FOCAL	126
ANEXO C	128
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	128
ANEXO D	129
MATRIZ DE AMARRAÇÃO.....	129

LISTA DE TABELAS

<u>Tabela</u>	<u>página</u>
Tabela 1 - População residente no município de Bauru	43
Tabela 2 - Participação da Agropecuária na Economia Municipal (x 1.000)	44
Tabela 3 - Principais explorações agropecuárias em hectares (ha).....	44
Tabela 4 - Produção agrícola em toneladas (ton) por hectares (ha)	45
Tabela 5 - Estrutura fundiária de Bauru (hectares)	49
Tabela 6 - Ocupação do solo no município de Bauru em hectares (ha)	50
Tabela 7 - Principais explorações pecuárias (em cabeças de animais e de unidades produtivas)	50
Tabela 8 – Principais atividades não agrícolas e famílias envolvidas	51
Tabela 9 - Identificação e descrição das principais cadeias produtivas.	52
Tabela 10 - Conceito da Instituição	108
Tabela 11 - Exemplificação de conceito pós-avaliação.....	117

LISTA DE FIGURAS

<u>Figura</u>	<u>página</u>
Figura 1 - Setores envolvidos na comunicação rural.....	22
Figura 2 - Comunicação	23
Figura 3 - Organograma da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.....	31
Figura 4 - Planejamento estratégico da CATI.	32
Figura 5 - PIB do município de Bauru – SP.....	46
Figura 6 - Mapa do município de Bauru - SP	54
Figura 7 - Régua de cálculo da nota da qualidade da ATER e categorias atendidas.	105

LISTA DE QUADROS

<u>Quadro</u>	<u>página</u>
Quadro 1 - Objetivos específicos, pontos investigados e perguntas aplicadas ...	57
Quadro 2 - Natureza da ação por dimensão e categoria –produtiva territorial; tecnologia e inovação	101
Quadro 3 - Natureza da ação por dimensão ou categoria- social e ecologia	102
Quadro 4 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão produtiva territorial	103
Quadro 5 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão tecnologia e inovação	103
Quadro 6 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão social	104
Quadro 7 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão ecologia	104
Quadro 8 - Régua de Cálculo da nota de efetividade das ações	107
Quadro 9 - Status da ação, formas de apuração e sinalizador	109
Quadro 10 - Projeto de desenvolvimento da bovinocultura de leite do MATER – dimensões produtiva territorial, tecnologia e inovação, social- categorias, parâmetros e ações	114
Quadro 11 - Cálculo para notas da efetividade- dimensão produtiva territorial .	115
Quadro 12 -Cálculo para notas da efetividade- dimensão social	115
Quadro 13 - Cálculo para notas da efetividade- dimensão tecnologia e informação.....	116
Quadro 14 - Quadro resumo das simulações de notas de efetividade	117

LISTA DE ABREVIÇÕES

ABAMA	ASSOCIAÇÃO BAURUENSE de APICULTORES MELIPONICULTORES e AMBIENTALISTAS
ABCAR	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de CRÉDITO e ASSISTÊNCIA RURAL
ACAR	ASSOCIAÇÃO de CRÉDITO e ASSISTÊNCIA RURAL
ACIFLORA	ASSOCIAÇÃO de RECUPERAÇÃO FLORESTAL e ECOLÓGICA da REGIÃO de BAURU
AFB	ASSOCIAÇÃO dos FEIRANTES de BAURU
ANCAR	ASSOCIAÇÃO NORDESTINA de CRÉDITO e ASSISTÊNCIA RURAL
APA	ÁREA de PRESERVAÇÃO PERMANENTE
APROB	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS RIO BRANCO
APTA	AGÊNCIA PAULISTA de TECNOLOGIA do AGRONEGÓCIO
ARCO	ASSOCIAÇÃO RURAL DO CENTRO OESTE
ARIBAU	ASSOCIAÇÃO das REVENDAS de INSUMOS AGRÍCOLAS da REGIÃO de BAURU
ASBRAER	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA das ENTIDADES ESTADUAIS de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e EXTENSÃO RURAL
ATER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA e EXTENSÃO RURAL
BID	BANCO INTERAMERICANO de DESENVOLVIMENTO
CAI	COMPLEXO AGROINDUSTRIAL
CATI	COORDENADORIA de ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL
CDA	COORDENADORIA de DEFESA AGROPECUÁRIA do ESTADO de SÃO PAULO
CETESB	COMPANHIA de TECNOLOGIA de SANEAMENTO AMBIENTAL do ESTADO de SÃO PAULO
CGU	CONTROLADORIA GERAL da UNIÃO

CODASP	COMPANHIA de DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA do ESTADO de SÃO PAULO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL de ABASTECIMENTO
CONTAG	CONFEDERAÇÃO NACIONAL dos TRABALHADORES na AGRICULTURA
CRS	CRÉDITO RURAL SUPERVISIONADO
DAP	DECLARAÇÃO de APTIDÃO ao PRONAF
EMBRATER	EMPRESA BRASILEIRA de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e EXTENSÃO RURAL
FAO	ORGANIZAÇÃO das NAÇÕES UNIDAS para a ALIMENTAÇÃO e a AGRICULTURA
FASER	FEDERAÇÃO das ASSOCIAÇÕES e SINDICATOS dos TRABALHADORES de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e EXTENSÃO RURAL e SERVIÇO PÚBLICO do BRASIL
FEAP	FUNDO de EXPANSÃO do AGRONEGÓCIO PAULISTA
FETAESP	FEDERAÇÃO dos TRABALHADORES na AGRICULTURA do ESTADO de SÃO PAULO
FIB	FACULDADES INTEGRADAS de BAURU
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO do MEIO AMBIENTE e dos RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e ESTATÍSTICA
IEA	INSTITUTO de ECONOMIA AGRÍCOLA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL de COLONIZAÇÃO e REFORMA AGRÁRIA
IPMET	INSTITUTO de PREVISÃO METEOROLÓGICA
LUPA	LEVANTAMENTO CENSITÁRIO das UNIDADES de PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA do ESTADO de SÃO PAULO
MDA	MINISTÉRIO do DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MATER	MODELO de AVALIAÇÃO da ASSISTÊNCIA TÉCNICA e EXTENSÃO RURAL

MDA/SAF	MINISTÉRIO do DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/SECRETARIA de AGRICULTURA FAMILIAR
NOBRE	NÚCLEO de OVINOCULTURA de BAURU e REGIÃO
ONG	ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL
ONU	ORGANIZAÇÃO das NAÇÕES UNIDAS
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PNATER	POLITICA NACIONAL de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e EXTENSÃO RURAL
PNUD	PROGRAMA das NAÇÕES UNIDAS para o DESENVOLVIMENTO
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL de FORTALECIMENTO da AGRICULTURA FAMILIAR
PRONATER	PROGRAMA NACIONAL de ASSISTÊNCIA TÉCNICA e EXTENSÃO RURAL
SAA	SECRETARIA de AGRICULTURA e ABASTECIMENTO do ESTADO de SÃO PAULO
SAI	SERVIÇO de INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
SEAF	SECRETARIA ESPECIAL de AGRICULTURA FAMILIAR e do DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SEBRAE	SERVIÇO BRASILEIRO de APOIO às MICRO e PEQUENAS EMPRESAS
SIMB	SERVIÇO de INSPEÇÃO MUNICIPAL
UNESP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA FILHO
UNIP	UNIVERSIDADE PAULISTA
UPA	UNIDADE DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BAURU

Por

Sergio Augusto Portes de Souza

Fevereiro de 2017

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é um dos fatores essenciais para o desenvolvimento rural de um país. O Brasil reúne condições naturais para ser um grande produtor de grãos, proteína animal, fibras, laranjas, café, leite, feijão, frutas, legumes e olerícolas que podem atender o mercado externo como também o mercado interno. Uma ATER capacitada, possuidora de um bom diagnóstico, planejamento e conhecedora das leis e normas que regulamentam o seu dia a dia é fundamental para fazer avançar o desenvolvimento rural com benefícios também para o setor urbano. A Constituição Cidadã, aprovada em 1988, incentivou debates sociais, econômicos e ambientais em vários segmentos e setores de nossa sociedade e com a ATER não foi diferente. Um dos resultados práticos desses calorosos debates foi a instituição da Lei da ATER em 2010. Este trabalho busca identificar o público atendido pela ATER e o nível de conhecimento dos extensionistas sobre a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) a fim de verificar a influência dessa política sobre a ação da ATER. Através da observação do trabalho cotidiano da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SAGRA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) no município de Bauru, SP, podemos descrever sua missão organizacional, seus objetivos, as qualificações ou capacitações realizadas por seus extensionistas e delinear reformulações da ATER em Bauru para aumentar a efetividade e qualidade dos princípios da PNATER. A ATER, hoje, tem novos desafios: a complexidade do mundo rural existente nas esferas sociais, econômicas e ambientais se estabelece com uma população rural diminuindo ano após ano em busca de oportunidades nos centros urbanos. Essa população busca uma renda maior, mas que se apresenta ainda baixa para uma qualidade de vida razoável em um meio ambiente fragilizado pelas fortes pressões demográficas dentro de um cenário desafiador para este início de século XXI. Foram feitas análises de documentos, aplicados questionários e a técnica do grupo focal para análise e interpretação dos resultados. Dessa forma,

concluimos que ambas instituições de ATER de Bauru não possuem capacitações e treinamentos adequados sobre a PNATER, inviabilizando a comunicação e divulgação sobre os seus princípios. Há falta de integração das informações dentro das instituições de ATER e entre elas. A falta de mão de obra para atender e expandir os serviços das instituições é uma fraqueza em ambas as instituições. A elaboração de um diagnóstico, planejamento e o gerenciamento das informações são insuficientes e, quando existem, não são integrados a todos os seus extensionistas. Não se percebe a capacidade dos produtores em liderança e empoderamento dos desafios para avançar o desenvolvimento rural. A falta de um monitoramento e avaliação de ambas as instituições contribui para piorar a efetividade e a qualidade dos princípios da PNATER em Bauru.

ABSTRACT

Summary of the Final Dissertation presented to the Professional Master's Program in Biodiversity Conservation and Sustainable Development as part of the requirements for a Master's degree

RURAL TECHNICAL ASSISTANCE AND EXTENSION NATIONAL POLICY AND THE CHALLENGES FOR ITS IMPLEMENTATION IN THE MUNICIPALITY OF BAURU

by

Sergio Augusto Portes de Souza

February 2017

Advisor: Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Rural Technical Assistance and Extension (RTAE) is essential for the rural development of a country. Brazil has natural conditions favorable to produce grains, animal protein, fibers, oranges, coffee, milk, beans, fruit, vegetables and oil-bearing plants on a scale large enough to supply both the local and the external market. Capable RTAE, able to make good diagnoses and action plans in accordance with the norms and rules that regulate its daily activities is fundamental for rural advancement and development that may benefit the urban sector. The Citizen's Constitution, approved in 1988, stimulated social, economical and environmental debates in several segments and sectors of our society. It was not different where RTAE is concerned. One of the practical results of such heated debates was the implementation of the RTAE Law in 2010. This study is aimed at identifying the population served by RTAE and the degree of the extension agents' knowledge on the national RTAE policy (RTAENP) in order to assess the influence of this policy on RTAE operations. By observing the daily activities of the Municipal Agriculture and Supply Office (SAGRA), as well as those of Coordination for Integrated Technical Assistance (CATI) in the municipality of Bauru, SP, it is possible to describe their organizational mission, objectives, qualifications and skills of their extension agents and outline RTAE improvements to be made in Bauru in order to increase the effectiveness and quality of the RTAENP principles. Today, RTAE faces new challenges, the complexity of the rural world in the social, economical and environmental spheres, and a rural population that decreases from year to year in search of better opportunities in urban centers. This population looks for higher earnings, which are still low to attain a fairly good quality of life in an environment weakened by strong demographic pressures within a challenging setting in the beginning of the 21st century. Documents were reviewed, questionnaires were applied, and the focal group technique

was used to analyze and interpret the results. Thus, we concluded that both Bauru RTAE institutions are not properly qualified and trained in relation to RTAENP, which impair the communication and presentation of its principles. Information is not integrated within and between RTAE institutions. Lack of sufficient personnel to render and expand services is a weak point in both institutions. The diagnosing, planning and management of information is insufficient, and, if present, not extended to all extension agents. Among producers, there is no leadership or empowerment enough to face the challenges of advancing rural development. The lack of institutional monitoring and assessment in both institutions contributes to lower the effectiveness and quality of RTAENP principles in Bauru.

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO EM BAURU - SP

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento rural de um país é contínuo e necessitamos de mudanças ou transformações periódicas dos fatores essenciais e aceleradores considerados responsáveis por este avanço (MOSHER, 1969). Tais fatores devem agir em consonância com os agentes econômicos, sociais, ambientais e políticos para melhorar as atividades produtivas, proporcionando emprego e renda para o produtor, com o baixo impacto ambiental nas diversas regiões brasileiras.

Neste trabalho, consideramos como fatores essenciais ao desenvolvimento rural, o mercado para os produtos agrícolas, a mudança ou troca contínua de técnicas, a disponibilidade local de insumos e equipamentos, os incentivos de produção oferecidos aos produtores e o transporte (MOSHER, 1969).

No nosso caso, o desenvolvimento rural está limitado a um fator que se encontra naquele momento em menor disponibilidade, por exemplo, uma cadeia produtiva pouco organizada, assistência técnica e extensão rural com baixa qualidade, pouca ou nenhuma efetividade, pouca ou nenhuma pesquisa agrícola que contribua com espécies ou variedades melhor adaptadas às condições climáticas do território rural, falta ou dificuldades na aquisição de insumos e equipamentos, nenhum ou pouco incentivo ao planejamento da produção, uma logística com transporte e armazenamento da produção inadequada ou deficiente. Todos esses fatores limitam os resultados alcançados e levam a um baixo desenvolvimento rural, com consequências negativas para o desenvolvimento do país (MOSHER, 1969).

Desta forma, a baixa efetividade ou qualidade da ATER aos beneficiários inviabiliza a correta aplicação dos insumos e equipamentos adquiridos. Do mesmo modo uma ATER não conseguirá ser efetiva e com boa qualidade se faltar insumos e equipamentos adequados aos beneficiários. Assim, o fator que se apresenta em menor disponibilidade será um fator limitante, prejudicando o avanço dos demais.

Inquestionável é a forte vocação natural do Brasil para o Agronegócio, palavra que teve origem de Agribusiness. Davis; Goldberg (1957, p. 6 *apud* LAUSCHNER, 1993), apresentam a origem do conceito de Agribusiness:

Agribusiness has no center of control or direction. It has no president, no board of direction, and no central office. Instead, it consists of several million farm units and several thousand business units - each an independent entity, free to make its own decisions. In addition, there are hundreds of trade associations, commodity organizations, farm organizations, quasi-research bodies, conference bodies, / and committees, each largely concentrating on its own interests. In general, these groups function in the area of education, promotion, coordination, and lobbying. They possess little or no direct power of determination over the business decisions of their members. The United States Government, also, is a part of agribusiness, to the degree that it engages in research, regulation of food and fiber operations, or the ownership and trading of farm commodities. The land grant colleges with their teaching experiment stations, and extension functions also are an integral part of agribusiness. In brief, today agribusiness exists in a vast composite of decentralized entities, functions, and operations relating to food and fiber.

Peixoto (2009) identifica que a publicação desse trabalho foi a primeira de um programa de agricultura e negócios, lançado em 1952 pela Harvard Business School, com o propósito de:

conduzir estudos sobre os relacionamentos entre a indústria e a agricultura. O trabalho analisou o peso das atividades agrícolas nas contas nacionais norte-americanas, através da agregação dos atores integrantes dos setores econômicos em dois agregados. O primeiro agregado compunha-se da indústria produtora de insumos e equipamentos para a agricultura (localizada à montante, ou “antes da porteira”) da agricultura propriamente dita, e da indústria responsável pelo processamento da produção agropecuária (localizada à jusante, ou “depois da porteira”). O segundo agregado representava os serviços para a agropecuária, os gastos do governo e o processamento de fibras e alimentos em separado.

Da origem da palavra Agribusiness até os dias atuais ocorrem muitas mudanças no seu significado. Castro (2000) conceitua o Agronegócio como um conjunto, entendido como um sistema composto de operações e processos de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e produtos agropecuários e agrofloretais, incluindo instituições ligadas pelos objetivos comuns de suprir o consumidor final de produtos de origem agropecuária e agroflorestal.

O Produto Interno Bruto do Agronegócio brasileiro (insumos, agropecuária, indústria e serviços) em 2015 foi de R\$ 1,2 trilhão, representando 21,35% do PIB total brasileiro com R\$ 6,0 trilhões (CEPEA, 2015). O PIB do Agronegócio é importante para o Brasil e, para o desenvolvimento do agronegócio, a assistência técnica e a extensão rural são fundamentais para que o crédito possa ser aplicado de forma eficiente pelos produtores, na difusão de modernas tecnologias, em como gerir suas atividades, no apoio para a formação de associações e cooperativas, no cuidado com a exploração dos recursos naturais, no planejamento da produção agrícola e para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural.

Swanson (2010) clarifica e ajuda no entendimento dos objetivos da ATER ao elencar quatro deles:

1. A transferência de tecnologia, em particular para o cultivo de alimentos básicos;
2. O desenvolvimento humano para os conhecimentos técnicos e apoio aos agricultores e seus familiares com pouca escolaridade na gestão das propriedades rurais;
3. Incentivo na criação de organizações dos agricultores para melhorar o acesso ao mercado urbano e o manejo das bacias hidrográficas;
4. Capacitação dos produtores no manejo sustentável dos recursos naturais.

O extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Food and Agriculture Organization (FAO), em 2003, realizaram uma pesquisa sobre o perfil dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e assentados no Brasil, que foram agrupados em 11 categorias:

1. **Governamentais:** Agrega vinte e sete instituições estaduais responsáveis pela prestação de serviços de ATER, de caráter público e gratuito. Tem como público prioritário a agricultura familiar e assentados. Possui uma maior gama de atividades. Tem financiamento público, principalmente estadual.
2. **Prefeituras:** Secretarias municipais que têm como missão principal a execução de políticas públicas municipais para o meio rural. O envolvimento

das prefeituras com ATER pode se dar de duas maneiras: uma equipe própria para realizar esses serviços, ou convênios com as instituições governamentais de ATER. A prestação de serviço é pública e gratuita.

3. **ONGs:** Entidades que possuem uma variação grande em sua missão. As que atuam com ATER, como trabalho e promoção do desenvolvimento rural sustentável e solidário possuem vínculos com movimento sociais e organizações de agricultores. Podem ter abrangência local ou nacional. A ATER pode ser uma atividade principal ou secundária. Para se manterem apresentam projetos e financiadores vários (governos, ONGs internacionais). Prestam serviços gratuitos, embora em alguns casos demandem contrapartida das comunidades envolvidas.
4. **Representativas (sindicatos rurais, federações, movimento sem-terra, associações):** Organizações representativas de populações rurais, sendo constituídas principalmente por sindicatos de trabalhadores rurais e associações de produtores. Também incluídas as federações estaduais de agricultores, ou mesmo movimentos regionais ou nacionais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Agricultores Familiares (MAF), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), que têm como objetivo representar os agricultores e negociar junto ao poder público melhores condições de vida e trabalho para o público que representam.
5. **Prestadora de serviços:** Escritórios de planejamento e cooperativas de técnicos. Têm como atividade principal a elaboração e acompanhamento de projetos de crédito, prestando assistência técnica mediante remuneração. Atendem setores da agricultura mais capitalizados e patronais. Algumas cooperativas de técnicos têm como público principal agricultores assentados.

6. **Cooperativas de produção com trabalho em ATER:** Cooperativas cuja atuação é forte na comercialização e transformação da produção, Mas que podem também atuar com ATER, nos aspectos técnicos e gerenciais da produção. Trabalham com agricultura familiar já inserida no mercado.
7. **Ensino e pesquisa:** Universidades, instituições estaduais e federais de pesquisa e agrotécnicas. O trabalho com ATER é secundário, mas geralmente inovador.
8. **Cooperativas de crédito:** Cooperativas que desenvolvem atividades de ATER procurando direcionar o planejamento e aplicação dos créditos a nível comunitário.
9. **Agroindústria:** Ação empresarial na qual a ATER procuram melhorar a qualidade e eficiência do processo produtivo.
10. **Outras públicas:** Instituições públicas de ação estadual ou regional como, por exemplo, a Secretaria Estadual de Agricultura (Agência Paulista de Tecnologia do Agronegócio – APTA), o Instituto de Terras (Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP) ou a Comissão Executiva do Planejamento da Lavoura Cacaueira – CEPLAC.
11. **Sistema S (SEBRAE, SENAR):** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

As revisões bibliográficas que realizamos para este trabalho nos fazem refletir em como é complexo unir o desenvolvimento rural e a ATER em um país de dimensões continentais como o Brasil, com uma cultura diversificada, uma baixa distribuição de renda e uma rica biodiversidade. Em que pesem todas essas características e considerações, a ATER tem atuado no Brasil e os recursos financeiros federais aplicados

(despesas empenhadas) de 2012 a 2014 chegaram a R\$ 874.698.804,00 com 1.174.906 de agricultores rurais assistidos no mesmo período (CGU, 2015).

Por ser essencial, a ATER torna-se relevante ao desenvolvimento rural. A formulação de princípios, diretrizes, objetivos, orientações e normas para as instituições de ATER poder exercer o seu trabalho e atender ao produtor rural de forma não conflituosa deve estar inserida no planejamento e na execução de uma boa política pública com foco no produtor rural nas esferas federal, estadual e municipal, contribuindo de forma efetiva nos avanços no desenvolvimento rural.

Com esse propósito foi aprovada a Lei 12.188 de 11 de janeiro de 2010, também conhecida como a Lei de ATER, instituindo a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), cuja formulação e supervisão foi competência do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e passou em março de 2016 para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAF).

Essa lei delimita a forma como a ATER deve tratar e se orientar na aplicação de uma política pública para o ambiente rural e a sua população. Os princípios da PNATER têm a finalidade de promover um desenvolvimento rural sustentável, que não dependa de um único recurso ou do esgotamento dele de forma irreversível. Essa Lei ressalta em seus capítulos e artigos a utilização de metodologias participativas (extensionista e beneficiários da lei). Também propõe o encontro de soluções em conjunto: extensionistas e seus beneficiários (produtores localizados em territórios quilombolas, aldeias indígenas, ribeirinhos, agroextrativistas florestais e artesanais, silvicultores, aquicultores, pescadores artesanais), e estabelece a forma de como estabelecer elos com os agentes financeiros, governos federal, estaduais e municipais, instituições públicas e privadas, universidades públicas e privadas.

Isto posto, não vamos tratar aqui do período antes da promulgação da Lei de Ater, a sua forma de se relacionar no mundo rural e sua contribuição para o desenvolvimento até aquele momento. Também não é o nosso propósito entrar no debate da existência de uma nova ATER após a aprovação dessa lei e sim analisar o perfil das instituições que trabalham com ATER em uma região específica. Queremos identificar qual público

é atendido, o nível de conhecimento dos extensionistas sobre a PNATER e sua influência sobre a ação da ATER, avaliar o trabalho cotidiano das instituições envolvidas e de seus extensionistas no município, sua missão organizacional, seus objetivos, metas e suas qualificações ou capacitações realizadas, além das ameaças, oportunidades e possibilidades de reformulações da ATER em Bauru para aumentar a efetividade da PNATER.

A partir desse direcionamento, a construção dessa análise será feita a partir das instituições de ATER presentes no município em entrevistas realizadas com os próprios extensionistas. Dessa forma será possível identificar quais os entraves e oportunidades para a execução dos princípios da PNATER e avaliar as suas percepções sobre o assunto bem como identificar as metodologias utilizadas com os beneficiários para efetivar a política nacional de ATER. De forma complementar, pretende-se sugerir um modelo simples de avaliação da efetividade e qualidade de uma instituição de ATER no município pesquisado. Nossa proposta, portanto, é contribuir com informações para o campo da extensão rural e os princípios da Lei de ATER.

1.1 – Conceitos de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil

Segundo Almeida (1989) a Extensão Rural é um tema amplo, abrangendo as mais variadas atividades rurais, envolvendo diferentes tipos de organizações (públicas ou privadas) e afetando diversos públicos (homens, mulheres, jovens) com diferentes mensagens sociais. SWANSON;CLAAR apud Almeida (1989) divide mensagens sociais em comunicacional, que leva ao produtor rural informações úteis e relevantes, e educacional, que ajuda o agricultor a adquirir conhecimentos, habilidades e atitudes para utilizar com eficiência essas informações adquiridas.

Caporal (1998, p.44), após pesquisar vários autores, enuncia Extensão Rural como sendo:

una deliberada intervención, de naturaleza pública o privada, en un dado espacio rural (una finca, una comunidad, un pueblo, una microcuenca hidrográfica, etc.), realizada por agentes externos o por individuos del propio medio, orientada a la realización de cambios en el proceso productivo agrosilvopastoril, o en otros procesos socioculturales y económicos inherentes al modo de vida de la población rural implicada. Se trata de una intervención intencionada, movida por objetivos

normativos y llevada a cabo através de um proceso comunicativo que envolve innúmeros actores poseedores de diferentes conocimientos y situados en posiciones asimétricas de poder.

Peixoto (2008, p. 8) propõe três formas de conceituar a extensão rural - como processo, como instituição e como política:

Como *processo*, extensão rural significaria, num sentido literal, o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como *processo*, em um sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Neste caso, a extensão rural difere conceitualmente da *assistência técnica* pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica.

No segundo sentido, como *instituição* ou *organização*, freqüentemente encontrarmos textos dizendo, por exemplo, que “a extensão rural desempenha nos estados um papel importante no processo de desenvolvimento dos pequenos produtores”. Aqui “a extensão rural” refere-se às organizações estatais dos estados, prestadoras dos serviços de Ater. A expressão “extensão rural” é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização pública prestadora de serviços de Ater nos estados, cuja origem e história serão abordadas na seção seguinte deste texto.

O termo *extensão rural* também pode ser entendido como uma *política pública*. Neste caso referimo-nos às políticas de extensão rural, traçadas pelos governos (federal, estaduais ou municipais) ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executadas por organizações públicas e/ou privadas.

Essa amplitude na abrangência e as possibilidades de conexões envolvendo a ATER e a área rural mostram que, no decorrer da história, houve mudanças nos conceitos de Extensão Rural. Segundo Callou (2007, p. 112), o Ministério de Desenvolvimento Agrário em 2004 conceituou a ATER como:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações” (BRASIL, 2004).

Percebemos que os conceitos aplicados ao termo “extensão rural” possuem a característica de transmissão de dados e informações para buscar soluções em conjunto para um público alvo localizado na zona rural. Nesse contexto, Freire (1983), Bordenave (1985) e Peixoto (2009) consideram “comunicação rural” um termo mais amplo, abarcando o fluxo de informações e o campo do diálogo entre o mundo rural e os demais setores envolvidos na melhoria da qualidade de vida do produtor e no desenvolvimento rural. Freire (1983) reforça ainda que o termo “comunicação rural” é mais adequado, pois aproxima melhor o conceito da realidade prática dos trabalhos realizados e, ao defender seu uso, utiliza da seguinte construção:

...O ato de pensar um objeto não existe sem a participação de outra pessoa. Desta forma, temos um “pensamos” e não um penso. E nesta participação de outra pessoa no ato de pensar ocorre a comunicação e seu objeto pensado é a realidade que se apresenta.

...Se a realidade pensada fosse um comunicado, não haveria relevância, importância significativa entre os sujeitos.

...Não há comunicação quando as pessoas envolvidas no problema, objeto não podem incluir o seu pensamento, transformando um dos sujeitos em depósito de conteúdo sobre uma realidade que se apresenta e é pensada.

...A comunicação verdadeira está na co-participação de apreender o seu significado das técnicas de semeadura ou de um teorema matemático...Desta forma, o equívoco no conceito de extensão de que estende o conhecimento técnico aos camponeses sem a troca de experiências vividas, entre os agricultores e agrônomos da realidade que se apresenta.

Já segundo Bordenave (1985, p.7-8), “comunicação rural” é definida como:

O conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência Recíproca existentes entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural.

Há fluxos verticais e horizontais, unilaterais e multilaterais. Os protagonistas principais da comunicação rural são a população rural, o Estado e as empresas relacionadas com a agricultura. Em grande medida o desenvolvimento rural gira ao redor da comunicação, visto que os agricultores necessitam dela para tomar suas decisões de produção e de convivência; o Estado precisa dela para tomar medidas de política agrária, tanto de caráter financeiro (como incentivos, preços mínimos, linhas de crédito, subsídios, etc.) como de caráter técnico (projetos de pesquisa, atividades de assistência técnica, fiscalização de insumos e produtos, etc.) que venham de encontro as reais necessidades e aspirações dos agricultores; as empresas baseiam suas decisões nas

informações sobre requisitos de insumos e equipamentos e sobre disponibilidade de produtos para alimentar a agroindústria.

Silva (2008, p.10) cita que Comunicar é fazer saber e que a Comunicação é:

o ato ou efeito de comunicar, ou seja, o processo de emissão, transmissão e recepção de mensagens por meio de métodos e, ou de sistemas convencionados. Em outros termos, é a capacidade de trocar ou discutir ideias, de dialogar, de conversar, objetivando o bom entendimento entre pessoas. Extensão de sua parte, é o efeito de estender-se; ampliação.

Na figura 1 setores envolvidos na Comunicação Rural e figura 2 a Comunicação.

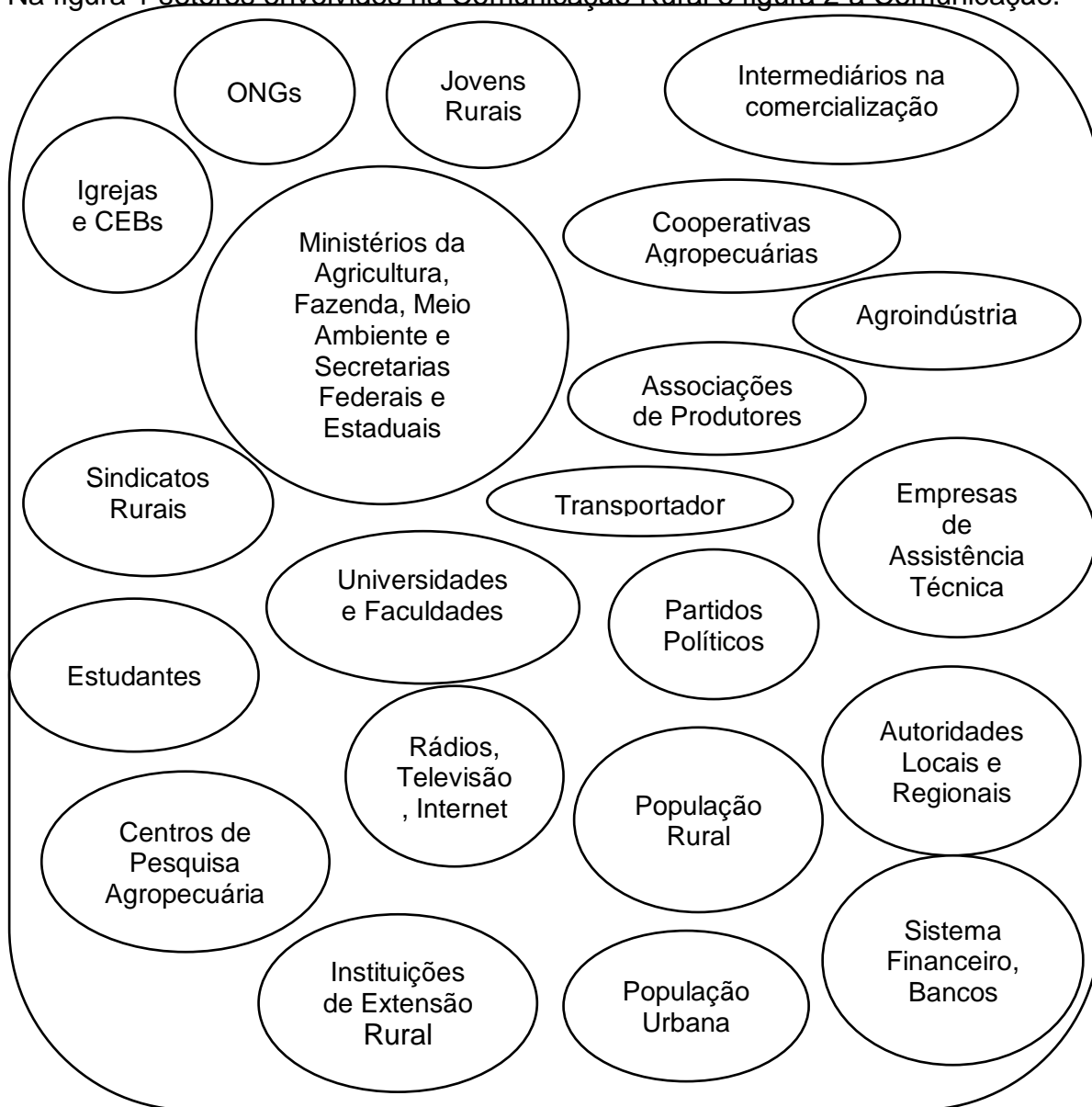


Figura 1 - Setores envolvidos na comunicação rural
Fonte: adaptado de Bordenave (1985)

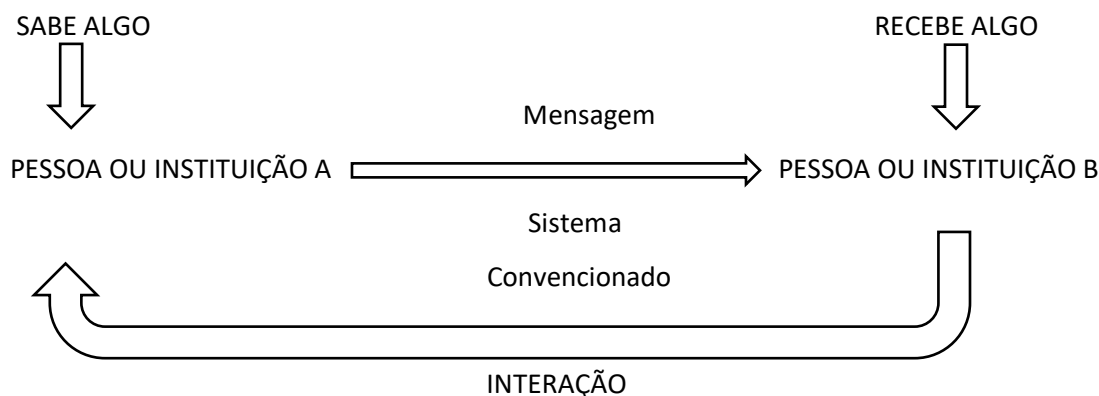


Figura 2 - Comunicação

Fonte: Adaptado de SILVA (2008)

Atualmente existe uma grande velocidade no envio das informações pelo emissor e do seu retorno já com alguma crítica ou julgamento de valor pelo receptor, característica peculiar do nosso tempo e cotidiano. Os aplicativos disponíveis em aparelhos de telefones celulares dos produtores podem registrar e enviar aos extensionistas fotos, com boa definição de imagem, das ocorrências ou sintomas de doenças em plantas ou animais e problemas com a trafegabilidade das estradas rurais. A tecnologia aumentou a velocidade na troca de informações entre o emissor (produtor) e o receptor (extensionista) em comparação a uma década atrás. A complexidade desses intra e inter-relacionamentos é maior pois há mais pontos de contatos em ambos os lados e a riqueza e instantaneidade da informação enviada e recebida pela internet, por voz, fotos ou vídeos tem um direcionamento e assertividade grandes.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário, transformado em Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAF), publicou em março de 2016, em seu portal eletrônico, alguns casos de sucesso referentes a boas práticas agrícolas e também incorpora a definição de ATER, estabelecida na Lei 12.188, de 11 de janeiro de 2010 que regula e institui a PNATER, conhecida como a Lei da ATER:

É um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010).

Freire (1983, p. 49), ao tratar da Comunicação Rural, alerta que se evite a possibilidade de ocorrência da invasão cultural na relação extensionista e produtor rural que pode ocorrer caso não se tenha um bom diagnóstico rural da realidade que se apresenta ou um melhor preparo no trato com a metodologia a ser aplicada no cotidiano do produtor. Ele também sugere que se evite a falta de uma boa reflexão e um dimensionamento muito raso dos aspectos socioculturais envolvidos, a simplificação de respostas de uma realidade que se apresenta aos agricultores e a não consideração da capacidade de diálogo dos agricultores envolvidos.

Assim, ao buscar conceituar a ATER, procuramos delimitar sua atuação e atribuições, e identificar onde, como e quando ocorre e qual o seu público alvo. Percebemos ser um conceito em constante evolução e com novos contornos conforme vamos caminhando. Porém, não é do escopo deste trabalho aprofundar qual o melhor conceito ou o mais adequado e sim como a instituição de ATER se estabelece em Bauru e se os princípios da PNATER são ali contemplados no cotidiano e para o público alvo.

E qual a origem da ATER no Brasil? Qual sua história? Como ela se estabelece no Brasil? A seguir iremos elaborar um breve histórico da ATER em nosso país.

1.2 – Breve histórico da ATER no Brasil

Após 68 anos de vida institucional da ATER brasileira percebemos movimentos pendulares com avanços e retrocessos em suas políticas, direcionamentos e metodologias aplicadas. A Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil é um fator essencial (MOSHER, 1969) para a manutenção e avanço da produção de alimentos, contribuindo com a segurança alimentar da população brasileira e mundial, trazendo prosperidade ao campo e cidade e no apoio técnico para proteger a biodiversidade do meio ambiente. Outro fato importante é o elo existente formado com a agricultura familiar (assentados da reforma agrária ou pequenos produtores), que ficou mais fortalecido com outra política pública implementada em 1996 chamada de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que, por sua vez, disponibilizou R\$ 30 bilhões para a safra 2016/2017 para atender o custeio e o investimento dos agricultores familiares (SEAF, 2016).

Bordenave (1985, p.23) traz a ATER, em seus primórdios, relacionada com a Comunicação Rural ao relatar que o estado de São Paulo elaborava, publicava e distribuía o “Boletim da Agricultura” em 1900. Em 1938 o governo federal criou um serviço similar de publicidade agrícola no Ministério da Agricultura, conhecido como Serviço de Informação Agrícola (SIA), com técnicos e equipamentos especializados e irradiava um amplo programa de notícias e ensinamentos técnicos. À época, foram produzidos 350 filmes com conteúdo sobre ATER e exibidos em circuito nacional.

Em 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) foi institucionalizado o início da Assistência Técnica e Extensão Rural no país (PEIXOTO, 2009). Assim, o SIA:

(perdeu) espaço para uma nova maneira de fazer a informação agrícola: fortalecendo a tarefa persuasivo-comunicativa dos agentes de extensão rural e reduzindo a difusão direta de informação, pelos meios de comunicação de massas, a uma função de apoio ao contato pessoal. BORDENAVE (1985, p.26).

Ainda na década de 40 teve início a conjugação do crédito oferecido ao produtor rural e a Assistência Técnica, com os trabalhos e o aprofundamento das experiências com o Crédito Rural da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais (OLIVEIRA, 1984; RIBEIRO, 2000). O Crédito conjugado com a Assistência Técnica começou com um pré-conceito dos bancos a respeito do pequeno produtor, ao qual era imputado um caráter marginal, o que dificultava a obtenção de recursos, pois essas operações eram consideradas muito arriscadas. A baixa capilaridade da rede bancária, falta de estrutura administrativa operacional, pouca qualificação dos bancários para entender o segmento rural, poucos recursos financeiros, produtores sem documentos e o excesso de burocracia para registro dos contratos nos cartórios também contribuíram de forma negativa (OLIVEIRA, 1984).

Esses empecilhos levaram a ACAR – MG a atuar em 1959 com os médios e grandes produtores com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (OLIVEIRA, 1984). O Banco do Brasil, apesar de não se mostrar muito receptivo ao “crédito tecnificado”, e por seguir os limites estreitos das normas bancárias da época, teve um papel importante ao apoiar os produtores rurais com projetos elaborados pela ANCAR e ABCAR. O primeiro convênio entre o Banco do Brasil e a ABCAR, para

aplicação do crédito rural supervisionado, foi celebrado em 1958. (OLIVEIRA, 1984). Também na década de 50 com os trabalhos de implementação da ação conjunta de crédito e assistência técnica já se percebia, pela própria diversidade cultural e característica da extensão territorial do Brasil, duas correntes de opinião entre os técnicos quanto ao crédito. A ACAR – MG defendia o uso produtivo enquanto a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR) dava maior ênfase ao caráter social do crédito (OLIVEIRA, 1984).

Os anos 60 trouxeram uma mudança importante: O crédito supervisionado passou a ser orientado (OLIVEIRA, 1984). O crédito orientado se aplicava “no melhoramento de determinada cultura ou exploração pecuária, levando o agricultor a adotar técnicas mais aperfeiçoadas”. Porém, muitas vezes, esse crédito passou a ser orientado por objetivos externos à vontade do agricultor e com grande frequência essa orientação ocorreu à revelia do agricultor. Percebe-se o aspecto social cedendo espaço aos resultados quantitativos. A qualidade de vida da família não era o ponto focal e, sim, as metas de produção e o produto agropecuário (RIBEIRO, 2000). A conjugação entre crédito orientado e ATER ficou melhor na nova fase de modernização da agricultura no país e seu crescimento foi enorme. No final dos anos 60 essa modalidade ultrapassou os contratos e os montantes alocados em crédito rural supervisionado (CRS) (que, em 1971 não é mais mencionado nos relatórios da ABCAR), crédito juvenil e crédito habitacional. (OLIVEIRA, 1984).

As ACAR expandiram-se por quase todo o Brasil e com isso foi criada uma entidade de direito civil, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) para coordená-las, capacitá-las e orientar os serviços de extensão em seus estados. A ABCAR elaborava mensagens e materiais didáticos para ser utilizados pelos extensionistas (BORDENAVE, 1985). Em 1974 a ABCAR foi substituída pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) vinculada ao Ministério da Agricultura e as ACAR transformaram-se em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) vinculadas às suas respectivas Secretarias de Agricultura (BORDENAVE, 1985; PEIXOTO, 2009).

É importante mencionar que a EMBRATER, segundo Bordenave (1985) reconhece que “não é o extensionista quem muda ou transforma a realidade rural a seu

modo. Esta é uma tarefa dos produtores e suas famílias em que o agente de extensão é um coparticipante”.

Ainda nas décadas de 70 e 80 houve uma mudança na atuação do extensionista de uma preocupação produtivista e tecnificadora para uma atuação no sentido de capacitar as famílias para encontrar a solução de seus problemas de ordem técnica, econômica e social (BORDENAVE, p.28, 1985).

Com o fim da EMBRATER em 1990, assinado por decreto pelo então presidente Fernando Collor, a ATER passou por um período de desorganização e desarticulação dos trabalhos em Assistência Técnica e Extensão Rural no país afastando a ATER dos estados. Nos anos 90 os complexos agroindustriais (CAI) mostraram um desenho novo de ATER privado participando onde havia médios e grandes produtores consolidados no Agronegócio voltado para a exportação e pequenos agricultores integrados às agroindústrias de suínos e frangos.

Em 1991, surge uma maior preocupação com o modelo de desenvolvimento rural alicerçado no tripé ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. A Lei agrícola cita em seu Art. 18:

A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades.

A resolução do Bacen 2.191 de 24 de agosto de 1995 institui o PRONAF e o decreto 1.946 de 28 de junho de 1996 amplia seus contornos para além do crédito ao estabelecer um alinhamento entre estados e municípios nas políticas públicas para a agricultura familiar, para reforçar o desenvolvimento rural sustentável e o aprimoramento profissional, partindo dos agricultores familiares e suas organizações as demandas prioritárias para o desenvolvimento local. Com as fortes demandas democráticas e após a Nova Constituição do Brasil iniciou-se um movimento reivindicatório popular para melhorar e centralizar os serviços de ATER oferecidos naquele momento no país. O Gabinete de um Ministro de Estado extraordinário transformou-se no mais importante ministério para tratar de assuntos da reforma agrária, assistência técnica e extensão rural e agricultura familiar.

Peixoto (2009) relata a evolução da legislação e das estruturas institucionais de ATER federal e descreve o nascimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário:

A medida provisória (MPV) nº 1911-12 de 25 de novembro de 1999, art. 17, transformou o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, cujo nome foi em seguida modificado pela MPV nº 1999-13 de 14 de dezembro de 1999, para Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário. Por fim, a MPV 1999-14 de 13 de janeiro de 2000, art. 17, item XII, adotou o nome definitivo: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esse Ministério a partir de 2001 se estrutura e em 2003 o MDA passa a ser o principal órgão responsável pelas políticas públicas voltadas para a ATER. Com essa transferência, a regulação e o fomento das ações de ATER se concentraram no MDA (IEA, 2016).

O MDA incentivou e estabeleceu condições favoráveis para apoiar e acompanhar os debates, seminários, planos de trabalhos, e oferecer propostas, estruturação e elaboração de termos jurídicos. Em maio de 2004 foi lançada a primeira versão elaborada de forma democrática e participativa da PNATER, também conhecida como Lei da ATER (PEIXOTO, 2008).

A medida provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, altera e revoga os dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da presidência da república e dos ministérios, extinguindo o MDA e transferindo suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

O decreto nº 8.780, de 27 de maio de 2016, transfere as competências do MDA, que estavam com o MDS, para a SEAF - Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2016).

Essa lei permanece e busca alinhar, sinalizar, normatizar e apoiar a elaboração do planejamento e a implementação da ATER brasileira nas esferas de governos federal, estadual e municipal; é o resultado de debates democráticos por conhecedores do assunto e aprovada no Congresso Nacional e pela Presidência da República.

1.3 – Breve histórico da ATER no estado de São Paulo

A Secretaria de Agricultura no Estado de São Paulo iniciou suas atividades com a organização da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras, pelo Decreto n. 28 de 1/3/1892. Com a criação das Casas da Lavoura, em 1942, fica estabelecida a base de todo o trabalho de assistência técnica aos agricultores e difusão de tecnologias. Essa consolidação da organização da assistência técnica oficial à agricultura paulista, possui caráter fomentista, articulada com a pesquisa.

Em 1958, a criação da Divisão de Assistência Técnica Especializada (DATE), tem como objetivo prestar orientação técnica especializada aos profissionais ligados a rede assistencial, com setores de informação no que se refere a comunicação rural e ao planejamento dos programas de assistência técnica, que Oliveira (1984), define como “um conjunto de esforços que tem por objetivo aumentar a produção e produtividade do setor agrícola de um país, prescindindo, de certa forma, de considerar o elemento humano como objetivo do processo”.

Em 1967, a secretaria passou por uma reformulação promovendo a centralização de vários de seus departamentos e divisões em três coordenadorias e duas empresas de economia mista, sendo a Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp) e a Companhia Agrícola Imobiliária e de Colonização (CAIC), e as Coordenadorias: de Pesquisa Agropecuária (CPA), da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) e de Assistência Técnica Integral (CATI), instituição responsável pela assistência aos produtores paulistas. A partir desse período, as Casas da Lavoura passaram a se chamar Casas da Agricultura. Esse modelo tem características específicas porque não teve suas bases estabelecidas na filosofia extensionista exportada pelos Estados Unidos.

Abelardo (2004, p. 91) ressalta que a CATI nasceu em uma conjuntura na qual a agricultura passava a ter uma dependência do Poder Público Federal, cujas políticas estavam voltadas para a intensificação do processo de modernização tecnológica:

Temos uma nova modalidade de assistência: a integral, que compreende assistência técnica educacional; fomento de bens de produção; prestação de serviços; inspeção e classificação de produtos e insumos agrícolas; defesa sanitária animal e vegetal. O técnico passa a ser o

agente de assistência técnica educacional, tendo o papel de capacitar os agricultores com vistas a solução de problemas agrícolas, empresariais e comunitários. A diferença desse modelo em relação ao anterior reside na ênfase ao homem rural, mas o viés rogeriano¹ está caracterizado ao buscar-se mudanças de atitude e criação de condições para a adoção de novas técnicas que possibilitem a modernização da agricultura.

Em 1998, ficou definida a Missão da CATI, apontando para outra metodologia de trabalho:” Promover o desenvolvimento rural sustentável, por meio de programas e ações participativas, com envolvimento da comunidade, de entidades parceiras e de todos os segmentos dos negócios agrícolas”. A partir daí, as ações da instituição ganharam um caráter mais voltado para a extensão rural, com uma nova filosofia de trabalho estabelecida na formação de parcerias, englobando novos conceitos: Desenvolvimento Rural Sustentável, Agricultura Familiar, Agroecologia, Desenvolvimento Local e Qualidade de Vida.

Na figura 3 descrevemos o organograma da Secretaria Estadual de Agricultura, onde se localiza a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Como exemplo, veja o planejamento estratégico da CATI, do ano de 2016 (Figura 4).

¹ Teoria da Difusão de Inovações”, de Everett M. Rogers e seus seguidores:

Inovações, segundo os ensinamentos de Rogers, são idéias, práticas ou tecnologias introduzidas desde um sistema de conhecimento considerado superior. Daí que a “boa prática extensionista” deveria basear-se na ciência e na tecnologia nascidas na academia e nas estações experimentais. A cultura popular, os conhecimentos históricos ou mesmo as características dos agroecossistemas, determinadas pela coevolução dos homens e do meio ambiente em que vivem, não podiam ter cabida neste modelo. A persuasão, para levar à adoção, deveria ser o caminho perseguido. CAPORAL (2009, p68)

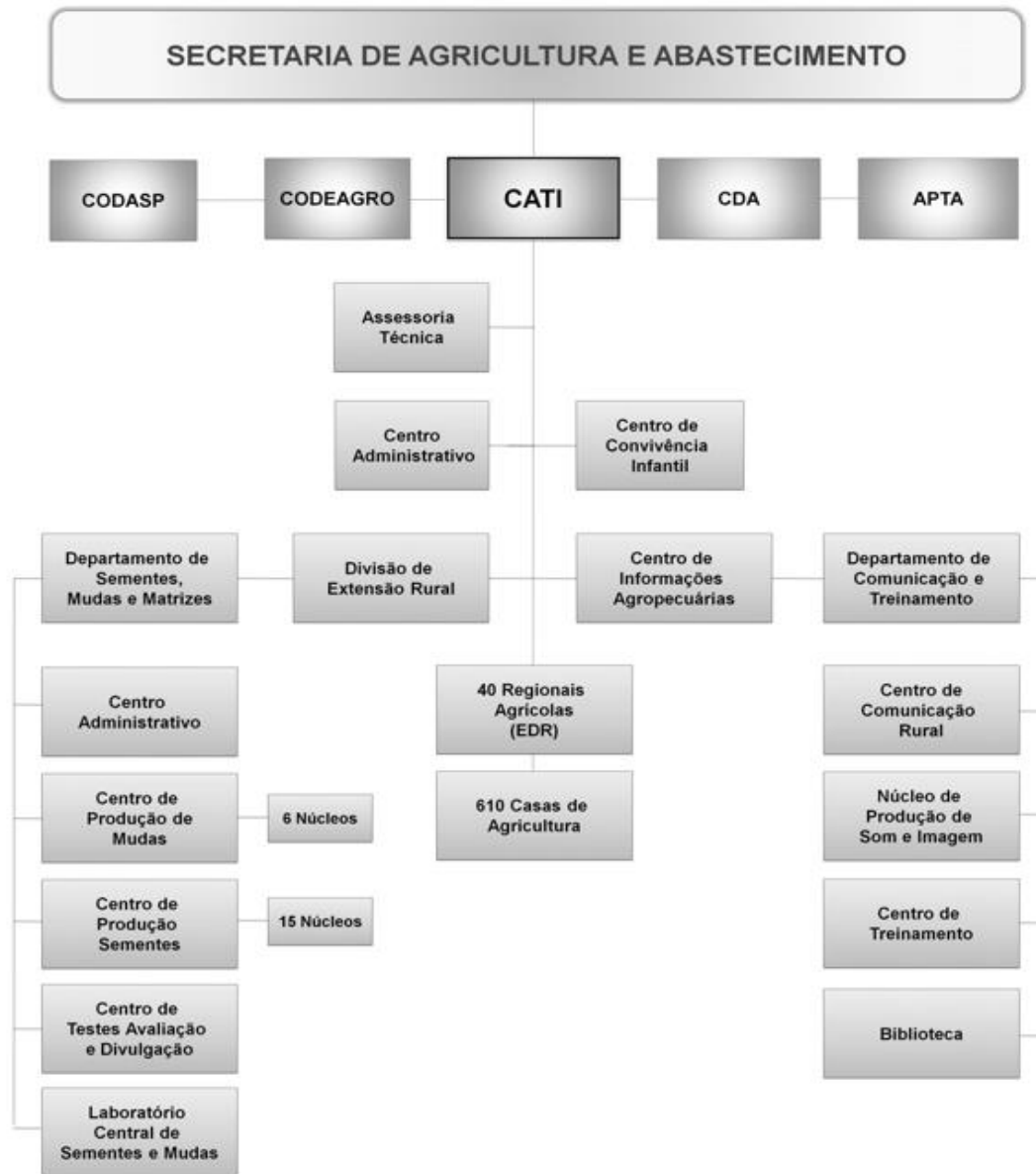


Figura 3 - Organograma da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

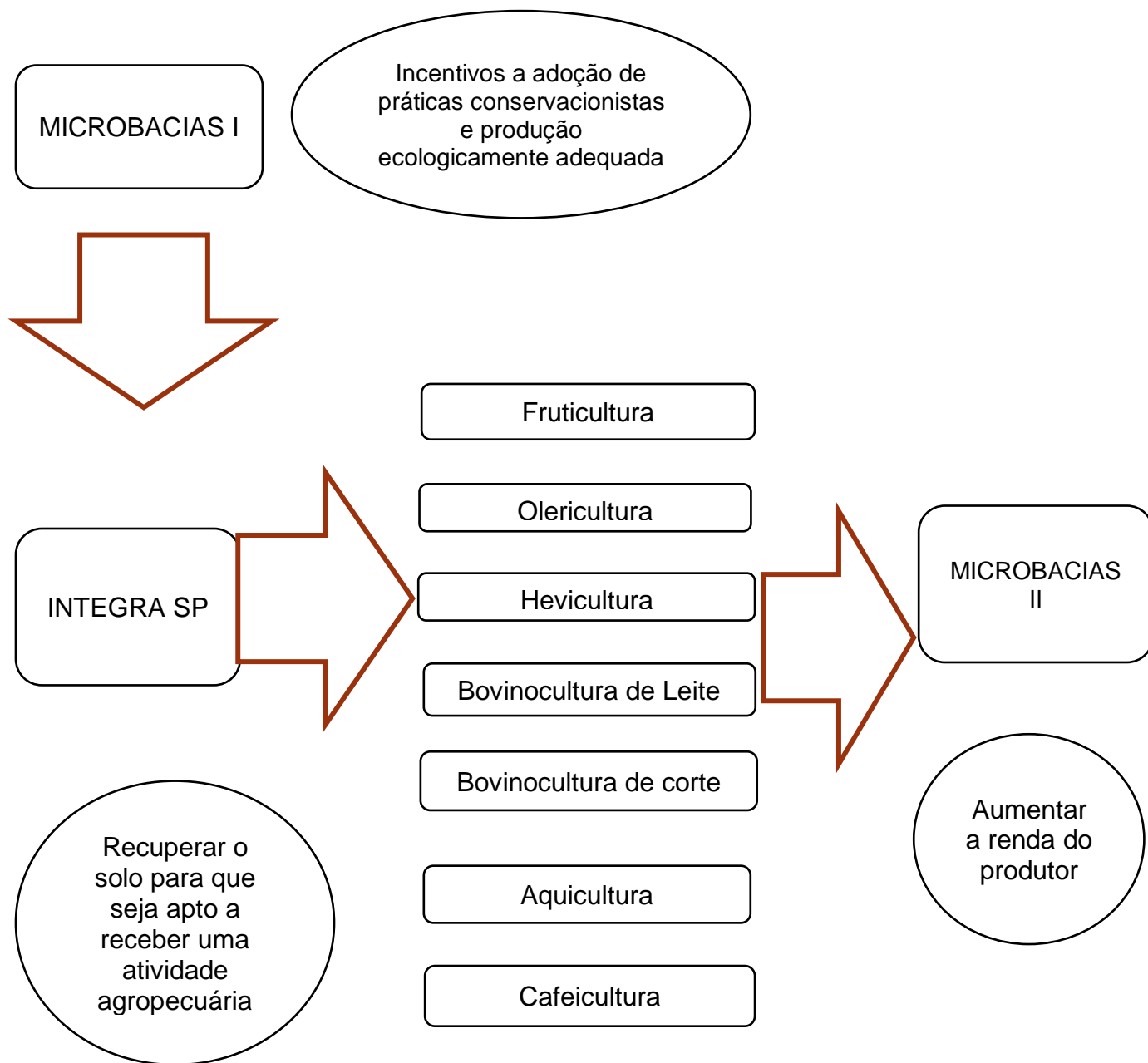


Figura 4 - Planejamento estratégico da CATI.

Fonte: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Os extensionistas da CATI, atualmente, orientam prioritariamente seus trabalhos aos programas estaduais como o Microbacias I e II, Integra São Paulo e aos produtores que querem acessar a linha de crédito do PRONAF.

1.4 Breve histórico da ATER no município de Bauru

Até 1997, o setor rural de Bauru tinha suas demandas e ações sob responsabilidade de um departamento da Secretaria de Obras. Em 4 de março de 1997, a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (Sagra) foi criada, pela Lei 4.192. Os técnicos da Sagra não são específicos para cada setor da área rural. Todos os técnicos atuam em todos os oito setores que foram criados pelo plano diretor participativo do município, em agosto de 2008. A Sagra tem dois departamentos – o de Abastecimento e o de Agricultura, que possui as seguintes atribuições: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), manutenção das estradas rurais, Serviço de Inspeção Municipal (Simbi), uso e ocupação do solo rural. O quadro funcional do Departamento de Agricultura é composto por três diretores – de Departamento, de Divisão e Técnico – e técnicos. O departamento subdivide-se ainda em três sessões: Veterinária, Agronomia e Recursos Naturais.

Na sessão de Agronomia do Departamento de Agricultura da Sagra são atribuídas as responsabilidades de ATER, agricultura periurbana e urbana, o mapeamento dos agricultores orgânicos e de base agroecológica e pecuaristas, além do centro rural do distrito de Tibiriçá, onde são realizados alguns experimentos como técnicas de plantios, cultivo e colheitas de olerícolas para levar a pesquisa até o produtor rural.

A Sessão de Recursos Naturais é responsável por monitorar e avaliar 3 APAS (Área de Proteção Ambiental), localizadas na zona rural do município.

O Departamento de Agricultura possui 21 servidores, destes cinco 5 são técnicos extensionistas.

A formação dos cinco extensionistas é: dois agrônomos e três técnicos agrícolas.

O Departamento de Agricultura possui uma atuação mais próxima com cinco cooperativas, três associações, quatro comunidades rurais (Barra Grande, Tibiriçá, Rio Verde, e Santa Maria).

Cinco funcionários do departamento de agricultura possuem dedicação exclusiva, exercendo as seguintes atribuições: Convênio com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), serviço de inspeção municipal de vigilância sanitária,

manutenção das estradas rurais, programa conservador das águas (Fórum Pró Batalha) e atendimento aos produtores rurais.

A secretaria possui prioritariamente orientação dos seus trabalhos no atendimento diário dos produtores quando a procuram e possuem algum problema técnico que envolve a sua produção agropecuária ou a sua propriedade rural (erosão, melhorias nas estradas rurais), a elaboração de projetos para acesso à linha de crédito do PRONAF e ao programa conservador de águas na bacia do rio Batalha.

Na continuidade abordaremos a Lei da PNATER e suas características, princípios e objetivos em atender as demandas por todo o território nacional.

1.5 – A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Iniciamos este capítulo parafraseando e concordando com a citação do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, colecionada por BORDENAVE (1985, p. 40-41): “A estratégia de desenvolvimento nacional deve coincidir com, e consistir em, uma estratégia de desenvolvimento rural”.

A ATER encaixa-se perfeitamente nesse contexto como um fator essencial para fazer avançar o desenvolvimento rural local irradiando esses avanços para sua microrregião e, conseqüentemente, para o país. A ATER, assim, é um importante agente catalizador da tríade Estado, Mercado e Sociedade Civil no que se refere ao desenvolvimento e implementação de planos diretores rural dos municípios.

O termo Assistência Técnica e Extensão Rural está presente na constituição brasileira em leis e decretos que foram aperfeiçoados e atualizados ao longo do tempo a fim de atender a toda diversidade territorial, cultural, econômica e ambiental de um país continental como é o nosso. A deficiência que percebemos foi a falta de uma estratégia para a sua implementação e uma avaliação para verificar a sua efetividade e qualidade.

Assim, como fator essencial ao avanço do desenvolvimento rural, necessária para a segurança alimentar, para proporcionar melhorias na qualidade de vida dos produtores rurais, evitar as incertezas do abastecimento de alimentos e monitorar o uso sustentável dos recursos naturais do país, a ATER está fixada na Constituição Brasileira no artigo 187, IV:

a política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente (...) IV a assistência técnica e extensão rural (BRASIL, 1988).

Os contornos desse artigo fornecem palavras chaves importantes e refletem os anos passados e experimentados do início dos trabalhos da ACAR – MG, até os dias atuais com uma ATER preocupada com todo o território brasileiro nos seus aspectos sociais, ambientais e econômicos, articulada com a sociedade para estabelecer parcerias institucionais na busca por recursos financeiros para a sua execução.

Após a extinção da EMBRATER em março de 1990, pelo então presidente Fernando Collor, foi fundada no mesmo mês a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER). (PEIXOTO,2009).

A história segue, e os movimentos sociais pautados por essa nova constituição cidadã se empoderam desta concertação para buscar por melhorias sociais, econômicas e ambientais, incluso nestes objetivos a ATER brasileira.

Assim, em 17 de janeiro de 1991 é aprovada a Lei Agrícola. Esta lei busca estabelecer uma Assistência Técnica e Extensão Rural em conjunto com o produtor, proprietário ou não, suas famílias e organizações a buscarem viabilizar soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem estar e preservação do meio ambiente.

Esta Lei também frisa a manutenção do serviço oficial de ATER sem paralelismo na área governamental ou privada, porém não esclarece as atribuições dos governos federal, estaduais ou municipais. Desta forma, pode ser executada por municípios, estados e federação.

Na Lei Agrícola, observamos novos contornos, aperfeiçoamentos e novamente palavras chaves orientando que o caminho a percorrer será em conjunto com produtor e a ATER, com metodologia participativa e dialógica na busca de soluções. Também ocorre a preocupação em unir e efetivar as políticas públicas com o objetivo comum em atingir o desenvolvimento rural com a preocupação ambiental. E assim, o mundo rural

seguiu seu caminho acompanhado de debates sobre a ATER em *workshops*, seminários, palestras, encontros de produtores, cooperativas e associações rurais.

Em que pesem os avanços ocorridos nas leis que normatizavam os serviços de ATER até o início da década de 90, surgem críticas em relação ao modelo de ATER em execução e dessa forma todos os envolvidos com os serviços de ATER no país buscaram normas e práticas que pudessem ser reaplicáveis em distintas realidades rurais do país em conjunto com a participação da sociedade civil que até aquele momento não havia ocorrido.

Em outubro de 1997 houve um *workshop* organizado pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento e o Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com a participação de várias instituições como a FASER, CONTAG, ASBRAER, representantes de governo, ATER Estatal, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e dos Trabalhadores em ATER, ONGs, Universidades de várias regiões do país para elaborar uma proposta de uma ATER pública, estatal e não estatal, descentralizada, pluralista, autônoma e gratuita. Essa proposta defendia o desenvolvimento sustentável, a exclusividade para a agricultura familiar, o controle social da gestão e organização em rede, com atuação conjunta dos atores envolvidos. (PEIXOTO, 2009). Esse material foi um subsídio para o início de debates e oficinas regionais promovidas em Belém, Curitiba, Campo Grande e Recife, e pela oficina nacional em Brasília em 24 e 25 de setembro de 2003 pelo extinto MDA. Essas oficinas visavam coletar informações, ideias e sugestões para a elaboração de uma lei que contemplasse os desejos de técnicos, extensionistas e instituições com atuação em ATER, de forma não conflituosa, com a participação da sociedade civil organizada, e com a prerrogativa de normatizar para todo o território brasileiro os princípios e objetivos de uma ATER duradoura, preocupada com o desenvolvimento rural do nosso país.

Após a instituição do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – Dater da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) pelo decreto nº 5.033 de 5 de abril de 2004 é lançada em maio do mesmo ano a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Esse lançamento causou um rompimento teórico com as propostas de extensão rural até então predominantes.

E no ano de 2007, o MDA lançou a construção e a orientação de uma Política Nacional de ATER:

Política Nacional de Ater está também fundamentada em outros aspectos considerados básicos para a promoção do desenvolvimento rural sustentável e pretende-se que seja estabelecida de forma sistêmica, articulando recursos humanos e financeiros a partir de parcerias eficazes, solidárias e comprometidas com o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar em todo o território nacional. Incluem-se aqui as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF. Dentre estes outros pilares fundamentais que sustentam a Política de Ater, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre será elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater (MDA, 2007).

Com isso, o MDA busca uma Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) sem restrições das possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e com o propósito de diminuir a exclusão social no campo, com uma metodologia diferente do apregoado pelo modelo do difusionismo e outros pacotes apregoados pela revolução verde.

Bordenave (1985, p.31-33), define o modelo Difusionismo como “...no modelo difusionista o objetivo fundamental é encurtar o tempo que geralmente intermedeia entre o lançamento de uma inovação pelos centros de pesquisa e sua adoção generalizada pelos agricultores”.

. Em 2007, o MDA elenca em um documento os princípios de um Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER):

Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.
Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os

agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.

Adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia.

Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.

Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (MDA, 2007).

Esses princípios buscam consolidar a importância da ATER como um fator essencial para o desenvolvimento rural e reforça a preocupação com o público alvo, a gratuidade, a agroecologia, a busca por soluções dos desafios e problemas que afetam os territórios de forma participativa (produtores e extensionistas), ênfase em soluções locais e adequadas ao meio ambiente e sua população e a segurança alimentar do país.

Miná (2007) contribui ao diagnosticar o cenário que se abre naquele momento com o início de uma PNATER construída e inspirada nos preceitos democráticos, pela tríade governo, mercado e sociedade civil com a finalidade de universalizar a ATER no país:

Parece evidente que não há intenção do governo federal de estabelecer uma orientação política para a extensão rural que resgate a coerência institucionalmente verticalizada (e garantida pela ausência de democracia) dos tempos da modernização conservadora. Neste sentido, as instituições públicas e privadas de ATER tenderão a se comportar de modo diverso e pouco regulado em relação à PNATER, procurando influenciá-la de acordo com interesses particulares a cada organização. O documento da PNATER é extremamente avançado em termos da proposta de mudança que coloca em cena. A seu modo, resgata um leque variado de críticas à extensão convencional. Estas críticas, por sua vez, vêm sendo construídas a partir de experiências bastante diversas e quase todas não são referidas às dimensões continentais de intervenção, como é o caso brasileiro e como exigem as políticas de caráter universalizante.

Desta forma, articulada, incentivada e liderada pelo MDA, em 11 de janeiro de 2010 é aprovada a Lei 12.188 conhecida como Lei da ATER, escrevendo um novo

capítulo na história da ATER brasileira. Parte dos objetivos da Lei contribuiu para isentar o MDA de realizar licitações para contratar os serviços de ATER, contratados então via chamadas públicas entre as entidades previamente credenciadas. E traz novamente a concertação como prerrogativa para equalizar a complexidade das diversidades brasileiras. A Lei de ATER constitui-se em:

- Capítulo I

Alguns entendimentos sobre o que é ATER, DAP e Relação de Beneficiários e os seus princípios norteadores ajudando a clarificar os objetivos da ATER;

- Capítulo II

Institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER);

- Capítulo III

Estabelece como credenciar e descredenciar as entidades que atuarão com ATER, quem fará o credenciamento e o descredenciamento e os requisitos mínimos para ser credenciada;

- Capítulo IV

Como se efetiva a contratação;

- Capítulo V

Como é o controle, acompanhamento, fiscalização e avaliação dos resultados do PRONATER.

Essa Lei define ATER e quais princípios a norteiam “Serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários inclusive as atividades agroextrativistas, florestais e artesanato” (BRASIL, 2010), norteada pelos seguintes princípios:

I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;

VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

É importante diferenciar a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). A PNATER, também conhecida como Lei da ATER define as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER). Essa Lei tem como objetivos a promoção do desenvolvimento rural sustentável; o apoio às iniciativas econômicas com potencial e às vocações regionais e locais; o aumento da produção e da produtividade com qualidade das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, extrativistas florestais e artesanais; a melhor qualidade de vida de seus beneficiários; a assessoria a gestão, organização, produção, inserção no mercado e abastecimento; o desenvolvimento de ações de manejo, proteção e recuperação de recursos naturais, dos agrossistemas e da biodiversidade; a construção de sistemas de produção sustentáveis (tecnologias sociais); o aumento de renda e o agregamento de valor à produção dos beneficiários; o apoio ao associativismo e ao cooperativismo e à formação de agentes de assistência técnica e extensão rural; a promoção do desenvolvimento com o uso de inovações tecnológicas e organizativas adequadas ao público beneficiário e a integração deste ao mercado produtivo nacional; a promoção da integração da ATER com a pesquisa; a contribuição para a expansão do aprendizado e da qualificação profissional e diversificada apropriada e contextualizada à realidade do meio rural brasileiro.

No capítulo II da Lei de ATER ficou instituído o PRONATER, que tem como objetivo a organização e a execução dos serviços de ATER ao público beneficiário, previsto no art. 5º dessa mesma lei, respeitadas suas disponibilidades orçamentária e financeira. É importante observar que o PRONATER é implementado em parceria com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Sustentável e da Agricultura Familiar ou

órgãos similares. Podem executar o PRONATER as instituições ou organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na forma da Lei de ATER e que possuam os seguintes requisitos:

- contemplar em seu objeto social a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural;
- estar legalmente constituída há mais de 5 anos, exceto entidades públicas;
- possuir base geográfica de atuação no Estado em que solicita o credenciamento;
- contar com corpo técnico multidisciplinar, abrangendo as áreas de especialidades exigidas para a atividade;
- dispor de profissionais registrados em suas respectivas entidades profissionais competentes, quando for o caso;
- atender a outras exigências estipuladas em regulamento.

Com a extinção do MDA a contratação das entidades executoras passa a ser feita pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar (SEAF) por meio de chamada pública que deve conter pelo menos:

- o objeto a ser contratado, descrito de forma clara, precisa e sucinta;
- a qualificação e a quantificação do público beneficiário;
- a área geográfica da prestação dos serviços;
- o prazo de execução dos serviços;
- os valores para contratação dos serviços;
- a qualificação técnica exigida dos profissionais, dentro das áreas de especialidades em que serão prestados os serviços;
- a exigência de especificação pela entidade que atender a chamada pública do número de profissionais que executarão os serviços, com suas respectivas qualificação técnico- profissionais;
- os critérios objetivos para a seleção da entidade executora.

Essas chamadas são publicadas na página inicial do órgão contratante (SEAF) e no Diário Oficial da União e, quando necessário, por outros meios.

Para acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar os resultados e a execução dos contratos firmados nesse programa, as entidades lançam em sistema eletrônico as

informações sobre as atividades executadas, conforme dispuser o regulamento a ser atendido.

As instituições podem solicitar a liquidação de suas despesas após lançar no relatório de execução dos serviços contratados em sistema eletrônico, plenamente acessível a qualquer cidadão por meio da internet. O relatório deve conter:

- identificação de cada beneficiário assistido, contendo nome, qualificação e endereço;
- descrição das atividades realizadas;
- horas trabalhadas para realização das atividades;
- período dedicado a execução do serviço contratado;
- dificuldades e obstáculos encontrados, se for o caso;
- resultados obtidos com a execução do serviço;
- o atesto do beneficiário assistido, preenchido por este, de próprio punho;
- outros dados e informações exigidos em regulamento.

Podemos observar que a Lei de ATER elenca alguns princípios e a manutenção de palavras chaves importantes e relevantes ao tema da ATER, reforçando o tema como um fator essencial para o desenvolvimento rural de forma mais participativa e com a preocupação ecológica e sustentável.

Isso posto, temos um cenário estabelecido para a busca do desenvolvimento rural. Da sua promulgação até os dias atuais é salutar verificarmos a sua implementação no cotidiano dos escritórios de ATER e de seus extensionistas, os resultados alcançados até este momento e o conhecimento da legislação por todos os seus intervenientes e beneficiários.

A fim de situar a ATER dentro da proposta deste trabalho mostramos, a seguir, as características rurais do município de Bauru.

1.6 – Caracterização da agropecuária de Bauru

Para descrever as características da agropecuária de Bauru utilizamos o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) válido para os anos de 2010 a 2013. Devido ao fato de ser pouco recente, a SAGRA não disponibilizou em seu site o

PMDRS. Sugerimos deixar disponível como arquivo e histórico. Não há um plano mais atualizado pelo fato de não haver interesse dos produtores em realizar outro planejamento, o próprio conselho de desenvolvimento rural não se manifesta institucionalmente de forma mais contundente para atualizar esse plano, conforme informou um extensionista.

O nome Bauru tem sua origem com os índios Kaingang residentes nesta região, também chamados de índios Bauru, palavra em tupi-guarani que significa “cesto de frutas”. A região onde se localiza começou a ser colonizada em 1856 e em 1896 foi fundado o município de Bauru.

Na primeira década de 1900 o município recebeu o prolongamento das estradas de ferro Sorocabana e Paulista para o escoamento da produção de café do Oeste Paulista até os municípios de São Paulo e Santos. Também foram iniciados nessas primeiras décadas o projeto e a construção da estrada de ferro Noroeste ligando Bauru até o Mato Grosso do Sul. Esses entroncamentos ferroviários proporcionaram um grande crescimento do município, conhecido como a “Cidade Sem Limites”.

Em meados do século XX, os principais produtos agrícolas produzidos no município eram café, milho e algodão. A partir dos anos 60 até os anos 70, Bauru foi a terceira maior região produtora de abacaxi do estado de São Paulo.

A população de Bauru, segundo o censo do IBGE (2010), possui a distribuição apresentada na Tabela 1. O último Levantamento das Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), de 2008, possibilitou a caracterização e as tabelas 2, 3 e 4 fornecem dados para uma melhor compreensão da realidade do município analisado. Até o momento da redação deste trabalho ainda não havia uma atualização dessas informações, embora estivesse prevista para 2015.

Tabela 1 - População residente no município de Bauru

	Homens	Mulheres	Total	Rural/Urbana %
Área Rural	4.596	1.157	5.753	1,67
Área Urbana	162.053	176.131	338.184	98,33
Total (hab.)			343.937	100

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 2 - Participação da Agropecuária na Economia Municipal (x 1.000)

• PIB Total:	R\$ 10.945.151,00	100,00%
• PIB Serviços:	R\$ 8.002.014,00	73,11%
• PIB Administração:	R\$ 1.218.841,00	11,14%
• PIB Indústria:	R\$ 1.692.036,00	15,46%
• PIB Agropecuário:	R\$ 32.260,00	0,29%

Fonte: IBGE(2014)

Tabela 3 - Principais explorações agropecuárias em hectares (ha)

	Área (ha)	Nº UPAs
Braquiária	37.291,6	564
Eucalipto	4.011,8	109
Laranja	2.293,3	38
Outras gramíneas para pastagem	2.171,5	129
Cana de açúcar	1.705,5	214
Milho	272,0	22
Abacate	216,5	7
Pinus	180,1	9
Abacaxi	171,0	3

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Tabela 4 - Produção agrícola em toneladas (ton) por hectares (ha)

	Produção (ton.)	Área (ha)
Abacate	2.950	216
Amendoim	48	25
Café	19	25
Cana de açúcar	32.046	419
Laranja	23.000	1.375
Limão	135	7
Mandioca	79	5
Milho	600	100
Sorgo	56	20
Uva	12	1

Fonte: IBGE (2014)

Os levantamentos realizados pelo escritório regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Bauru em 2008 informam que dos 67.350 ha de área total do município 56.062,01 ha são áreas rurais e 11.288 urbanas. Da área rural, 40.071,12 são de pastagens, representando 71,48% da área cultivável do município.

O PMDRS descreve a caracterização ambiental do município, identificando 238 ha de nascentes, 4.017 ha de rios, totalizando 6,3% da área total do município. Essas áreas são consideradas de preservação permanente. Bauru possui três áreas de proteção ambiental (APA) municipal e uma estadual.

Essa distribuição muito desigual da população rural e urbana pode ter ocorrido devido ao êxodo rural sofrido com maior intensidade nas décadas de 80 até os dias atuais. Esse êxodo é sentido mais fortemente onde a oferta de melhor qualidade de vida está focada nos produtos e serviços urbanos, negligenciando a população rural. Outro fato observado é o alto custo de oportunidades que a permanência rural enfrenta em comparação com as novas chances de ocupação nas cidades. Também não existe um

diagnóstico ou censo com maior riqueza de detalhes para aferir a situação sócio econômica da população rural.

Na figura 5, podemos ver o total do Produto interno Bruto (PIB) de 2016.

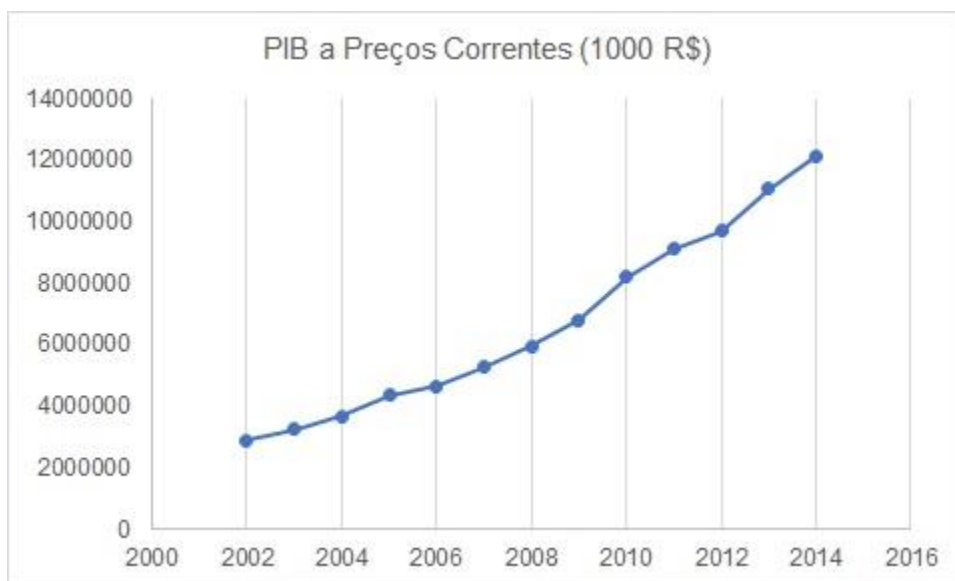


Figura 5 - PIB do município de Bauru – SP

Fonte: IBGE(2016)

Na participação dos setores não estão computados os impostos, líquidos de subsídios sobre produtos a preços correntes.

Segundo o IBGE (2010), o município apresentava o índice de desenvolvimento humano de 0,801.

A baixa representatividade do PIB Agropecuário pode ser devida ao fato de que a produção agropecuária do município é enviada para outros municípios para ser industrializada e posteriormente comercializada no próprio município gerando renda no setor de serviços. Dessa forma, o PIB agropecuário possui baixo valor agregado. A SAGRA vem atuando para agregar valor à produção agropecuária do município, mas não conseguiu até o momento nenhum resultado prático. A CATI, com o programa Microbacias II, acesso ao mercado, também está buscando viabilizar projetos com a mesma finalidade.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) elaborado conselho municipal de desenvolvimento rural e válido para os anos de 2010 a 2013, fornece algumas informações úteis para a compreensão do cenário onde atua a ATER e que este trabalho se propõe a investigar.

A) Instituições ou Entidades

Bauru possui instituições e entidades com um perfil aderente que podem contribuir para o avanço do desenvolvimento rural. E é sede regional de muitas delas. Não é muito difícil realizar reuniões ou encontros de concertação com os funcionários dessas instituições. Abaixo, relacionamos essas entidades e instituições:

APTA	Agencia Paulista de Tecnologia do Agronegócio.
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CODASP	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CDA	Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado de São Paulo
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CTR-Bauru	Centro Técnico Regional Faculdade Anhanguera de Bauru
FIB	Faculdades Integradas de Bauru
FETAESP	Federação dos Trabalhadores do Estado de São Paulo
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IPMET Unesp	Instituto de Previsão Meteorológica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas Secretaria Estadual do Meio Ambiente.
SAGRA	Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento
SEMA	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
UNESP	Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho
UNIP	Universidade Paulista

B) Crédito Rural

O PMDRS cita que Bauru possui atualmente o Banco do Brasil como principal fornecedor de crédito rural para o custeio e investimento das atividades agropecuárias. Para obter esse crédito rural são disponibilizados aos produtores beneficiários da ATER públicas as linhas de financiamento do PRONAF e do FEAP.

C) Transporte

Segundo informações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural a principal forma de escoamento da produção agropecuária ocorre nas estradas municipais (327 quilômetros de extensão). Essas estradas nem sempre possuem a manutenção adequada e a falta de práticas conservacionistas nas propriedades rurais adjacentes ocasiona degradações no período chuvoso.

D) Abastecimento de Água

Outra informação do PMDRS é de que os produtores utilizam somente água de poços e minas para consumo próprio e para a atividade produtiva.

E) Energia Elétrica

Do total das propriedades rurais, 639 (639 UPAS) possuem energia elétrica, representando 89%. (LUPA – 2008).

F) Entidades, Associações e Instituições Rurais

Algumas entidades, instituições rurais, associações e cooperativas fazem parte também do mundo rural de Bauru. A sua representatividade se faz presente no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural para tomar conhecimento dos assuntos pertinentes que influenciam o cotidiano dos produtores bauruenses. Abaixo relacionamos essas entidades:

ABAMA	Associação Bauruense de Apicultores Meliponicultores e Ambientalistas
AFB	Associação dos Feirantes e Produtores de Bauru
APROB	Associação dos Produtores Rurais Ouro Branco
APROCOP	Associação dos Produtores Rurais Orgânicos do Centro Oeste Paulista
ARCO	Associação Rural do Centro Oeste
ARIBAU	Associação das Revendas de Insumos e produtos Agrícolas de Bauru
	Associação Brasileira de Cavalos Quarto de Milha – Núcleo Bauruense
	Associação Brasileira de Criadores de Zebu
	Associação Brasileira do Cavalo Paint Horse
	Associação de Moradores das Chácaras Reunidas Santa Maria.
	Associação dos Produtores de Frutas de Bauru e Região – “Bauru Frutas”

Associação Nacional do Cavalo de Rédeas
 Associação Paulista de Criadores de Nelore
 Associações de Moradores de Tibiriçá
 NOBRE Núcleo de Ovinocultura de Bauru e Região
 Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Empregados Rurais de Bauru,
 Avaí e Arealva.
 Sindicato Rural de Bauru (patronal)

Os dados extraídos do LUPA (2008) são oficiais da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e podem ser utilizados como fonte em comparação com o Censo Agropecuário de 2006 do IBGE. A seguir, extraímos algumas informações referentes ao município pesquisado e do plano municipal de desenvolvimento rural sustentável elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Bauru, realizado em 2010, mostrando com maior detalhe a estrutura fundiária, ocupação do solo, principais atividades produtivas.

A área rural total de 56.062,07 hectares possui 715 Unidades de Produção Agropecuárias (UPAs). O módulo rural em Bauru é de 12 hectares.

Tabela 5 - Estrutura fundiária de Bauru (hectares)

Estrato (ha)	UPAs		Área Total	
	Nº	%	Ha	%
0-10	212	29,66	1.103,8	1,97
10-20	148	20,70	2.132,9	3,80
20-50	163	22,80	5.131,8	9,15
50-100	68	9,51	4.951,0	8,83
100-200	56	7,83	7.968,2	14,21
200-500	43	6,01	13.333,7	23,78
500-1000	20	2,8	14.255,9	25,43
1000-2000	4	0,56	4.926,4	8,79
2000-5000	1	0,14	2.258,4	4,03
>5000	0	0	0	0

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Tabela 6 - Ocupação do solo no município de Bauru em hectares (ha)

Descrição de uso do solo	Nº de UPAs	Área (ha)	%
Pastagens	683	40.071,2	71,48
Vegetação Natural	308	4.316,9	7,7
Reflorestamento	114	4.196,5	7,49
Cultura Perene	267	2.809,0	5,01
Cultura Temporária	260	2.275,1	4,06
Vegetação de brejo e várzea	407	1.543,6	2,75
Área complementar	667	633,17	1,13
Área em descanso	16	216,6	0,39

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Tabela 7 - Principais explorações pecuárias (em cabeças de animais e de unidades produtivas)

Principais explorações pecuárias	Número	Unidade	Num. UPAs
Avicultura de corte	178.000	cab/ano	2
Avicultura de postura	6.680	cabeças	5
Bovinocultura de corte	40.748	cabeças	490
Bovinocultura leiteira	1.644	cabeças	78
Bubalinocultura	185	cabeças	2
Caprinocultura	77	cabeças	6
Equinocultura	2.064	cabeças	405
Ovinocultura	2.726	cabeças	48
Piscicultura	32.001	m2 tanques	4
Suinocultura	5.906	cabeças	24

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Tabela 8 – Principais atividades não agrícolas e famílias envolvidas

Principais atividades econômicas não agrícolas	Número	Unidade	Número de famílias envolvidas
Esporte e lazer	6	estabelec.	6
Hotel fazenda/pousada/Spa	1	estabelec.	1
Pesque e pague	3	estabelec.	3
Restaurante, lanchonete	2	estabelec.	2
Transformação/artesanal	1	estabelec.	2

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

O PMDRS identificou em Bauru a existência das principais revendas de insumos: Agrosolo, Agroserv, Cimoagro, Sementec; da principal integradora de aves: Itabom (sede Itapuí-SP); dos principais viveiristas: Viveiro de Mudas Brasil e Aciflora; das empresas de celulose: Duratex, Ripasa e Lwarcel; da principal usina de açúcar e álcool: Cosan.

G) Análise Geral

A localização central no estado de São Paulo com importantes rodovias (SP 300, SP 294 e SP 225) cortando seus domínios e um aeroporto servido de infraestrutura para o envio e recebimento de equipamentos industriais, universidades públicas estaduais e faculdades conferem a Bauru importância para influenciar os aspectos sociais e econômicos da região e uma boa condução na agropecuária local contribui para o desenvolvimento rural do seu entorno e da região oeste do estado.

O PMDRS cita que a agricultura familiar está principalmente representada pelas atividades de Olericultura, Fruticultura e Pecuária Leiteira, que são reconhecidamente geradoras de emprego e renda contando com 564 trabalhadores familiares e 440 empregados permanentes. Assim, essas atividades requerem uma atenção especial por sua importância econômica e social dentro do setor da agropecuária do município. O setor agropecuário oferece também empregos temporários em época de safra de laranja e cana. A Equinocultura é um segmento muito importante, destacando-se as raças Quarto de Milha e Paint Horse, que mantêm Bauru no cenário nacional devido aos renomados criatórios e grandes eventos realizados no município.

Tabela 9 - Identificação e descrição das principais cadeias produtivas.

Atividade	Mão de obra	Canais de Comercialização
Apicultura	Familiar	Feiras, atacadista, direto consumidor
Avicultura de corte	Familiar	Indústria integradora
Cana de açúcar	Familiar	Usinas de açúcar e álcool
Fruticultura	Familiar e contratada	Feiras, atacadistas, supermercados.
Laranja	Familiar, contratada e temporária	Agroindústria, atacadista e varejista
Olericultura	Familiar e contratada	Feiras, supermercados atacadistas(atravesadores)
Ovinocultura	Familiar e contratada	Frigoríficos da região e comércio informal
Pecuária de corte	Familiar e contratada	Leilões, frigoríficos
Pecuária leiteira	Familiar	Laticínios da região
Reflorestamento (eucalipto)	Contratada, terceirizada	Empresa de papel e celulose, fornos de carvão, madeireira

Fonte: LUPA – CATI/SAA (2008)

Os dados do INCRA revelam o cadastro de 1158 propriedades no município que, se descontarmos as 715 UPAs, restam ainda 443 que ficam caracterizadas como propriedades de lazer, responsáveis diretas por muitos empregos e renda referente a aluguel.

O PMDRS também descreve que, de maneira geral, o rendimento obtido nas diversas atividades agropecuárias é baixo e a maioria dos produtores familiares utiliza métodos convencionais de cultivo, sendo assim necessário um aprimoramento das

técnicas utilizadas, com capacitação e ações de Assistência Técnica e Extensão Rural contínua, visando aumentar a rentabilidade das atividades desenvolvidas. O uso de práticas inadequadas na implantação e manejo das atividades agropecuárias tem ocasionado degradação dos recursos naturais e contribuído para a diminuição da produção e renda.

Na época da elaboração do PMDRS foi informado que era frequente o uso inadequado de agrotóxicos e dos respectivos equipamentos utilizados na sua aplicação, causando contaminações ao meio ambiente e aos aplicadores envolvidos, ineficiência nos controles e aumento do custo de produção; havendo a necessidade de se promover a capacitação dos produtores de modo a evitar a degradação ambiental e preservar a saúde dos aplicadores e consumidores.

Quanto à organização dos produtores rurais, embora tenha evoluído nestes últimos anos, ainda necessita de apoio para aumentar o envolvimento dos produtores e melhorar as formas de gerenciamento e planejamento estratégico, visando o fortalecimento das associações existentes. Em se tratando de escoamento da produção agrícola, Bauru e região têm como destaque um grande entroncamento aero-rodó-hidro-ferroviário devido à privilegiada localização dentro do Estado de São Paulo, mas no que se refere à área rural, necessita de um planejamento específico, visando, melhorias, conservação e manutenção dos atuais 327 Km de estradas rurais.

Estas características, mapeadas e descritas pelo plano municipal de desenvolvimento rural sustentável elaborado em 2010 pela Prefeitura Municipal, CATI, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, entidades representativas do setor rural (associações, sindicatos, instituições de ensino e pesquisa) e produtores do município, contribuíram para visualizar o cenário onde a PNATER pode ser aplicada para contribuir em avanços no desenvolvimento rural do município de Bauru.

A figura 6 representa a área geográfica ocupada pelo município de Bauru, SP.

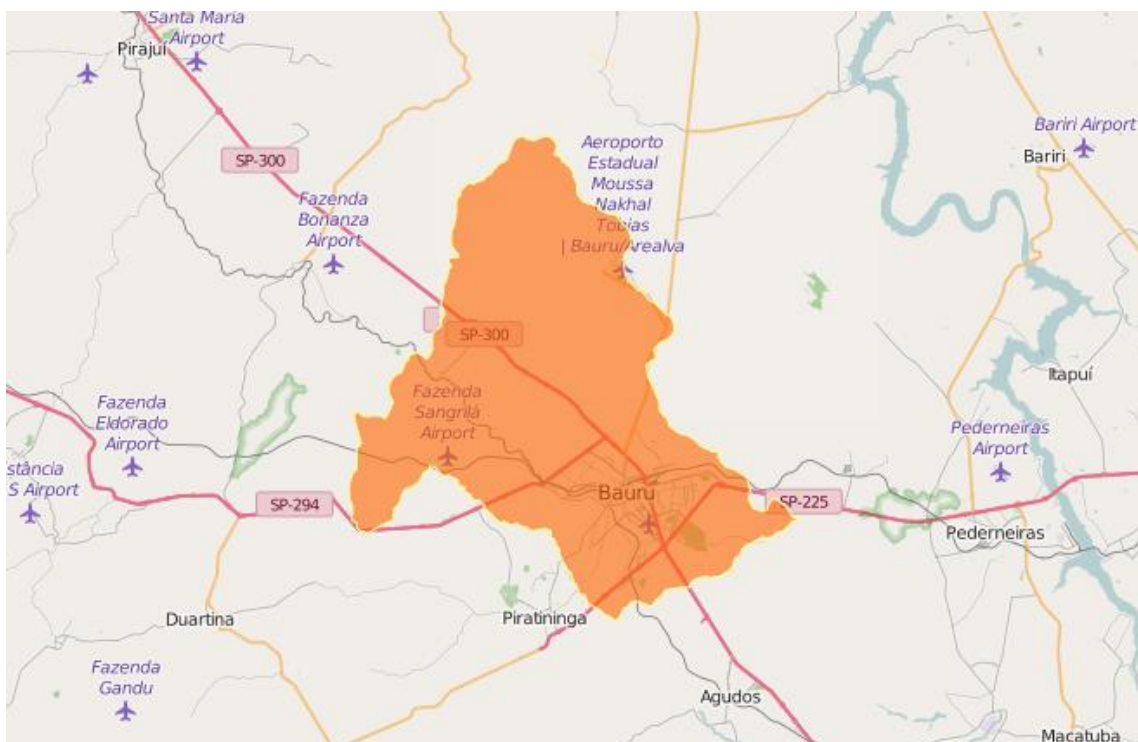


Figura 6 - Mapa do município de Bauru - SP

2. OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é investigar oportunidades e ameaças aos serviços de ATER no município de Bauru e a necessidade de reformulações para aumentar a efetividade e qualidade da implantação da PNATER, instituída pela Lei de ATER. Seus objetivos específicos são:

- Analisar o perfil das instituições que trabalham prestando serviços de ATER em Bauru, sua natureza jurídica, a formação da equipe técnica, área geográfica de atuação e infraestrutura;
- Identificar qual o público que é atendido pelos serviços de ATER, coletando estas informações: tamanho da propriedade, quantidade de produtores no município, atividades desenvolvidas, renda bruta anual, idade, sexo, escolaridade e o perfil da cadeia produtiva do público atendido;
- Identificar o nível de conhecimento dos extensionistas sobre a PNATER analisando quais capacitações foram realizadas sobre o assunto, quais as percepções sobre a Lei da ATER e quais os objetivos e a missão dos serviços de ATER no município.

- Identificar a influência da política sobre a ação das instituições de ATER, analisando se os princípios são efetivados e se os produtores são atendidos conforme esses princípios;

- Avaliar o trabalho das instituições de ATER, investigando qual a metodologia de trabalho, qual o número e perfil de parcerias institucionais, qual a forma de monitoramento e avaliação das atividades realizadas pelos extensionistas e da instituição.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Com a finalidade de obter dados descritivos sobre os princípios da PNATER nas instituições de ATER e no cotidiano dos extensionistas de Bauru, utilizamos nesta pesquisa a natureza exploratória pois temos como objetivo proporcionar uma visão geral de tipo aproximativo acerca de determinado fato (Gil, 2002, p. 27).

Em nossa exploração, identificamos e visitamos duas entidades de ATER no município de Bauru - a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SAGRA), estabelecida há 19 anos no município de Bauru e a Coordenadoria De Assistência Técnica Integral (CATI), instituição que representa a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo há mais de 25 anos.

Analisamos os dados diretamente nas respostas, sem mediação de operações numéricas, o que é, conforme Oliveira (2008), considerado como análise qualitativa.

Com o propósito de analisar oportunidades e ameaças ou reformulações de ATER para aumentar a sua efetividade e a qualidade no atendimento aos princípios da PNATER, estabelecemos três momentos distintos e integrados na pesquisa.

No primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica referente ao tema; no segundo, a pesquisa documental nas instituições de ATER; no terceiro, o levantamento de campo. Demos início à pesquisa bibliográfica, à pesquisa documental e à leituras das obras que fazem parte de nosso referencial teórico. Simultaneamente, fizemos a análise interpretativa da PNATER para uma maior compreensão dos princípios da lei.

Em seguida, com a finalidade de manter os objetivos traçados, delimitar o tema e responder à pergunta de investigação proposta neste trabalho, elaboramos uma matriz

de amarração. Essa matriz está representada no anexo D. A matriz facilitou a pesquisa e coleta de informações com os respondentes e os procedimentos da entrevistas - como fazer as perguntas, como anotar as respostas, etc.

Após essas etapas, iniciamos contato com a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Bauru e a CATI, para marcarmos dia, horário e local (agenda) para entrevistar os extensionistas. Nesse primeiro contato buscamos utilizar da entrevista informal "...esta só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados" (GIL, 2002, p.117).

Com vistas a investigar o problema a partir da experiência de quem a vivencia, foram aplicados questionários com perguntas extraídas da matriz de amarração. Neste trabalho, definimos questionário como sendo "...a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimento, crenças..." GIL (2002, p. 121).

O questionário aplicado foi do tipo aberto para que os extensionistas pudessem se posicionar livremente e, com seu consentimento, suas respostas foram registradas diretamente no computador, sem interferência do entrevistador. O anexo A traz o questionário aplicado.

A coleta dessas informações tem a finalidade de encontrar respostas para os objetivos gerais e específicos propostos neste trabalho. Elaboramos uma tabela (matriz de amarração) com os objetivos específicos, os pontos investigados e as perguntas aplicadas aos extensionistas.

Concluída a etapa dos questionários, aplicamos uma dinâmica inspirada na técnica de grupo focal. Essa técnica trouxe a oportunidade aos extensionistas para expor ideias, opiniões, expectativas e percepções em conjunto com os demais colegas.

Foi realizado um grupo focal com os extensionistas da SAGRA e outro com os extensionistas da CATI. Segundo Neto; Moreira; Sucena (2002, p. 5), a técnica de grupo focal é:

...uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público-alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico.

Apresentam-se no quadro 1 os objetivos específicos, pontos investigados e perguntas aplicadas.

Objetivos Específicos	Pontos investigados	Questionário de campo
Avaliar o perfil das instituições que trabalham com Assistência Técnica e Extensão Rural	Número de escritórios de ATER no município	Qual a quantidade de ATER existente em Bauru?
	A sua natureza jurídica	Qual a natureza jurídica da ATER?
	Formação dos Técnicos que atuam em ATER	Qual a sua formação técnica?
	Area geográfica de atuação	Qual a área geográfica de atuação?
Identificar o público atendido pelo escritório de ATER	A estrutura do escritório de ATER	Qual a estrutura (veículos, equipamentos) de trabalho?
	Tamanho da propriedade, número de produtores, atividade desenvolvida	Qual o tamanho da propriedade, quantidade de produtores, atividade principal, escolaridade, sexo e renda bruta anual dos produtores?
Identificar o nível de conhecimento dos extensionistas sobre a PNATER	Perfil da cadeia produtiva	Qual o perfil da cadeia produtiva do público atendido?
	Capacitações realizadas pelos extensionistas	Quais as capacitações realizadas sobre a PNATER?
	Percepções dos extensionistas sobre a PNATER	Qual a sua percepção sobre a PNATER?
Identificar a influência da PNATER sobre a ação da ATER	A missão e os objetivos da ATER	Qual a missão e objetivo da ATER?
	Os princípios da PNATER são efetivados pelo escritório de ATER	Os princípios da PNATER são efetivados pela instituição?
	O atendimento aos produtores observa os princípios da PNATER	Os produtores são atendidos conforme os princípios da PNATER?
Avaliar o trabalho da instituição de ATER	O cotidiano do escritório e a execução prática dos princípios	Como os princípios são colocados em prática?
	A metodologia de trabalho	Qual a metodologia de trabalho?
	As parcerias institucionais	Qual o número e perfil de parcerias institucionais?
	O monitoramento e avaliação das atividades realizadas	Qual a forma de monitoramento e avaliação das atividades realizadas?

Quadro 1 - Objetivos específicos, pontos investigados e perguntas aplicadas

O debate foi realizado em dias diferentes com os extensionistas da SAGRA e com os extensionistas da CATI.

Elaboramos um roteiro para a aplicação da prática do grupo focal observando a organização dos participantes em círculo, uma apresentação informal de todos os participantes, inclusive do aluno de mestrado que teve o papel de mediador.

Após a apresentação, realizamos uma breve introdução mostrando o objetivo do estudo e do grupo focal e informamos sobre a necessidade da gravação do debate para facilitar a análise das informações e solicitamos a autorização dos participantes. Foi frisada a importância da participação de todos no debate e explicado que as informações coletadas seriam parte da análise interpretativa, da discussão e conclusões do trabalho de mestrado.

O anexo B traz as questões chaves realizadas durante o debate com o grupo focal.

Realizamos uma análise interpretativa desses documentos, das entrevistas e do discurso dos depoimentos.

4. RESULTADOS

4.1 Perfil das Instituições que trabalham com ATER

Identificamos em Bauru duas instituições de ATER que atuam com o público beneficiário da PNATER: A Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento (SAGRA) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) - instituição pertencente a Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Na SAGRA, são seis os extensionistas que compõe o quadro técnico, formados por agrônomos, engenheiros florestais, técnicos agrícolas e veterinário. Na CATI, são quatro os extensionistas com formação em agronomia e veterinária. A CATI atende os seguintes municípios: Agudos, Arealva, Avai, Bauru, Borebi, Cabrália Paulista, Duartina, Iacanga, Lucianópolis, Paulistânia, Pederneiras, Piratininga, Presidente Alves, Reginópolis, Ubirajara. A SAGRA atende o município de Bauru e, por ter sido contemplada em 2013 em uma chamada pública do extinto MDA, possui uma técnica

com atuação fora do município de Bauru. Essa chamada conjunta do INCRA e MDA teve como objetivo a promoção da agricultura familiar agroecológica, orgânica e agroextrativista. O prazo da execução desse trabalho é de três anos. Os municípios atendidos pela técnica são: Agudos, Arealva, Avai, Bauru, Pederneiras e Piratininga.

A SAGRA possui uma boa infraestrutura com escritório, telefones e computadores; uma Kombi e um caminhão baú para atender os serviços de estradas rurais, dois veículos para fiscalização das feiras municipais e três veículos para atender os diretores, secretário municipal da agricultura e os extensionistas, além de demandas cotidianas, e uma Van para o programa da agricultura urbana. Os extensionistas informaram que a quantidade de veículos não é suficiente para atender a todos os produtores rurais do município, tornando-se um dificultador para um atendimento melhor desses produtores em relação aos princípios da PNATER e poder expandir seus serviços.

A CATI possui escritório, telefones, computadores e quatro veículos, um para cada técnico extensionista. Os extensionistas informaram também que a mão de obra, embora não seja suficiente para atender a todos os produtores rurais da região, para atender os produtores do município de Bauru é. A insuficiência de mão de obra afeta o tempo dedicado a cada propriedade e impossibilita aumentar o número de propriedades atendidas e prejudica a execução dos princípios da PNATER. Um dos princípios mais afetados é o da produção com base ecológica devido ao tempo necessário para a visita às propriedades dos produtores que possuem interesse nesse tipo de produção.

A SAGRA possui quatro extensionistas que atuam diretamente no campo e todos responderam os questionários para a obtenção das informações.

A CATI possui quatro extensionistas que atuam diretamente no campo e todos responderam os questionários para obtenção das informações.

Os extensionistas possuem um perfil profissional generalista. Essa análise é corroborada por um extensionista ao citar que atuam no campo como um “clínico geral”. Os próprios técnicos admitem a dificuldade em se ter um serviço técnico pontual especializado pois há muitas propriedades a serem atendidas.

A CATI atende efetivamente entre trinta e quarenta produtores, dos quais, quinze a vinte possuem PRONAF. A relação técnico - produtor assistido é de um para quarenta produtores, ou seja, quarenta UPAs são atendidas efetivamente com maior regularidade.

A SAGRA atende entre trinta e quarenta produtores, dos quais, quinze possuem PRONAF. A relação técnico - produtor assistido é de um para trinta a quarenta produtores. Todos os extensionistas concordam que as instituições possuem profissionais, mesmo que de forma reduzida, com formação adequada para atender aos princípios da Lei de ATER, mas não receberam uma capacitação ou treinamento específico sobre os seis princípios que compõe a PNATER e seus detalhes.

Caporal; Ramos (2006, p. 9) sugerem “uma relação de 100 famílias por técnico. Esse número pode ser o ideal em algumas áreas, mas não em outras, em razão das distâncias, dificuldades de locomoção, etc.”. Bauru possui 340 km de estradas rurais.

4.2 Público atendido pela ATER

O LUPA de 2008 mapeou mais de 700 propriedades e, destas, a maioria é composta por áreas de até 10 ha, ou seja, pequenas propriedades, público alvo para o atendimento da PNATER.

Em 2010, foi elaborado, em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, CATI, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, Associações de Produtores (ABA, APROB, NOBRE, BAURU FRUTAS) e produtores rurais, o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), com o propósito de colher informações agropecuárias para subsidiar a elaboração de um diagnóstico e assim poder implementar um plano de ação com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento rural. Esse documento descreve a característica do público beneficiário da ATER no município como pequenos e médios produtores.

O atendimento desses beneficiários pelas instituições de ATER é feito por demanda pessoal dos próprios produtores e com visitas às propriedades dos produtores interessados em entender ou melhorar a sua atividade produtiva.

As propriedades rurais dos produtores atendidos pela ATER não ultrapassam os 50 ha, o LUPA 2008 informa que são 500 pequenos produtores rurais distribuídos em

uma área de 7.000 ha com a atividade predominante de olerícolas, frutas, pecuária de corte e pecuária de leite com baixa tecnologia. A renda bruta anual não ultrapassa os R\$ 150.000,00. A idade média dos produtores é de 50 anos, sendo a maioria do sexo masculino. A escolaridade desses produtores é o ensino fundamental e médio.

Os extensionistas informaram a existência de aproximadamente 700 produtores, sendo que 400 desses possuem DAPs e aproximadamente 40 são atendidos com maior frequência e procuram os serviços de ATER.

Outra característica do agricultor familiar, público alvo da Lei de ATER, segundo os relatos dos extensionistas: “possui um perfil individualista resiste ao associativismo e cooperativismo”, “são teimosos”, “...quando somos chamados é para levantar defunto dentro do caixão”, “não tem interesse em participar de eventos”, “mesmo com enquetes aos produtores é baixa a adesão em cursos, palestras, capacitação”.

Com esse relato podemos avaliar que a forma utilizada para comunicação com os produtores pode estar ultrapassada ou desacreditada, havendo necessidade de se descobrir a causa desse desinteresse e individualismo.

Uma sugestão para melhorar a participação dos produtores é através dos canais de televisão da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e da Faculdades Integradas de Bauru (FIB). Esses canais poderiam transmitir informações e reportagens ao vivo ou gravadas sobre assuntos de interesse dos produtores de Bauru e região em horários que não prejudicassem o seu trabalho cotidiano.

Outra sugestão para o aumento da participação é levar a capacitação, palestras ou treinamentos até as comunidades rurais ou distritos onde residem estes produtores, ao invés de realizar somente em um auditório no centro do município.

Segundo os extensionistas, quando algo acontece errado o produtor quer achar um culpado, recaindo na ATER e, ainda, a maioria dos pequenos agricultores tem o pensamento de que “tudo que é grátis não é bom. Eles exigem mas não dão a devida importância”. Neste ponto observamos que a satisfação do produtor é alta com relação a gratuidade porém exigem um melhor atendimento para sua demanda. Talvez uma capacitação dos extensionistas em técnicas de atendimento ou satisfação do cliente poderiam contribuir para aumentar a valorização da ATER pública. Também foi relatado que o público alvo da PNATER aumentou a sua “preocupação ambiental” devido ao fato

de receberem autuações ambientais ou presenciarem seus vizinhos serem autuados por órgãos ambientais. Os produtores autuados ou seus vizinhos procuram os extensionistas a fim de obter orientação sobre as leis, normas e riscos ambientais que sua atividade pode cometer. Os extensionistas informaram, porém que a participação dos produtores em capacitações e treinamentos sobre assuntos do meio ambiente é baixa.

Identificamos que o público alvo da PNATER na sua maioria não possui um perfil voltado para o associativismo ou cooperativismo, não tem interesse em “abraçar” uma meta ou objetivo relacionado a uma atividade agropecuária em conjunto com outros produtores. A falta de um empoderamento maior por parte dos produtores para os temas rurais é sentida pelos extensionistas, porém eles não sabem identificar qual o seu motivo. Os beneficiários da PNATER procuram os serviços de ATER no município de forma individual, quando julgam necessitar de orientação técnica. Segundo os extensionistas, poucos produtores respondem aos chamados para encontros, capacitações, cursos e palestras. Um exemplo da falta de interesse e atitude dos produtores é a mini usina de leite que a Prefeitura Municipal doou para a APROB, uma associação de produtores de leite do distrito de Tibiriçá, e nunca produziu. Os produtores não se uniram para formar um grupo e fazer funcionar a mini usina.

4.3 Conhecimento dos extensionistas sobre a PNATER

Não há um planejamento anual das instituições que fornecem os serviços de ATER no município que busque se orientar ou atender os produtores pelos princípios da PNATER. O último PMDRS, feito em 2010 e válido por 4 anos, realizado em conjunto com o Conselho Municipal Rural, sindicatos e associações não debateram o conteúdo da PNATER e como ela pode contribuir com o desenvolvimento rural de Bauru. O PMDRS é um documento com o levantamento de dados rurais, com base no LUPA de 2008, que visa a caracterização da área rural e as instituições que atuam no município. No ano de 2017 a SAGRA iniciou contatos com a CATI para atualizar as informações do PMDRS de 2010 e, segundo um extensionista, o plano não foi atualizado antes devido à falta de interesse dos produtores em estimular as entidades para fazê-lo e, ao não se fazer o relacionamento ou o cruzamento das informações identificadas no PMDRS e a

PNATER, fica fragilizado o conhecimento dos extensionistas sobre a PNATER sem uma riqueza de informações que, com um bom planejamento, poderiam, de fato, contribuir para o desenvolvimento rural do município com a participação dos produtores, associações e sindicatos. Outro ponto levantado é que a Prefeitura Municipal é orientada a seguir esse PMDRS. Os extensionistas não mencionaram a realização de capacitações específicas sobre a PNATER e não conseguiram associar a Lei da ATER com o sentido de seu trabalho. Alguns extensionistas mencionam que “...a lei teoricamente é bem elaborada mas aplicá-la em Bauru é complicado, difícil. Os recursos para implementá-las não chegam até aqui.”

A CATI está cadastrada no Sistema Informatizado de ATER (SIATER) para participar das chamadas públicas do PRONATER. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) também. A SAGRA não recebeu o deferimento de seu cadastro pela SEAF no ano de 2017. A SAGRA não solicitou apoio do PRONATER no ano de 2015 e 2016.

Um problema que surgiu em 2015 com o acirramento político na esfera federal e estadual entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) teve como consequência o encerramento do Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável. Esse conselho estadual podia recomendar para o conselho federal uma chamada pública para serviços de ATER no estado, em parte dele ou em um município. Ou seja, o fluxo do processo para pleitear recursos do PRONATER ficou prejudicado. Não identificamos nenhum apoio do PRONATER já realizado em Bauru por nenhuma instituição cadastrada.

Um extensionista destacou que os beneficiários da PNATER são grupos de produtores carentes, o que não existe no município de Bauru.

Outro depoimento do distanciamento da Lei de ATER é percebido quando é relatado “...este assunto da segurança alimentar me fez acordar sobre a sua importância.” E um dos princípios da lei trata exatamente desse assunto.

4.4 A influência da PNATER sobre a ação da ATER

Antes de apresentar os resultados é importante lembrarmos os seis princípios da Lei da ATER que estabelecem a PNATER:

- 1) desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- 2) gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de ATER;
- 3) adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- 4) adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- 5) equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;
- 6) contribuição para a segurança alimentar e nutricional;

É possível verificar nas respostas dos extensionistas que os princípios da PNATER são atendidos parcialmente, exceto o quinto princípio que é atendido totalmente. A gratuidade é executada por ambas as instituições, por constar dos estatutos e normas que regulamentam seu funcionamento. A CATI foi criada pelo decreto 41.608 de 24 de fevereiro de 1997, que pode ser acessado em www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1997/decreto-41608-24.02.1997.html. A SAGRA foi criada pela lei 4.192 de 4 de março de 1997 - disponível ao público na própria secretaria. Deixamos a sugestão de disponibilizar essa lei no *site* da SAGRA. Alguns extensionistas mencionam que a qualidade, acessibilidade e a ampliação do atendimento de produtores aos serviços de ATER possuem pontos de entraves da instituição (poucos técnicos, veículos) e fora dela (falta de interesse ou tempo do beneficiário em buscar os serviços de ATER).

Outro princípio, o do desenvolvimento rural sustentável compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente, é atendido quando alguns produtores se habilitam a participar do programa conservador de águas executado pelos extensionistas da SAGRA e, também, quando procuram os

serviços de ATER para reformar os pastos degradados ou fazer rodízio de pastagens. Porém, não foi colocado pelos extensionistas um planejamento direcionado e integrado com as instituições para atender esse princípio.

Alguns extensionistas relatam um fato que julgamos importante, ao mencionar a atuação dos conselhos municipais de desenvolvimento rural em influenciar na implantação e execução prática dos princípios da PNATER e poder influenciar a ATER local: Quanto maior o incentivo, promoção e envolvimento do conselho rural utilizando-se de reuniões com produtores e instituições ligadas a área rural, oferecendo palestras técnicas, cursos e capacitações, maior será o entendimento desse princípio pelos produtores.

Ambas as instituições utilizam-se de reuniões e visitas às propriedades, porém, não percebemos em seus relatos a utilização de metodologias participativas, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural na busca de uma construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, como orienta o terceiro princípio da Lei de ATER. Há necessidade de se provocar o produtor para participar de encontros, debates, reuniões. As associações estão acabando devido ao desgaste de poucas pessoas para conduzi-las.

Outra característica de Bauru, mencionada por um extensionista, é não ter um objetivo comum na área rural. Mesmo com uma grande área de pastagem no município, os agricultores familiares possuem uma pecuária de leite de subsistência. Foi relatado que “alguns produtores por iniciativa própria procuram a CATI e a SAGRA para entender melhor sobre reforma e rotação de pastagens”. Os extensionistas relataram que “os produtores mais antigos têm resistência, restrição, acham que o extensionista vai transformar a sua propriedade em floresta”.

Todos os extensionistas da SAGRA e CATI concordaram que possuem corpo técnico com profissionais habilitados (extensionistas) para atender os produtores e buscar informações quando necessário, mas não em quantidade suficiente.

Os extensionistas da CATI informaram que o estado de São Paulo possui o programa São Paulo Orgânico, focado na olericultura. Os extensionistas relatam também que a mentalidade do trabalho executado na CATI é diferente daquela dos técnicos de empresas, pois procuram primeiro observar os impactos ambientais. Como as leis

ambientais estão mais rígidas, os produtores procuram seguir as boas práticas agrícolas. Também informaram que os produtores possuem a visão de reduzir o consumo de agrotóxicos devido ao custo dos produtos e a preocupação com a lei. Nos últimos anos, teve mudança no cenário rural, com mais informação circulando e mudanças em leis. O produtor começou a ter outra visão do meio ambiente. O tema da agricultura de base ecológica tem avançado entre os produtores. A CATI informou que no município existem aproximadamente 15 produtores com maior conhecimento sobre o que é a agricultura de base ecológica e que buscam aplicar esse conceito em suas atividades.

Lopes; Lopes; Redd (2011, p.8) auxiliam no entendimento da agricultura de base ecológica:

Todos os movimentos de agricultura alternativos a produção convencional e de base ecológica preocupam-se com métodos sustentáveis de relacionamento do homem com a natureza, no sentido de intervir o menos possível no meio ambiente, viabilizando ações que levem em consideração a conservação dos recursos naturais.

Perguntados sobre quantos cursos de capacitação em agroecologia e agricultura de base ecológica, sobre o tema de orgânicos e agroecologia, foram realizados no último ano, não souberam informar. Um extensionista com maior atuação na atividade de olericultura relatou que os produtores feirantes estão mais conscientes sobre a utilização de agrotóxico e tempo de carência para a comercialização.

Das 1.000 propriedades rurais cadastradas no município de Bauru, aproximadamente 350 possuem olerículas e desses, 40 são feirantes. Os que utilizam estufas realizam a análise de resíduos. As instituições não possuem registros de dados, mas os extensionistas da SAGRA e da CATI observaram que nos últimos três a quatro anos os produtores possuem maior atenção e cuidados em relação à utilização de agrotóxicos.

4.5 O trabalho da ATER em Bauru

Os extensionistas da SAGRA e da CATI elencaram os serviços de ATER mais procurados pelos produtores, como sendo:

- Apagar o fogo, trabalho de bombeiro de alguma dificuldade na exploração da atividade;

- Elaborar projetos para obtenção de crédito rural do PRONAF;
- Melhorar a trafegabilidade das estradas rurais;
- Orientar sobre as obrigações de algumas autuações ambientais.

Identificamos esses serviços como o cotidiano dos escritórios de extensão rural em Bauru.

A CATI, além dos serviços do cotidiano, também atua para implementar e viabilizar os seguintes programas:

- Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS);
- Microbacias II: acesso ao mercado;
- Venda de sementes e mudas;
- Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- Fundo de expansão do Agronegócio Paulista (FEAP);
- Revisão de boletins técnicos.

A SAGRA, atende os serviços do cotidiano e atua com maior ênfase para implementar e viabilizar os programas federais:

- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);
- Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);
- Programa de Hortas Comunitárias do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV);
- Programa Conservador de Águas (parceria com a FEHIDRO e ANA)

Percebemos que os extensionistas da SAGRA possuem uma atuação com prioridade nos programas e políticas públicas da área rural oferecidos pelo governo federal, como o PRONAF, o PNAE e o PAA. A CATI atua também no PRONAF e prioriza os programas estaduais. Esses programas e as políticas públicas, que possuem como

público alvo produtores rurais, são importantes instrumentos para o avanço do desenvolvimento rural do município de Bauru.

Os extensionistas da SAGRA e da CATI informaram nas entrevistas e debates que a metodologia utilizada na atuação da ATER é a visita à propriedade e atendimento no escritório dos produtores e associações de produtores.

Assuntos ou temas específicos que envolvam a equalização ou entendimento de um grande número de produtores como, por exemplo, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e Microbacias II, são abordados em reuniões com os extensionistas e os produtores rurais.

Não foi relatado pelos extensionistas que há um planejamento das visitas. Percebemos que as visitas são realizadas conforme a demanda.

No debate do grupo focal sobre o planejamento, em um determinado momento, um extensionista perguntou: “o que é planejamento?” e “como se fazer um planejamento?”

A seguir, descrevemos alguns dos programas trabalhados pelas instituições de ATER de Bauru:

- Microbacias II: parceria entre SAA e o BID, com o objetivo de apoiar, com recurso não reembolsável, as associações e cooperativas formadas por agricultores familiares, a infraestrutura para a comercialização da produção. Executado pela CATI.

A CATI até dezembro de 2016 não aprovou nenhum projeto de Microbacias II no município de Bauru. Programa teve início em 2010 e deveria ter sido implementado em todos os municípios do estado de São Paulo.

- Programa Conservador das Águas: parceria entre a FEHIDRO e ANA e as prefeituras municipais para recuperação (reflorestamento) e proteção (cerceamento) de área de proteção permanentes (APPs) e reserva legal (RL), com objetivo de apoiar com recursos não reembolsáveis o pagamento por serviços ambientais aos produtores pequenos e médios com até 300 ha. Os valores pagos são de aproximadamente R\$ 300,00/ha/ano. O programa é executado pela SAGRA, que possui somente um extensionista que prospecta e executa o Programa Conservador das Águas, com a intenção de captação de recursos não reembolsáveis da FEHIDRO e ANA. Um número pequeno para atender as 700 UPAs.

- PRONAF: O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas com terras próximas.

A CATI e a SAGRA não possuem um controle mensal para identificar sistematicamente quantos PRONAF por mês, por semestre ou ano obtiveram êxito na sua aprovação pelas instituições financeiras. As entidades fornecem a DAP, elaboram o projeto de custeio ou financiamento e após o envio para o banco, o produtor não retorna para as instituições se o PRONAF foi aprovado ou não.

Também percebemos a falta de integração das informações entre os extensionistas que cada programa se propõe a executar ou implementar. E não há entre os extensionistas da CATI e da SAGRA reuniões periódicas para se debater as dificuldades ou os avanços que esses programas realizaram. Eles se reúnem quando há problemas mais graves que possam prejudicar a execução dos programas. Por exemplo, explicação das regras e normas do crédito rural, licenças ou outorgas necessárias para a regularização da propriedade rural.

As instituições de ATER de Bauru possuem parcerias formais com bancos, universidades, faculdades particulares, APTA, INCRA, ADEOP e entre a SAGRA e a CATI.

A parceria formal entre a SAGRA e a CATI, conforme informações do Secretário Municipal de Agricultura e Abastecimento de Bauru, é devido ao fato de que é necessário formalizar a cooperação, por exigências legais das instituições e para não ter algum questionamento futuro sobre a cooperação ou parceria.

Nos debates com o grupo focal com os extensionistas da SAGRA foi sugerida a necessidade de um funcionário para organizar e prospectar melhor a demanda por parcerias e como buscá-las com o objetivo de desenvolver a área rural do município.

Os extensionistas da SAGRA e da CATI buscam sensibilizar e incentivar os produtores para a produção orgânica. Atualmente, de vinte a trinta produtores rurais levam alguns poucos produtos orgânicos às feiras livres e supermercados do município.

Outra atuação da SAGRA é o apoio dado ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), que estabelece no seu projeto de construção das moradias, o desenvolvimento de ações sociais para integrar seus moradores, e a SAGRA contribui com orientação técnica, sementes, mudas e adubos orgânicos para a implantação da agricultura urbana nesses conjuntos habitacionais. Atualmente, quinze produtores residentes do PMCMV plantam e cultivam olerícolas, legumes e frutas no sistema orgânico.

O monitoramento e a avaliação dos extensionistas são realizados de forma distinta pelas duas instituições. A SAGRA não individualiza o monitoramento ou a avaliação de seus extensionistas. A CATI possui um relatório diário de atividade (RAD), que é respondido de forma individual e, então, enviado diretamente para sua sede em Campinas, SP. As respostas ficam arquivadas e não são disponibilizadas ao público ou para o próprio escritório local sem que haja um pedido formal.

Um dos extensionistas relata que o ideal seria encontrar um grupo com trinta produtores atuando em uma mesma cadeia produtiva, unidos para discutir ou debater um determinado assunto e com objetivos bem definidos.

4.6 Relato do evento realizado em Bauru, em setembro de 2016

Participamos da apresentação do Plano Safra 2016/2017, realizada no mês de setembro de 2016 em Bauru.

Na oportunidade, a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAF) reconheceu a importância da Agricultura Familiar (AF) com seus 16 milhões de produtores familiares na América Latina. A SEAF identificou alguns dos problemas ou desafios presentes no cotidiano da agricultura familiar: energia, água, produção de alimento, meio ambiente e pobreza. Segundo a SEAF, das 5,1 milhões de propriedades, 4,367 milhões são exploradas pela agricultura familiar, gerando 74% dos empregos na zona rural.

A SEAF quer aperfeiçoar e ampliar o acesso às políticas públicas para o agricultor familiar e elaborar um cadastro nacional da agricultura familiar para integrar as políticas públicas.

No atual Plano Safra, as taxas de juros são menores pelo tipo de alimento produzido e não pelo valor emprestado. O foco da SEAF é a produção de alimentos.

O representante da SEAF explicou o mecanismo de funcionamento do seguro Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF).

Os produtores entenderam o Plano Safra, porém criticaram o fato do Tribunal de Contas da União (TCU) bloquear as DAPs dos agricultores assentados e não assentados, e disseram: “não há Plano Safra onde se tem que arrancar toco na enxada” e que “Tem dinheiro no banco, mas não temos acesso”. Um assentado observou que “se a agricultura familiar tem valor, então nos dê valor”. Bauru não possui assentamento rural e o INCRA não tinha um representante presente, porém, isso foi lembrado quando um assentado da região próximo do município de Bauru disse: “Quando ligamos no INCRA repassam nossas ligações e não resolvem”, outro assentado comentou: “A política tem que mudar no INCRA, mas se não parar a rodovia, ninguém nos ouve” e “Vá na Câmara Municipal e veja quantos nos ajudam” e também “Dois anos sem ajuda do INCRA, sem destoca”.

Foi constatado no evento que as parcerias institucionais entre o INCRA e o Instituto Biosistêmico (IBS), uma instituição sem fins econômicos, de direito privado, fundada em 2006 em Piracicaba, SP, naquele momento, estavam fragilizadas, pois os extensionistas não haviam recebido os pagamentos pelos serviços executados na assistência técnica com assentados nos anos de 2015/2016 em municípios próximos de Bauru. O IBIS não presta serviço de ATER em Bauru pois não há assentamentos no município.

Os participantes de assentamentos localizados em municípios vizinhos de Bauru, presentes na plateia, também disseram que: “não temos apoio do governo federal, estadual para a agricultura familiar e o banco só dá dinheiro para quem tem dinheiro”, “O plano safra para assentamento é como E.T. existe mas ninguém viu”. “Tem que dar condições nos assentamentos”, “O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pelo jeito vai embora!”.

Em outro momento, um produtor relata sua visão sobre ATER na região de Bauru: “A ATER é uma ilusão, seu trabalho não é para acertar documentos. O INCRA não fazia ATER, fazia documento, para aprovar recursos e só aprovava quando queria”.

Os assentados presentes ao evento não foram entrevistados pois não possuíam propriedades no município de Bauru, local de nossa pesquisa. Mencionaram, porém, que algumas prefeituras que receberam maquinários (uma pá carregadeira, uma motoniveladora e um caminhão) do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não priorizam os assentamentos. O representante da SEAF disse que vai apurar essas reclamações pois está escrito no convênio que é para prioritariamente trabalhar com a agricultura familiar. O município de Bauru, por não possuir assentamentos de reforma agrária, não possui esse tipo de convênio com a SEAF.

O funcionário da SEAF que atua em Brasília informou que o TCU, SEAF e INCRA estão conversando sobre os problemas dos assentamentos e que 30% dos assentamentos atualmente possuem indícios de pessoas estarem em dois assentamentos, o que não é permitido.

As reclamações e dúvidas foram anotadas pelo representante estadual da SEAF e encaminhadas para procurar resolvê-las e os problemas apresentados são anteriores a obtenção do crédito rural, tema do evento de divulgação do Plano Safra 2016/17.

5. DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

Neste item, analisamos nossa pergunta de investigação: Os princípios da PNATER são contemplados pelas ATER do município de Bauru?

Para tanto, utilizamos os resultados obtidos com os questionários e as entrevistas aplicados aos extensionistas.

Elencamos os seis princípios da PNATER e, em cada um deles, abordaremos as oportunidades, ameaças e propostas de reformulações para aumentar a efetividade e a qualidade da PNATER no município de Bauru e melhorar os serviços de ATER.

5.1 O primeiro princípio: do desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente

Um princípio aderente com o relatório Brundtland, 1991, que cita que “as necessidades da sociedade atual não podem comprometer as gerações futuras de atenderem a suas próprias necessidades”.

Porém, Carneiro; Maluf (2005) citam que o sucesso do meio rural é medido pela quantidade de produção, sem atentar para os efeitos negativos desse modelo. Desta forma, percebemos logo de início um descasamento de propósitos entre os produtores, o seu local e a forma de produção, a obtenção de renda para a sua sobrevivência e a sua conservação.

Percebemos que o atendimento desse princípio está dificultado nas ações da ATER de Bauru, pois não há um diagnóstico das propriedades revisto e atualizado anualmente e, mesmo com o PMDRS elaborado em 2010, não houve, pelas instituições prestadoras de serviços de ATER, um planejamento executado observando as informações contidas nele e nem um debate mais entre os extensionistas e entre as duas instituições. Esse debate seria importante para uma maior integração de informações, a fim de encontrar soluções para o atendimento desse princípio a médio e a longo prazo dentro do município.

Ao analisar as respostas dos questionários e do debate do grupo focal identificamos ser adequada a contratação de profissional com conhecimento na área de sociologia, administração ou economia, ou a capacitação e treinamento dos extensionistas de ambas as instituições em temas ligados a estas áreas para que haja um melhor planejamento estratégico. A atuação de profissionais nas áreas sociais pode contribuir com as instituições de ATER para identificar e formar lideranças da área rural e assim ajudar na disseminação dos princípios da PNATER por entre os produtores do município.

A falta de conhecimento e de capacitação nesse princípio prejudica a sua disseminação entre os produtores. Podemos citar como exemplo o Programa Conservador das Águas, estabelecido pela lei 6.757, de 22 de dezembro de 2015, em

execução no município por um extensionista da SAGRA: não foi mencionado como um trabalho prático que busca atender esse princípio. Assim, como melhoria para atender esse princípio, sugerimos debater o programa com maior frequência e disponibilizar as informações aos técnicos e às instituições de ATER.

O CAR foi lembrado pelos extensionistas da CATI como uma importante ferramenta para adequar os produtores e atender a este primeiro princípio. De um universo de 700 UPAs, aproximadamente 95% já realizaram o seu cadastramento no município de Bauru.

Não foi apresentado um relatório ou um acompanhamento mais sistematizado de ações para atender este princípio e não foi apresentado pelos extensionistas a quantificação dos trabalhos executados, em execução e a ser executados em aderência a este princípio. Não identificamos monitoramento e avaliação dos resultados alcançados. Os extensionistas não mencionaram o *site* das instituições com informações pertinentes e informam que os produtores possuem noção de proteger as APPs e reserva legal e não é feito o plantio direto de milho e soja nas poucas áreas cultivadas.

Em um determinado momento do debate com a Secretaria Municipal, um extensionista disse que agroecologia visa a qualidade de vida e agronegócio visa o lucro, completando “quando você fala de agroecologia é para pequeno produtor. E esse produtor tem que possuir cultura para o assunto”

Para atender este princípio foram identificadas algumas ameaças e fraquezas em ambas as instituições que necessitam de solução, como a carência de mão de obra, capacitação e treinamento dos extensionistas na PNATER e outras áreas como, por exemplo: administração, sociologia, psicologia, economia, sistemas para integração de informações dentro da instituição e para compartilhamento externo, e a falta de veículos, na SAGRA.

5.2 O segundo princípio: a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural

Faz menção ao atendimento dos produtores rurais mais pobres, contribui para a democratização para o acesso a ATER no país. A lei 8.171 de 1991, também conhecida como Lei Agrícola, em seu Capítulo V art. 17 cita:

O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas.

Porém, a aplicação prática deste princípio levanta um questionamento sobre a viabilidade de sua aplicação para os pequenos produtores mais pobres do país.

O censo agropecuário de 2006 informa que a maioria dos 4,3 milhões de agricultores familiares não haviam recebido assistência técnica, ou receberam ocasionalmente; a maioria dos pequenos produtores não recebe uma assistência técnica e extensão rural contínua e com qualidade.

Os extensionistas entrevistados informaram que a gratuidade é mantida por ambas as instituições a todos os produtores que acessam os serviços de ATER. Porém, reconhecem que qualidade e acessibilidade não são o ideal. Os extensionistas da CATI lembram que das 700 propriedades rurais, 400 possuem DAPs e somente 300 produtores são atendidos ou procuram pelos serviços de ATER com maior frequência. Os extensionistas da CATI informaram que atendem aproximadamente 80 produtores. Esses números podem expressar, ou a falta de motivação e atitude dos produtores em buscar os serviços de ATER, ou um quadro reduzido de extensionistas nas instituições de ATER. Assim, há um afastamento entre produtores e extensionistas. A grande maioria dos produtores que procura a ATER é somente para obter o crédito rural a que têm direito.

Não percebemos nas instituições pesquisadas a disponibilidade de recursos para a contratação de novos técnicos, nem vontade política para a ampliação dos serviços prestados atualmente.

A SEAF havia informado que no Plano Safra 2016/17 seria ofertado para a agricultura familiar e assentados R\$ 30 bilhões para a obtenção de insumos, máquinas, equipamentos, animais, construção de armazéns e infraestrutura rural. Porém, a cartilha do Plano Safra 2016/17 não informa de onde podem vir os recursos financeiros para os serviços de ATER para atender a essa demanda dos produtores, somente que serão atendidos 600 mil agricultores familiares e assentados da reforma agrária com foco e estímulo à produção agroecológica (CARTILHA PLANO SAFRA, 2016).

Esse descasamento entre a disponibilidade de recursos para os produtores e a indisponibilidade ou poucos recursos para os serviços de ATER contribui para explicitar o problema da incapacidade de atendimento, baixa qualidade e acessibilidade da ATER no país e que também se apresenta no município de Bauru.

O projeto de lei nº 790 de 2015, do Senado (PLS), pôde contribuir de forma significativa para amenizar e resolver boa parte da falta de recursos financeiros para o custeio da ATER no país. Ele se propõe a alterar a Lei 4.829, de 5 de novembro de 1965, e a Lei 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para dispor sobre o financiamento e a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural no país. Se aprovado, o governo federal terá seu foco direcionado para os produtores mais necessitados de apoio dos serviços de ATER.

O PLS coaduna com o cenário que se apresenta atualmente para a ATER pública, pois permite ao produtor que possui condições de financiar os serviços de ATER fazê-lo com prazos e taxas de juros adequados para a atividade agropecuária. Dessa forma, o produtor não fica a espera de serviços públicos que não ocorrem e não sobrecarrega as contas do Estado com um financiamento que ele não tem condições de assumir, deixando os serviços de ATER gratuita para os agricultores familiares mais pobres, conforme prevê a Lei Agrícola e a própria PNATER.

No PLS nº 790 lê-se:

...destinará 2% de todos os recursos destinados ao financiamento das atividades agropecuárias objeto dos planos agrícola e pecuário (PAP) elaborado pelo ministério da agricultura, pecuária e abastecimento (MAPA), e Safra da Agricultura Familiar, elaborado pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário (SEAF) sejam alocados em custeio da contratação de serviços públicos e privados de assistência técnica ou de extensão rural aos beneficiários do crédito rural.

E que metade (no mínimo 1%) desses recursos sejam destinados as atividades de contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural pela ANATER.

Por exemplo: O PAP 2015/2016 prevê um montante total de R\$187,7 bilhões e o Plano Safra 2015/2016 prevê outros R\$ 28,9 bilhões em financiamento. Somados, serão R\$ 216,6 bilhões. Considerando o proposto no artigo 20 do PLS, que altera o art. 3º da Lei de crédito rural, desse montante no mínimo R\$4,33 bilhões (2%) teriam de ser destinados ao financiamento da contratação de serviços públicos ou privados de assistência técnica e de extensão rural aos beneficiários de crédito rural. Destes R\$4,33 bilhões, conforme artigo 5º do PLS, cerca de R\$2,15 bilhões seriam geridos pela ANATER, montante superior aos R\$1,3 bilhão destinados a tais serviços, no orçamento de 2015.

Os outros R\$2,15 bilhões seriam disponibilizados por linhas de crédito para contratação de serviços privados de ATER pelos produtores rurais ou suas organizações diretamente no mercado. Ainda que subsidiados, com possibilidade de concessão de rebates, o fato de tais serviços serem financiados permite o retorno de parte dos recursos aos cofres públicos. Trata-se de uma estratégia de recuperação de custos (de financiamento do sistema) que é uma tendência mundial e que tornará a política de universalização do acesso pelos produtores aos serviços de ATER menos dependente da alocação de novos recursos públicos e do orçamento federal.

A aprovação desse PLS reduzirá as constantes ameaças de falta de recursos e os descasamentos de recursos aplicados em crédito rural e nos serviços de ATER e contribuirá para atender as demandas dos beneficiários da PNATER nas áreas rurais de um país de grandes dimensões e diversidade social, ambiental e econômica como o nosso.

Também contribui para o atendimento deste segundo princípio o fato de que os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural mais eficientes e atuantes conseguem uma maior participação e acesso dos produtores a ATER e, conseqüentemente, uma maior resolução de problemas na área rural. Essa participação dos Conselhos é vista pelos extensionistas como um cenário ideal. A CATI incentiva anualmente os Conselhos a manter seus documentos e atas como forma de estar aptos a exercer a sua função institucional na sociedade, porém são poucos os casos de sucesso no estado de São Paulo.

5.3 O terceiro princípio: A adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública

Este princípio torna mais explícitos os efeitos da falta de um diagnóstico e um planejamento construídos em conjunto com a população rural dificultando a obtenção de resultados efetivos e com boa qualidade. Desta forma, os resultados alcançados são modestos nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Ambas as instituições atuam com programas estaduais e federais com editais ou chamadas públicas parametrizados e, caso os produtores rurais não estejam preparados para atender aos pré-requisitos desses programas, são excluídos de apoios não reembolsáveis, ou seja, de baixo custo para os produtores, dificultando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública na área rural. Os problemas apontados, como o perfil mais individualista dos produtores, sua “teimosia” e a baixa adesão aos debates contribuem para aumentar essa dificuldade.

Um fato observado que não contribui para a prática deste terceiro princípio é a ausência de uma parceria formal (convênio) entre as instituições de ATER no município de Bauru. Essa parceria formal, segundo o Secretário de Agricultura, é necessária devido a exigências legais e para não ter qualquer problema de questionamentos futuros. Porém, a SAGRA e a CATI, individualmente, possuem parcerias institucionais com faculdades e universidades e instituições de pesquisa (APTA) para capacitação dos técnicos e dos produtores. O quadro técnico possui habilitação profissional para atender as políticas públicas de forma participativa na área rural, mas a falta de treinamento, capacitação e planejamento das instituições de ATER traz dificuldades em conhecer este princípio com maior profundidade, prejudicando também a divulgação e orientação de todas as políticas públicas disponibilizadas pela SEAF para os produtores rurais.

Os serviços da ATER estão preparados administrativamente para atender este princípio? Os horários de atendimento das instituições, de segunda a sexta feira das 08h00 às 17h00, são os melhores para os produtores rurais? A forma como a mensagem deste princípio está chegando até os produtores rurais é a mais adequada? Por isso a

necessidade de um diagnóstico para levantar como o produtor rural está participando da sociedade e construindo a sua cidadania nos tempos atuais.

Swanson (2010, p. 11) cita que um dos objetivos da ATER é incentivar a criação de organizações dos agricultores para melhorar o acesso ao mercado urbano e o manejo das bacias hidrográficas, ou seja, fornecer aos produtores condições para que eles busquem, por si próprios, o seu desenvolvimento e o da área rural.

Moser (1969) nos faz atentar para uma importante característica do profissional de ATER que é a de conhecer melhor as pessoas e as organizações para propor mudanças de comportamento humano e de grupo, as influências de um sobre o outro, o potencial de desenvolvimento que pode ocorrer com ações em grupo. Desta forma, o profissional de ATER deve incentivar e propor mudanças organizacionais ao ter amplo conhecimento da área rural e do território a ser desenvolvido.

A ATER tem por finalidade colaborar, incentivar e ser um apoio estratégico e tático, mas a atitude de executar a construção deve emanar e ser feita pelos produtores beneficiários da PNATER. Somente assim o avanço do desenvolvimento rural será perene, duradouro e sustentável. Uma boa instituição de ATER necessita estar atenta para não ultrapassar os limites de seus objetivos e de sua missão. Essa linha que separa o estratégico, tático, do executor social das políticas públicas é fina e pode ser ultrapassada no cotidiano. Pode ocorrer a inversão dos papéis dos atores envolvidos (produtores e extensionista) e parecer que o resultado final foi alcançado pelo trabalho executado pela ATER e não pelos produtores e suas organizações sociais.

Na atualidade em que vivemos este princípio é de complexo atendimento, pois trata-se aqui de pessoas. As pessoas são os motores do desenvolvimento e sem entusiasmo e determinação, o desenvolvimento rural não ocorre (MOSHER, 1969). Saber fazer a leitura dos cenários rurais e identificar as lideranças é fundamental para atingir o sucesso deste princípio.

5.4 O quarto princípio: a adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencialmente para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis

Este princípio incentiva e busca, junto com os produtores, um sistema agrícola que permita a adoção de práticas diversas, não somente de sistemas convencionais de manejo agrícola. Lopes; Lopes (2011, p.8) auxiliam no entendimento da agricultura de base ecológica:

Todos os movimentos de agricultura alternativos a produção convencional e de base ecológica preocupam-se com métodos sustentáveis de relacionamento do homem com a natureza, no sentido de intervir o menos possível no meio ambiente, viabilizando ações que levem em consideração a conservação dos recursos naturais.

Percebemos que os extensionistas de ambas as instituições, em nenhum momento, seja na entrevista individual ou no debate, relataram o fato da mudança ocorrida quando da aprovação da PNATER, onde o texto original incluía neste princípio a palavra agroecologia e foi substituída por agricultura de base ecológica.

A SAGRA não possui um diagnóstico e planejamento de toda a área rural do município mostrando como este princípio está sendo atendido ou observado no cotidiano dos seus extensionistas. A exceção é o cadastro de alguns produtores próximos do Rio Batalha que se inscreveram no Programa Conservador de Águas, mas cujas informações não estão integradas dentro da SAGRA e os extensionistas não realizaram uma discussão em grupo sobre este assunto.

As dificuldades da execução prática deste princípio são atribuídas à falta de recursos financeiros dos produtores e à falta de cultura dos produtores da área rural de Bauru para entender este assunto e avançar nas práticas de uma agricultura ou pecuária de base ecológica.

A área de pastagens no município é grande e não percebemos uma sensibilização ou a execução de um programa, como por exemplo, o CATI Leite, ou o Balde Cheio, da Embrapa, voltado para a recuperação das pastagens degradadas com maior intensidade ou foco. Vale aqui lembrar que o PMDRS apontou, como principal causa de assoreamento dos rios e lagos, a prática da pecuária extensiva.

A falta de capacitação, treinamento e atualização em tecnologias sociais (TS) dos extensionistas e dos beneficiários da PNATER são alguns dos dificultadores para que se possa ter um melhor atendimento deste princípio.

As TS são “um conjunto de técnicas e procedimentos, associados a formas de organização coletivas, que representam soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida” (PEDREIRA et al., 2004, p. 66).

Assim, Lassance; Pedreira (2004, p. 68-69) esclarecem, a respeito das tecnologias, seus procedimentos e métodos:

1) são o pressuposto, a base em torno da qual é possível articular uma ampla rede de atores sociais. São uma condição necessária, mas não suficiente;

2) precisam ser estruturados em modelos flexíveis. Nem tudo que é viável em um lugar pode sê-lo, da mesma forma, em outro. Adaptações inteligentes e espírito inovador explicam por que se fala em reaplicação, e não em replicação, de TSs.

Por outro lado, é também impossível disseminar uma determinada TS se não há um padrão tecnológico cujos elementos essenciais permitam escala. Considere-se que, no padrão tecnológico, o mais importante para a reaplicação pode ser, por exemplo, um programa de formação e capacitação, e não necessariamente um componente mecânico ou eletrônico;

3) cumprem pelo menos quatro fases essenciais que fazem parte do segredo de sua viabilidade em escala:

a) a primeira é a fase de criação. As TSs nascem ou da sabedoria popular, ou do conhecimento científico, ou da combinação de ambas;

b) a fase de viabilidade técnica, na qual há a consolidação de um padrão tecnológico (a multimistura tem uma fórmula e um método de produção; a cisterna tem um projeto básico e um roteiro de construção);

c) a fase de viabilidade política. A tecnologia, por várias razões e meios, ganha autoridade e visibilidade. Especialistas influentes comentam e recomendam-na. Entidades civis e outras organizações passam a reivindicar seu uso. Movimentos sociais passam a apontá-la como solução;

d) a fase de viabilidade social, quando a tecnologia tem de se mostrar capaz de ganhar escala. É chave que se forme em torno dela uma ampla rede de atores que consigam dar capilaridade à sua demanda e capacidade de implementação. Isso inclui a montagem de uma complexa logística de delivery e assistência. Ou seja, a tecnologia precisa ter bases de apoio para que seja demonstrada, reaplicada e cercada de orientações a quem a aplica;

4) as fases, para serem plenamente cumpridas, precisam tornar possível a articulação entre governo, administração, especialistas e organizações sociais.

Em nossa percepção, o item quatro das descrições acima é o maior empecilho para a implantação de TS na área rural do município de Bauru, pois embora os insumos necessários para a existência de TS existam, a articulação governo, administração,

especialistas e organizações sociais envolvendo as esferas federal, estadual e municipal com atuação na área rural são frágeis ou pouca exercitadas para esse propósito.

A CATI informou que apenas quinze produtores compreendem o que é e procuram aplicar uma agricultura de base ecológica em suas propriedades.

Este princípio traz a oportunidade para o debate de um tema importante - a ecologia da paisagem. Luiz Sertório Teixeira (gestor da APA Corumbataí - Fundação Florestal) traz um breve texto, com o título “Os espaços produzidos pelas sociedades humanas e suas alterações ambientais”, inserido na cartilha “Águas e Paisagens Educativas da Bacia Tietê-Jacaré”, que ajuda a compreender melhor este assunto:

Toda atividade no planeta Terra produz alterações ambientais. Todas as alterações – sejam elas físicas ou químicas, promovidas ou não pela Biota – influenciam as demais atividades da vida que seguem constantemente se reequilibrando. As atividades humanas, no entanto, vem se destacando perante o restante da vida, porque seus impactos no todo tem sido cada vez mais maiores, sendo prudente repensarmos como estamos ocupando a Terra. De onde e como retiramos nossos recursos naturais, como os trabalhamos para terem a forma/conteúdo que desejamos para utiliza-los, como utilizamos e como os descartamos; geramos impactos ambientais em todos estes momentos e podemos minimizá-los se quisermos (SAMARCO; SOUZA. 2010, p. 9).

Podemos citar como causas da heterogeneidade da paisagem as causas abióticas (clima, topografia, solos, umidade); as causas bióticas (interação entre espécies em face do ambiente abiótico); perturbações naturais (fogo, tornado, pestes); perturbações antrópicas (desmatamento, assentamentos rurais, fragmentação, poluição, abertura de estradas).

Neste sentido, as instituições de ATER de Bauru poderiam traçar em seus objetivos e ações cotidianas algumas questões para contribuir com a minimização das causas de perturbações antrópicas na área rural. Por exemplo: Como o manejo dos recursos naturais podem ser aprimorados pela abordagem da Ecologia da Paisagem?

Outra possibilidade que pode contribuir na implementação prática deste princípio é levantar áreas favoráveis para implantação de corredores ecológicos nas propriedades rurais que necessitam realizar a sua recomposição de reserva legal ou área de preservação permanente.

Merriam (1984) traz a definição de corredores como “fragmentos lineares de vegetação que facilitam a movimentação entre fragmentos de habitat, reduzindo, portanto, o isolamento entre populações.”

Esses corredores trazem a vantagem de:

- aumento da diversidade e da riqueza biológica;
- aumento da população;
- diminuição da probabilidade de extinção de animais;
- prevenção ou eliminação de endocruzamento;
- aumento de área de forrageamento;
- aumento de tipos de habitat.

As linhas Desenvolvimento Rural Sustentável Paulista, Floresta, Integra – SP (lavoura, pecuária, floresta) do FEAP, que atendem ao pequeno produtor financiando sementes e mudas florestais (nativas), com teto de R\$ 200 mil, com até quatro anos de carência e até dez anos para pagar e taxa de juros de 3% ao ano, podem contribuir na implantação dos corredores ecológicos. Os técnicos da CATI e da SAGRA podem elaborar o projeto.

A linha Eco e Agroecologia, com a finalidade de adequação ambiental, ou regularização das unidades familiares a legislação ambiental, implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas, com teto de R\$ 165 mil, juros de 2,5% ao ano, prazo de até 10 anos e carência de 3 anos (para implementação de viveiros de mudas o prazo é de 5 anos com 2 anos de carência) do PRONAF, pode contribuir também com a implantação de corredores ecológicos.

Desta forma, percebemos que há linhas de crédito disponíveis para os produtores e conhecimento técnico para que esse princípio possa ser implantado e até expandido na área rural do município de Bauru.

A universalização deste princípio pode ocorrer em nosso país, pois uma agricultura de base ecológica com enfoque preferencialmente para o desenvolvimento de sistemas sustentáveis é o modo de conduzir e explorar as atividades agropecuárias, seja pelos extensionistas, seja pelos produtores rurais. Caporal (2009, p. 201) contribui no reforço desse entendimento:

na agroecologia é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que

ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa ideia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente ao tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais.

Ou seja, é possível trabalhar com todos os produtores que são atendidos pelas instituições de ATER de Bauru na sensibilização em se ter uma agricultura de base ecológica nas práticas de manejo executadas diariamente.

5.5 O quinto princípio: equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia

Este princípio tem como referência observar a conexão com as políticas públicas, Favareto (2013, p.2), ao discorrer sobre o desenvolvimento rural brasileiro, cita:

...é verdade que o Brasil não tem (nem nunca teve) uma política explícita de desenvolvimento rural. Mas ainda assim, o país experimentou uma trajetória de desenvolvimento de seus espaços rurais, em larga medida influenciada por feixes de políticas públicas. Essa trajetória precisa ser reconhecida, assim como seus condicionantes, pois é ela que molda não só as grandes tendências, mas também os impactos diferenciados que esta mesma tendência exercem sobre as regiões e grupos sociais específicos. Eis o equívoco empírico: ver uma dinâmica homogênea num país cuja configuração aos espaços rurais é marcada justamente por forte heterogeneidade...Em síntese, em vez de padrão único, pretende-se sustentar que qualquer política de desenvolvimento rural precisa, em primeiro lugar, reconhecer a diversidade rural brasileira e os condicionantes que respondem por essa situação. Do contrário, corre-se o risco de fazer tabula rasa das diferenças existentes e, pois, de perder a eficiência dos investimentos feitos e a aderência desses aos processos que se pretende reverter ou emular.

Os extensionistas da Prefeitura informaram que não há distinção ou discriminação a nenhum grupo social. Eles atendem a todos, sem distinção. Os extensionistas da CATI têm sob sua jurisdição um município vizinho onde habitam índios e, ao trabalhar com

eles, perceberam a importância de respeitar a cultura e seus princípios para poder atuar em conjunto e exercer os serviços de assistência técnica.

5.6 O sexto princípio: A contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional

Este princípio remete-nos a pensar na redução das desigualdades e dos programas de aquisição de alimentos, programa nacional de alimentação escolar e do Consea.

Os extensionistas da Secretaria Municipal de Agricultura informam que não há um planejamento para a soberania alimentar. Eles alegam falta de conhecimento para se fazer este planejamento. Um dos técnicos lembrou o preço da mandioca, que subiu muito nos últimos meses. Outro cita que “o brasileiro não tem a cultura de planejar” e continua: “esses princípios são bonitos, maravilhosos, mas na prática não são viáveis de se aplicar. A teoria é perfeita mas precisa ser trabalhado”.

Com relação às citações acima, penso que a falta de crença na implantação deste princípio é decorrente do fato de não haver um empoderamento maior por parte dos produtores das questões rurais. O desinteresse deles ocasiona a permanência dos extensionistas em uma zona de conforto onde parece que os assuntos econômicos, sociais e ambientais que existem na atividade agropecuária são intransponíveis ou que, por sempre terem sido desse jeito não mudarão. A mudança de atitude dos produtores e conseqüentemente dos extensionistas é o ponto de início para que se consiga êxito no avanço do desenvolvimento rural do município.

Alguns extensionistas relataram sobre o começo da PNATER em 2010. Esta citação, entendo que na prática as instituições públicas não possuíam uma Lei de ATER aprovada na esfera federal com diretrizes e orientações norteadoras, com objetivos mais claros e princípios a serem observados no cotidiano dos serviços de ATER e de certa forma contribuindo com as esferas estaduais e municipais no trato deste assunto. Porém alguns citam que:” Mas percebemos que foi parando”. Essa percepção ocorre pois o governo federal não conseguiu comunicar aos extensionistas de Bauru alguns exemplos de avaliações e monitoramento das ATER ocorridas pelo país. Outro relato: “O governo

atual está tirando as políticas públicas, extinguindo o ministério do desenvolvimento agrário, sem respaldo”. O ministério não foi extinto e sim fundido com o ministério do desenvolvimento social e parte da estrutura se transformou na secretaria especial da agricultura familiar e do desenvolvimento agrário. O número de funcionários foi mantido, o volume de recursos disponibilizados no orçamento e a manutenção ou reformulação dos programas governamentais também.

Todos os extensionistas da Secretaria Municipal relataram que não existe uma metodologia de trabalho ou atuação de forma mais clara ou objetiva para tratar da segurança alimentar e dos alimentos no município.

O extensionista que atua no PMCMV disse que “é mais fácil sensibilizar as pessoas sobre o entendimento da segurança alimentar, neste programa, mas não há condições de expandir por falta de mão de obra”. Ele relata também que “os moradores não estão estimulados em produzir pois há muitos benefícios assistenciais (leite, gás, passe de ônibus, renda mínima). O jovem não pode atuar porque tem que estudar. Se tirar todos os benefícios é complicado e se der tudo é ruim.”

Percebo que se perde uma boa oportunidade para avançar os conhecimentos da segurança alimentar entre os moradores do PMCMV com os relatos apresentados.

Outro extensionista reforça a ideia de que temos que criar empregos, “E o campo é uma saída para a criação de empregos.”

Um resultado prático, lembrado pelos extensionistas, relacionado à segurança alimentar é o de manutenção das estradas rurais para escoar a produção de alimentos do município. Foi mencionado por um dos participantes que “o produtor não sabe o que é segurança alimentar.” Ao perguntarmos sobre a produção do município, ouvimos de um extensionista que “a produção agropecuária tem se mantido, porém não encontramos mandioca na feira”. Percebemos que os extensionistas da prefeitura não sabem quantificar a produção de alimentos em Bauru e quanto e o que é consumido de alimentos no município. O PMDRS não é revisto com frequência pelos extensionistas da CATI e da SAGRA e a apropriação do valor produzido não é dominada por todos que executam os serviços de ATER.

Outro extensionista disse que “a produção de hortaliças é de ciclo curto e gera renda em menor tempo. Desta forma, o plantio dessas culturas é um dos preferidos pelos produtores.”

Nas respostas dos questionários e no debate do grupo focal não encontramos informações que nos mostrassem uma estratégia para trabalhar a diversificação de produção da propriedade rural com os produtores. O uso de dados estatísticos sobre o histórico de produção agropecuária do município na capacitação dos produtores também não foi mencionado pelos extensionistas. Identificamos que não é realizada uma análise interpretativa com maior criticidade das informações agropecuárias disponibilizadas pelo governo federal (IBGE) e estadual (LUPA) para planejar melhor a produção agropecuária do município de Bauru em conjunto com os produtores.

O assunto da agroecologia voltou e os extensionistas relatam que “a mudança de cultura é difícil como a mudança para o agroecológico ou orgânico. O produtor quer dinheiro rápido.” Não entendemos a correlação feita pelo extensionistas de que a produção agroecológica ou orgânica demora a dar resultados econômicos.

Os extensionistas da CATI procuram trabalhar o tema da segurança alimentar utilizando-se do CATI olericultura e os programas de pecuária de corte e leite. Eles procuram desenvolver projetos para participar da chamada pública do Microbacias II (melhorias para a comercialização da produção dos pequenos produtores) e buscam encontrar produtores “vitrines” para divulgar as boas práticas agrícolas que contribuem com a segurança alimentar.

Os extensionistas da CATI buscam promover campanhas com prefeituras para incentivar alternativas de culturas pelos agricultores familiares experimentando variedades adaptadas às condições climáticas e de solo, com menos exigência de insumos e agrotóxicos dentro de unidades demonstrativas (15 produtores) com alho, batata e cebola. Outro exemplo de apoio ao escoamento da produção foi o programa Microbacias I, que tinha entre outros objetivos a recuperação de estradas.

A metodologia utilizada pelos extensionistas da CATI para promover este princípio consiste em dia de campo, incentivos de políticas públicas como o PAA, PPAIS e PNAE, cursos e capacitações.

O resultado alcançado na área de pecuária foi de aumento de produtividade nas propriedades nos últimos dois anos. Isso, porém, não foi tabulado ou registrado em relatórios. Somente com o LUPA 2017/2018 poderemos verificar se essa percepção vai se confirmar.

No debate, um dos extensionistas lembrou que “o Brasil, após as punições externas com relação a exportação de carnes, melhorou o entendimento de ter boas práticas pecuárias.”

Outro técnico lembrou que “a vocação do município para a agricultura não é expressiva, não temos uma cultura ou atividade principal.” e completou: “Não sabemos o número exato de pronafianos, porém o número tende a baixar pois o enquadramento mais rígido para a renovação ou adquirir a DAP somente com nota de produtor deve diminuir o número de DAPs no município”.

Esses fatos relatados podem ser provocados pela continuidade do êxodo rural para centros urbanos ou para outros municípios com melhores condições para a produção agropecuária. Ou, talvez, o núcleo familiar esteja perdendo as condições para o seu enquadramento, aumento de renda, filhos com outras atividades não agropecuárias contribuindo com renda maior que a procedente da propriedade rural.

Podemos concluir que uma ATER pública ou privada com um bom quadro técnico capacitado e treinado, boa infraestrutura, bom conhecimento do seu público alvo (beneficiários), capaz de identificar e utilizar as políticas públicas mais adequadas na área rural e com um bom monitoramento e avaliação de suas atividades pode influenciar na efetivação das políticas públicas do setor rural de Bauru e dos demais municípios no seu entorno.

Porém, não é essa a realidade do município de Bauru. As instituições de ATER de Bauru não buscam de forma sistemática a capacitação de seus extensionistas nos princípios da PNATER. As instituições possuem técnicos com formação adequada para a prestação de serviços de ATER no município.

As instituições de ATER no município de Bauru também sofreram com o fim da EMBRATER na década de 90 e atualmente a falta de atitude de alguns extensionistas na resolução dos desafios que se apresentam deixam a área rural com pouco reconhecimento pela sociedade bauruense.

Em que pese a baixa participação no PIB do município, uma área rural com alta produtividade, com capacidade de gerar e manter empregos no campo e com boas práticas ambientais e utilização adequada dos recursos naturais é o objetivo e a missão das instituições de ATER e na prática não podemos verificar esses resultados de forma ampla e bem distribuídos na área rural.

A produção de alimentos do município é transformada e industrializada em outros municípios, perdendo-se a oportunidade de melhorar o valor do PIB agropecuário.

Bauru possui instituições e corpo técnico e uma população rural que poderiam estar ocupando melhores posições no cenário do agronegócio estadual e nacional. Para tanto, falta uma melhor articulação e integração das informações disponibilizadas pela SAGRA e pela CATI.

O fato dos extensionistas não utilizarem as informações coletadas pelo PMDRS com maior frequência demonstra um desprezo por uma fonte de informações avalizadas pelo conselho rural.

Um *site* da Secretaria de Agricultura Municipal para trabalhar com um banco de dados provenientes de um diagnóstico realizado pela SAGRA, CATI, universidades, SENAR e SEBRAE evitaria o retrabalho e sobreposição na busca por informações.

Há carência de extensionistas com capacidade de desenvolver um trabalho de comunicação com a mídia escrita, TV e internet para a área rural.

A falta de integração de informação entre universidades, instituições de ATER, ONGs e empresas do setor agropecuário causa desperdício de tempo e de recursos financeiros e administrativos de todos que atuam com ATER e com o setor rural do município.

Novas formas de interceptar o produtor rural são necessárias. Neste ponto, uma questão a ser trabalhada pelas instituições de ATER é o horário de trabalho do extensionista. O modelo atual de segunda a sexta feira, das 08h00 às 17h00, está ultrapassado. A instituição, sem descumprir as leis trabalhistas, pode propor aos técnicos outras formas ou combinações de horários e dias de trabalho para atender o produtor rural e acompanhar melhor a execução de seu trabalho.

Como proposta para a melhoria da efetividade e qualidade das chamadas públicas disponibilizadas pelo PRONATER para execução de serviços de ATER no município de

Bauru, deve-se atentar para a realização de uma reunião prévia do Conselho Rural, com a finalidade de identificar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, antes de sua publicação. É preciso entender melhor a área a ser trabalhada.

Outra proposta, para a mitigação de riscos na execução dos serviços de ATER, é a escolha de uma cadeia produtiva mais importante sob os aspectos econômicos, sociais e ambientais e, posteriormente, de posse do perfil e do patamar de desenvolvimento buscar o seu avanço.

Identificamos, neste trabalho, ser possível a efetivação da PNATER com a existência de parcerias e maior diálogo entre as instituições de ATER, instituições de ensino, pesquisa, bancos e organização dos produtores rurais.

Outro desafio que se apresenta e impede o avanço do desenvolvimento rural de Bauru é a visão segmentada da sociedade como reflexo da segmentação do governo federal, estadual e municipal. Isso é mais difícil de mudar, pois trata-se de mudança de cultura dos extensionistas e dos produtores.

A elaboração de um diagnóstico, levantamento de dados mais atualizados e um planejamento agropecuário do município é uma importante contribuição para a efetivação da PNATER e o fortalecimento do setor agropecuário e, assim, avançar no desenvolvimento rural local e regional.

O Conselho Rural, dentre as suas atribuições, pode também ser o comitê formal para acompanhar com mais frequência a efetividade e qualidade dos serviços de ATER na implantação da PNATER.

As políticas públicas contribuem para o encurtamento da distância que ocorre na distribuição de renda no Brasil, porém, é fundamental monitorar e avaliar os programas para o seu aperfeiçoamento e melhorias. Uma vez aprovadas e implantadas essas políticas públicas, não considero correto retirá-las.

6. RECOMENDAÇÕES

6.1 Introdução

É de fundamental importância que a ATER, por ser um dos fatores essenciais para o desenvolvimento rural de um país e estar presente em todas as regiões do Brasil, tenha uma avaliação para o aferimento de sua efetividade e qualidade com a finalidade de mensurar de forma objetiva o avanço do desenvolvimento rural alcançado nos locais onde atua.

Essa avaliação deve servir de suporte para melhorar a sua qualificação e o retorno dos serviços prestados ao público atendido, mensurando simultaneamente a efetividade e a qualidade da ATER. Nossa recomendação vai utilizar como exemplo um plano de trabalho, com algumas adaptações, que será executado pela SAGRA no transcorrer do ano de 2017 com os pequenos produtores que exploram a pecuária leiteira no município de Bauru.

Esse modelo de avaliação da assistência técnica e extensão rural (MATER) das instituições de ATER é o resultado da pesquisa realizada sobre a política nacional de assistência técnica e extensão rural e os desafios para a sua efetivação no município de Bauru e da interpretação das informações e dos dados coletados.

De forma prática, nossa recomendação pode contribuir com as instituições de ATER na implementação da PNATER, primeiramente ao incentivar a ATER a realizar e promover uma reunião com todas as organizações, instituições, conselho rural, entidades de pesquisa, instituições de ensino, IBGE, bancos e empresas fornecedoras de insumos e equipamentos que atuam na área rural do município, para debater e incentivar a elaboração de um diagnóstico.

Esse diagnóstico vai trazer subsídios para identificar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do setor agropecuário de Bauru. Outra forma de contribuir é que o MATER exige a elaboração de um plano de trabalho ou planejamento com os dados e informações extraídas do diagnóstico. Uma terceira forma de contribuição é a clareza obtida ao preencher uma planilha com as informações do plano de trabalho distribuídas em dimensões, categorias, parâmetros, ações, descrições, resultado esperado,

resultado realizado e o orçado, considerando os princípios da PNATER. A contribuição final é a avaliação através da nota da instituição de ATER - essa nota tem como finalidade avaliar a atuação da instituição na efetividade e qualidade das ações planejadas e propostas e se os princípios da PNATER são, ao mesmo tempo, considerados e implementados.

Os cálculos realizados no MATER para apurar as notas finais das instituições e a metodologia utilizada (dimensão, categoria, parâmetro, ação, descrição, resultado esperado, realizado, orçado) foram extraídos do modelo de avaliação da qualidade e efetividade dos planos de negócios de desenvolvimento regional sustentável elaborado em 2014 pela Unidade de Desenvolvimento Sustentável – Divisão de Estratégia e Metodologia – do Banco do Brasil para mensurar os planos de negócios implementados na época.

Outros autores como Bergmasco (2007), Silva (2014), Silva (2016) e Van Bellen (2002) contribuíram também para fornecer suporte teórico para nossa proposta.

Importante lembrar que o MATER não possui uma estrutura pré-concebida ou formatada para atender somente ao município de Bauru e pode ser aplicado a qualquer instituição que faça parte das 11 categorias classificadas pela pesquisa da FAO – MDA de 2003.

O ponto central do MATER é uma ferramenta para atribuir uma nota final de 1 a 6. Quanto maior a nota atribuída à instituição, maior a sua efetividade e melhor a qualidade dos serviços prestados para fazer avançar o desenvolvimento rural do município.

A busca da efetividade e qualidade da ATER foi tema de uma audiência pública realizada em 16 de julho de 2015 em Brasília pela Controladoria Geral da União (CGU) ao tratar do PRONATER. Na ocasião, foram apresentados a avaliação dos resultados da gestão, acompanhamento e fiscalização do PRONATER e relatada, dentre outros pontos abordados, a carência de indicadores de qualidade e de efetividade específicos do programa de ATER.

Entre os aprimoramentos propostos pela CGU é a construção de indicadores de qualidade e eficiência do programa de ATER. Outra observação abordada pela CGU referiu-se a: “Qual a adequabilidade ao sistema de avaliação do programa de ATER para

identificar em que medida os objetivos da PNATER estão sendo alcançados?”. Isto posto, o MATER está aderente às necessidades atuais que propõem melhorias e aperfeiçoamento do sistema de monitoramento e avaliação dos serviços de ATER (SIBRATER).

A estrutura do MATER leva em consideração a realidade institucional, a realidade local e os desafios que os produtores (beneficiários da PNATER) e os técnicos enfrentarão para avançar no desenvolvimento rural onde residem.

A ferramenta a ser aplicada nas instituições de ATER tem a seguinte metodologia:

a) Discutir com uma equipe de representantes do setor agropecuário do município (Conselho Rural, instituições de ATER – municipal, estadual, federal – estabelecidas no município, instituições de pesquisa, instituições de ensino, IBGE, SENAR, SEBRAE, bancos, associações, cooperativas rurais) para elaborar um diagnóstico da área rural;

b) De posse do diagnóstico participativo, elencar as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças do setor agropecuário do município;

c) Elaborar um plano de ação anual ou bianual, conforme determinado pela equipe, com os objetivos a serem atingidos, as ações necessárias para atingi-los e o prazo para a execução;

d) Preencher o MATER distribuído nas dimensões, categorias, parâmetros, ação, descrição, resultado esperado, realizado e orçado;

e) Realizar reuniões com a equipe de representantes após 30, 90 e 180 dias a contar do início do plano, no primeiro mês de cada semestre, para avaliar os progressos e os obstáculos enfrentados e sua reprogramação;

f) A avaliação MATER é realizada nessas datas das reuniões.

A ONU (1984 *apud* COHEN; FRANCO, 2008, p.76) define avaliação como:

O processo orientado a determinar sistemática e objetivamente a pertinência, eficiência, eficácia e impacto de todas as atividades a luz de seus objetivos.

Trata-se de um processo organizativo para melhorar as atividades ainda em marcha e ajudar a administração e o planejamento, programação e futuras tomadas de decisões.

Abbot; Guit (1999) trazem a diferença entre monitoramento e avaliação:

Uma das diferenças é a frequência com que são feitas as observações e as coletas de dados, o que tem muitas implicações metodológicas. O monitoramento é uma reavaliação periódica e não única, dos indicadores escolhidos para determinar os efeitos de certas intervenções, políticas ou mudanças de modo geral. Assim o monitoramento de atuação é algo feito com relativa frequência, podendo mesmo chegar a ser diário, enquanto que as avaliações geralmente são mais esporádicas, as vezes anuais ou bi-anuais, mas geralmente feitas apenas a cada dois anos.

Outra diferença entre monitoramento e avaliação é que o monitoramento quase sempre é guiado por indicadores pré determinados, enquanto que as avaliações geralmente baseiam-se em questões mais gerais ou na avaliação dos dados, colocando questões como por exemplo:

- atividades realizadas;
- tendências indicadas por qualquer mudanças que possam ter ocorrido;
- atividades alcançaram os objetivos colocados ou não;
- como melhorar o trabalho.

Em última instância, avaliação envolve fazer um julgamento sobre uma dada situação e sobre os méritos ou o valor de uma intervenção feita.

No contexto do manejo de recursos naturais, isso significa verificar se o programa ou projeto de desenvolvimento contribuiu de forma significativa para resolver a questão ligada a recursos naturais que procurava abordar. Por contraste, o monitoramento diz respeito a coleta regular de informações que podem eventualmente contribuir para uma avaliação, mas sem que se priorize chegar a uma conclusão quanto à eficácia e a direção gerais do programa.

...O valor do monitoramento ecológico pode estar, por exemplo, no simples fato de se detectar alguma mudança (nos padrões pluviométricos, por exemplo), e do uso dessa informação para planejar atividades, mais do que em avaliar o padrão da mudanças ou a sua direção.

...Apesar das diferenças, os elementos centrais do monitoramento e da avaliação são semelhantes. Tanto os processos de monitoramento como os de avaliação comparam, por definição, a situação “antes” com a situação “depois”, ou a situação “com projeto” e a situação “sem projeto”.

...Além disso, tanto o monitoramento como a avaliação tem objetivos e, portanto, um usuário final das informações claramente identificados”.

Isto posto, a avaliação aqui proposta busca mensurar uma parte significativa do seu êxito e o resultado das ações das instituições de ATER elencadas em seu planejamento ou em sua estratégia de atuação na área rural e não diretamente do extensionista.

Desta forma, estruturamos a avaliação para verificar o resultado das ações de atuação da ATER em quatro segmentos, a saber: dimensões, categorias, parâmetros e ações.

6.2 Avaliação

6.2.1 Conceitos

O processo de avaliação tem como base os conceitos de qualidade e efetividade das instituições de ATER presentes nos municípios de forma independente, ou seja, cada uma das 11 categorias elencadas no perfil das instituições com atuação em ATER no país pode realizar esta avaliação independentemente e apresentar seus resultados a outras instituições quando participarem de reuniões no Conselho Municipal Rural ou em eventos que possuam aderência sobre este importante tema ou assunto. Além disso, a avaliação funciona como uma memória para ser consultada pela instituição e pelos extensionistas recém-contratados ou por outras instituições em outro local do país, quando for necessário.

6.2.1.1 Efetividade

Cohen; Franco, 2008, p. 107 definem a efetividade como a relação entre os resultados e os objetivos pretendidos. Esse termo é utilizado frequentemente para expressar o resultado concreto. A efetividade tem duas dimensões em função do fim perseguido por um projeto: a medida de impacto e ou o grau de alcance dos objetivos.

A efetividade na nossa proposta será o percentual atingido pelas ações relacionadas aos princípios da PNATER e a sua realização.

6.2.1.2 Qualidade

A amplitude dos categorias. Quanto maior o número de categorias, maior sua abrangência em relação aos princípios da PNATER e maior sua qualidade.

6.2.1.3 Categorias

Medem o grau de alcance dos objetivos propostos e o aspecto que queremos avaliar ou acompanhar.

Assim, as instituições de ATER, individualmente, são avaliadas em quatro dimensões com o objetivo de verificar se os princípios da PNATER são atendidos com efetividade e qualidade. Essas dimensões são compostas em:

- Produtiva Territorial;
- Tecnologia e Inovação;
- Social;
- Ecologia.

Dimensão Produtiva Territorial

O desenvolvimento produtivo do território rural busca o fortalecimento da base econômica local agregando valor aos produtos locais, diversificação das atividades produtivas e promoção do empreendedorismo utilizando de inovação tecnológica ou de gestão. Para tanto, é necessária a articulação da oferta de fomento produtivo (crédito, marcas, certificação, acesso a mercados) com a demanda existente, potencializando as vocações de cada localidade ao aproveitar as oportunidades de investimentos e parcerias externas.

A visão territorial em torno da atividade produtiva proporciona maior facilidade da governança do território, com fortalecimento do capital humano e social, além do desenvolvimento produtivo com ganho de escala.

A dimensão produtiva territorial na instituição de ATER aumenta seu foco de atuação, possibilitando ganho de escala, agregação de valor e elevação da competitividade da atividade produtiva dos produtores atendidos.

Categorias: crédito, produtividade, comercialização e renda.

Dimensão Tecnologia e Inovação

A tecnologia e a inovação contribuem para a inclusão social, o fortalecimento econômico da atividade produtiva e a conservação do meio ambiente.

A inovação tecnológica é a aplicação do conhecimento na produção e comercialização de bens e serviços provocando mudanças de processos ou produtos com ganhos de produtividade e competitividade.

Nas instituições de ATER, é importante a busca por tecnologias sociais que promovam produtos, técnicas ou metodologias reaplicáveis, desenvolvidas de forma participativa com a comunidade na resolução de problemas ou obstáculos que se apresentam no seu cotidiano. Essas tecnologias sociais, e mesmo a inovação, devem priorizar a dimensão local e ser simples, de baixo custo, fáceis de aplicar e com impacto social, aliando saber popular, organização social e conhecimento técnico científico.

Categorias: assistência técnica e tecnologia.

Dimensão Social

A ATER, ao atuar na dimensão social, busca entender e relacionar as normas e valores informais compartilhados entre membros de um grupo, possibilitando a cooperação e solidariedade. Além disso, promove a acumulação de conhecimento científico, gerencial, profissional e artístico.

Ao atender esta dimensão, a ATER contribui com os resultados de uma comunidade e supera suas dificuldades, sejam elas organizativas, produtivas, ambientais ou culturais. Assim, a ATER melhora a qualidade de vida, organização social e capacitação e propicia a inserção das pessoas dessa comunidade no mercado de trabalho.

Categorias: capacitação, educação, habitação, organização social.

Dimensão Ecologia

A dimensão ecológica busca envolver a interação do homem com o seu ambiente. O meio ambiente é a fonte natural dos recursos direcionados para a produção e para a garantia do bem estar da população. A conservação do meio ambiente, seja na exploração de seus recursos, seja no descarte dos resíduos, é o que vai garantir a viabilidade dos empreendimentos e a qualidade de vida das pessoas.

A instituição de ATER, ao atender esta dimensão, busca minimizar os riscos ao meio ambiente através do apoio a atividades produtivas desenvolvidas no território, adotando ações de conservação ou preservação, como por exemplo, conversão para tecnologia limpa, destinação ambientalmente correta de resíduos, cumprimento da legislação ambiental e reforma de pastagens.

Categoria: meio ambiente

6.3 Estrutura da Avaliação

Cada uma das dimensões apresentadas possui categorias. Cada categoria busca contribuir para o avanço do desenvolvimento rural no território de atuação da instituição de ATER. Desta forma, temos:

1. Dimensão Produtiva Territorial

1.1 Categoria Crédito

Acesso ou contratação de crédito reembolsável e não reembolsável pelos produtores rurais ou suas associações e cooperativas.

1.1.1 Parâmetros

1.1.1.1 Acesso ao crédito

1.1.1.2 Acesso a recursos não reembolsáveis

1.1.1.3 Conta bancária

1.2 Categoria Produtividade

É a relação direta entre a quantidade de produtos produzidos e os fatores de produção (máquinas, equipamentos, matéria prima). Quanto maior a relação entre a quantidade produzida por fator de produção utilizado, maior a produtividade.

1.2.1 Parâmetro

1.2.1.1 Aumento da produtividade da atividade

1.3 Categoria Comercialização

É a venda de produtos e serviços da atividade, isto é, acesso ao mercado, agregação de valor e aumento de renda dos produtores rurais atendidos.

1.3.1 Parâmetros

1.3.1.1 Comercialização dos produtos em conjunto

1.3.1.2 Venda direta de produtos – sem intermediários

1.3.1.3 Venda dos produtos

1.4 Categoria Renda

É o resultado financeiro proporcionado aos produtores pela atividade apoiada pela ATER.

1.4.1 Parâmetros

1.4.1.1 Renda dos beneficiários atendidos no período de um ano, renda da DAP, imposto de renda, valor bruto da produção

2. Dimensão Tecnologia e Inovação

2.1 Categoria Assistência Técnica e Extensão Rural

É o acesso a ATER para educação e capacitação da atividade desenvolvida pelo produtor rural.

2.1.1 Parâmetro

2.1.1.1 Acesso a assistência ou orientação técnica

2.2 Categoria Tecnologia

É a busca por conhecimento na produção, comercialização e capacitações que proporcionem mudanças nos processos ou produtos e com ganhos de produtividade e competitividade.

2.2.1 Parâmetros

2.2.1.1 Acesso a tecnologias e tecnologias sociais

2.2.1.2 Implantação de variedades melhor adaptadas ao território rural

3. Dimensão Social

3.1 Categoria Capacitação

Consiste na transmissão de conhecimento técnico e gerencial buscando a formação dos produtores e suas organizações no manejo sustentável da atividade desenvolvida.

3.1.1 Parâmetros

3.1.1.1 Associativismo e cooperativismo

3.1.1.2 Educação ambiental

3.1.1.3 Educação financeira

3.1.1.4 Gestão de negócios

3.1.1.5 Técnica ou profissional

3.2 Categoria Educação

É considerada como um processo formal contínuo e permanente de aprendizagem. A educação formal ocorre de forma intencional e com o objetivo de desenvolver competências. Medido pelo grau formal de escolaridade ou pela inclusão digital.

3.2.1 Parâmetros

3.2.1.1 Escolaridade formal

3.2.1.2 Educação Básica

3.2.1.3 Educação digital

3.3 Categoria Habitação

É a construção ou reforma de moradia, para um ou mais indivíduos.

3.3.1 Parâmetro

3.3.1.1 Moradia

3.4 Categoria Organização Social

A organização social está ligada ao processo social, à busca por mudança e ao arranjo do comportamento dos indivíduos na construção da vida social. A participação de atores como prefeituras, associações, sindicatos, instituições de pesquisa ou orientação técnica, cooperativas, universidades, agentes de crédito, entre outras, possibilita a ampliação do foco e uma visão que consolida o associativismo e as parcerias como forma de tornar empreendimentos locais mais competitivos.

3.4.1 Parâmetros

3.4.1.1 Criação ou fortalecimento de associações ou cooperativas

3.4.1.2 Participação em associações ou cooperativas

4. Dimensão Ecologia

4.1 Categoria Meio Ambiente

Está relacionada a formas de produção que conservem ou preservem o meio ambiente através de escolha dos insumos e adoção de tecnologias que reduzam o impacto ambiental, além de proporcionar maior valor agregado à produção de produtos com essas características.

4.1.1 Parâmetros

4.1.1.1 Destinação adequada dos resíduos gerados na atividade

4.1.1.2 Cumprimento de leis e normas ambientais relativas à atividade

4.1.1.3 Aumento da produção de alimentos orgânicos

A estrutura da avaliação das instituições busca trazer os conceitos de efetividade e qualidade utilizando-se de dimensões, categorias, parâmetros e ações.

De forma resumida, nossa proposta tem 4 dimensões, 11 categorias, 23 parâmetros, e 77 ações.

Os quadros 1 e 2 elencam a natureza da ação por dimensão e categoria. O quadro 3 mostra exemplos da estrutura da avaliação da qualidade e efetividade das instituições de ATER.

DIMENSÃO	CATEGORIA	CODIGO	AÇÕES
PRODUTIVA TERRITORIAL	CRÉDITO	1	APOIO A OPERACIONALIZAÇÃO DO CRÉDITO
		2	CRÉDITO COMERCIALIZAÇÃO
		3	CRÉDITO CUSTEIO/GIRO
		4	CRÉDITO INVESTIMENTO
		5	RECURSOS NÃO REEMBOLSÁVEIS
		6	RECURSOS DO GOVERNO MUNICIPAL
		7	RECURSOS DO GOVERNO ESTADUAL
		8	RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL
		9	ABERTURA DE CONTA CORRENTE
		10	CORRESPONDENTE BANCÁRIO
	PRODUTIVIDADE	11	AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DA ATIVIDADE
	COMERCIALIZAÇÃO	12	VENDA DE PRODUTOS EM CONJUNTO
		13	VENDA DIRETA DE PRODUTOS SEM INTERMEDIÁRIO
		14	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO
		15	DESENVOLVIMENTO DE MARCAS
		16	ESTUDO DE MERCADO/SETORIAIS
		17	MARKETING E PROPAGANDA
		18	PROMOÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR
		19	PROMOÇÃO DO COMÉRCIO INTERNO
	RENDA	20	AUMENTO DA RENDA DOS PRODUTORES
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	ASSISTÊNCIA / ORIENTAÇÃO TÉCNICA	21	ASSISTÊNCIA JURÍDICA
		22	SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO
		23	ASSESSORIA JURÍDICA
		24	ASSISTÊNCIA CONTÁBIL
		25	ASSISTÊNCIA GERENCIAL
		26	ASSISTÊNCIA TÉCNICA
		27	ELABORAÇÃO DE PROJETOS
		28	CAPACITAÇÃO/FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES
	TECNOLOGIA	29	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
		30	DIFUSÃO TECNOLÓGICA
		31	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
		32	CERTIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA LIMPA
		33	CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS ORGÂNICOS
		34	CONVERSÃO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA
		35	CONVERSÃO PARA TECNOLOGIA LIMPA
		36	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E PROCESSOS
		37	DESENVOLVIMENTO DE DESIGN E PRODUTOS
		38	UPGRADE TECNOLÓGICO

Quadro 2 - Natureza da ação por dimensão e categoria –produtiva territorial; tecnologia e inovação

DIMENSÃO	CATEGORIA	CODIGO	AÇÕES
SOCIAL	CAPACITAÇÃO	39	ASSOCIATIVISMO/COOPERATIVISMO
		40	DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇAS
		41	EDUCAÇÃO AMBIENTAL
		42	EDUCAÇÃO FINANCEIRA
		43	COMERCIO EXTERIOR
		44	EMPREENDEDORISMO
		45	GERENCIAL
		46	GESTÃO PÚBLICA
		47	ORGANIZACIONAL
		48	OFICINA DE APRIMORAMENTO E GESTÃO DA ATER
		49	FORMAÇÃO DE EDUCADORES
		50	INFORMÁTICA
		51	MERCADO DE TRABALHO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL
		52	OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO
		53	SEGURANÇA DO TRABALHO
		54	TÉCNICO OPERACIONAL
	55	EDUCAÇÃO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE	
	56	DESIGN	
	EDUCAÇÃO	57	ALFABETIZAÇÃO
		58	EDUCAÇÃO BÁSICA
		59	EDUCAÇÃO SUPERIOR
	HABITAÇÃO	60	AQUISIÇÃO DE MORADIA
		61	CONSTRUÇÃO OU REFORMA DE MORADIA
		62	INFRAESTRUTURA DE HABITAÇÃO
	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	63	FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES
		64	FORMAÇÃO DE COOPERATIVAS
		65	INCUBAÇÃO DE COOPERATIVAS
66		EXPANSÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	
67		REGULARIZAÇÃO FISCAL	
ECOLOGIA	MEIO AMBIENTE	68	LICENCIAMENTO AMBIENTAL
		69	RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS
		70	REGULARIDADE AMBIENTAL DA PROPRIEDADE
		71	OUTORGA D'AGUA
		72	RECICLAGEM DE RESÍDUOS E TRATAMENTO DE LIXO
		73	RECICLAGEM DE RESÍDUOS E EFLUENTES
		74	TRATAMENTO DE RESÍDUOS E EFLUENTES
		75	COLETA SELETIVA DE LIXO
		76	REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS NEGATIVOS
		77	IMPLANTAÇÃO DE CORREDORES ECOLÓGICOS

Quadro 3 - Natureza da ação por dimensão ou categoria- social e ecologia

Os quadros de 4 a 7 apresentam a avaliação da qualidade e efetividade.

DIMENSÃO		
PRODUTIVA TERRITORIAL		
CATEGORIA	PARÂMETROS	AÇÕES
Crédito	Acesso ao crédito	Contratar Pronaf custeio
	Acesso a recursos não reembolsáveis	Participação em editais de fundações, governos e empresas para obtenção de recursos
	Conta corrente	Abertura e manutenção de conta corrente dos produtores e organizações
Produtividade	Aumento da produtividade da atividade	Aumentar a produção em litros, kg, por hectare
Comercialização	Comercialização dos produtos em conjunto	Vender a produção em conjunto
	Venda direta de produtos	Estabelecer um teto máximo de venda para os intermediários
	Venda dos produtos	
Renda	Renda dos beneficiários	Acompanhar a renda dos produtores, utilizando informações da DAP, Imposto de Renda

Quadro 4 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão produtiva territorial

DIMENSÃO		
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO		
CATEGORIA	PARÂMETROS	AÇÕES
Assistência Técnica, orientação técnica	Acesso a assistência ou orientação técnica	Orientar os produtores nas boas práticas agropecuárias
Tecnologia	Acesso a tecnologia e tecnologias sociais	Visitar propriedades ou instituições que utilizam ou possuem tecnologias sociais
	Adoção de tecnologias e tecnologias sociais	Divulgar e apoiar a implantação de tecnologias sociais nas propriedades rurais
		Aumentar o número de produtores rurais com tecnologias limpa

Quadro 5 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão tecnologia e inovação

DIMENSÃO		
SOCIAL		
CATEGORIA	PARÂMETROS	AÇÕES
Capacitação	Associativismo e cooperativismo	Capacitar os produtores em associativismo e cooperativismo na área rural
	Educação ambiental	Capacitar produtores no Cadastro Ambiental Rural
	Educação financeira	Capacitar os produtores no fluxo de caixa da atividade rural
	Gestão de negócios	Capacitar produtores no empreendedorismo
	Técnica ou profissional	Capacitar os produtores no manejo animal ou das plantas
Educação	Escolaridade formal	Reduzir o número de adultos analfabetos na área rural
	Evasão escolar	Reduzir o número de crianças e adolescentes analfabetos
Habitação	Moradia	Aumentar o número de moradias com infraestrutura (água, energia, sanitários e quartos) adequadas na área rural
Organização Social	Criação ou fortalecimento de associações ou cooperativas	Expandir o número de associações e cooperativas
	Participação em associações ou cooperativas	Apoiar na regularização fiscal das organizações sociais na área rural

Quadro 6 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão social

DIMENSÃO		
ECOLOGIA		
CATEGORIA	PARÂMETROS	AÇÕES
MEIO AMBIENTE	Destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados na atividade	Diminuir o número de autuações das propriedades pela legislação ambiental
	Cumprimento da legislação ambiental relativa a atividade	Capacitar os produtores nas leis ambientais
		Aumentar os corredores ecológicos nas áreas rurais

Quadro 7 - Avaliação da qualidade e efetividade na dimensão ecologia

6.4 Metodologia de avaliação das instituições de ATER

1. Critérios de Seleção

São avaliadas as ações das ATER que foram incluídas em seu planejamento ou das atividades que normalmente fazem parte do cotidiano da instituição no início de cada semestre, com ações em andamento e a iniciar.

2. Fonte de informações

Planilha de atividades das ATER.

3. Método de Cálculo

O modelo de avaliação da ATER (MATER) será mensurado pela equação abaixo:

$$\text{Avaliação ATER} = \frac{(\text{Nota da Qualidade}) + 3 (\text{Nota da Efetividade})}{4}$$

4. Cálculo da Qualidade

O cálculo da qualidade mensura, dentro das quatro dimensões de avaliação, a abrangência das categorias que estão contidas no planejamento das ATER.

Qualidade = nº de categorias conduzidas ou presentes na atuação da ATER local no semestre.

Desta forma, a nota atribuída a qualidade da ATER é dada conforme a figura 7.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11

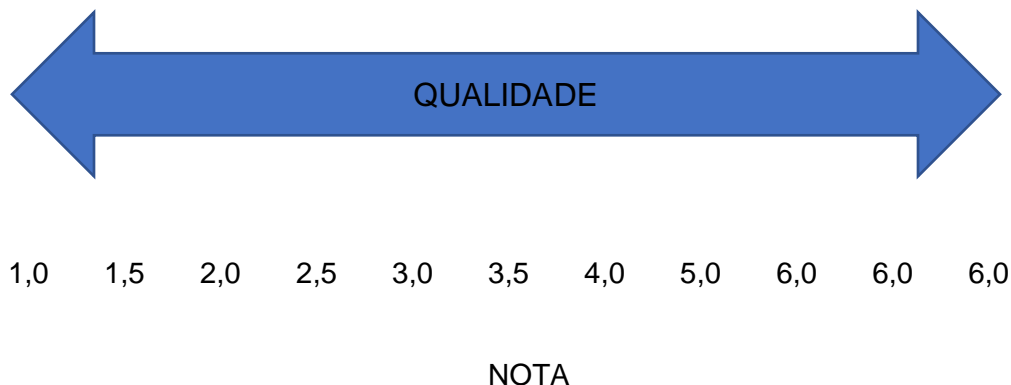


Figura 7 - Régua de cálculo da nota da qualidade da ATER e categorias atendidas.

5. Cálculo da Efetividade

O cálculo da efetividade tem a finalidade de mensurar a execução das ações em andamento e concluídas pela ATER em um determinado período de tempo.

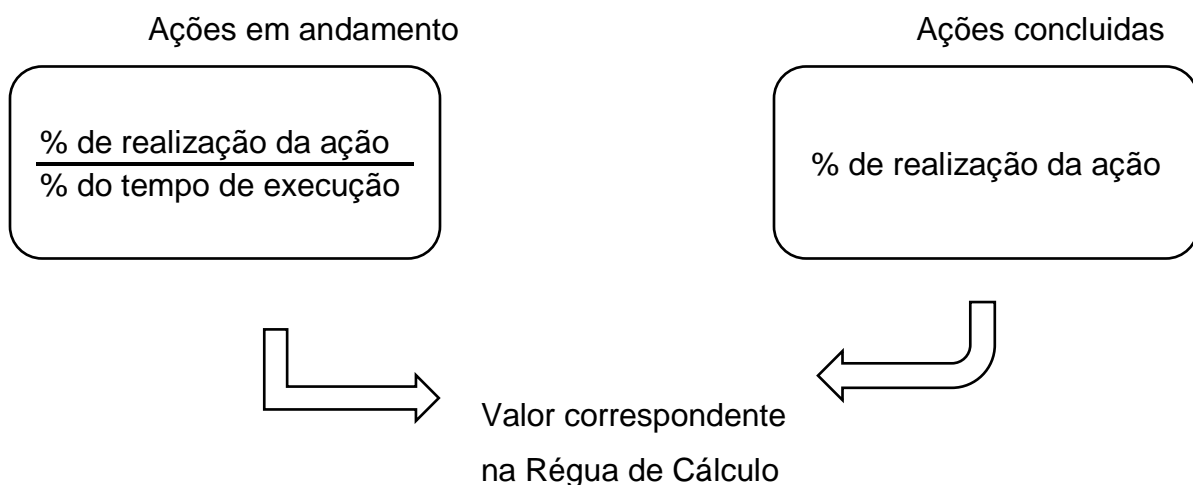
Desta forma, a efetividade é obtida pela nota média das categorias presentes na sede da ATER, conforme equação abaixo:

$$\text{Efetividade} = \frac{\sum x \text{ categorias}}{n}$$

O cálculo da efetividade leva em consideração as ações da instituição da ATER que estão em andamento e concluídas. Seu cálculo é dado pela equação abaixo:

$$I = \frac{(\sum x \text{ ação em andamento}) + (\sum x \text{ ação concluída})}{2}$$

A nota da efetividade é medida pela média da nota das ações em andamento e o resultado médio das ações concluídas. Para calcular a nota específica de cada ação é utilizado o critério apresentado a seguir:



Inferior	Superior	Nota
-999.999,00000	0,00000	1,000
0,00001	2,50000	2,000
2,50001	5,00000	2,100
5,00001	7,50000	2,200
7,50001	10,00000	2,300
10,00001	12,50000	2,400
12,50001	15,00000	2,500
15,00001	17,50000	2,600
17,50001	20,00000	2,700
20,00001	22,50000	2,800
22,50001	25,00000	2,900
25,00001	27,50000	3,000
27,50001	30,00000	3,100
30,00001	32,50000	3,200
32,50001	35,00000	3,300
35,00001	37,50000	3,400
37,50001	40,00000	3,500
40,00001	42,50000	3,600
42,50001	45,00000	3,700
45,00001	47,50000	3,800
47,50001	50,00000	3,900
50,00001	52,50000	4,000
52,50001	55,00000	4,100
55,00001	57,50000	4,200
57,50001	60,00000	4,300
60,00001	62,50000	4,400
62,50001	65,00000	4,500
65,00001	67,50000	4,600
67,50001	70,00000	4,700
70,00001	72,50000	4,800
72,50001	75,00000	4,900
75,00001	77,50000	5,000
77,50001	80,00000	5,100
80,00001	82,50000	5,200
82,50001	85,00000	5,300
85,00001	87,50000	5,400
87,50001	90,00000	5,500
90,00001	92,50000	5,600
95,50001	95,00000	5,700
95,00001	97,50000	5,800
97,50001	100,00000	5,900
100,00001	999.999,00000	6,000

Quadro 8 - Régua de Cálculo da nota de efetividade das ações

Utilizamos três casas decimais para diminuir efeitos de arredondamento matemático.

6. Conceito

Após aferida a avaliação, a instituição recebe um conceito conforme a tabela 11.

Tabela 10 - Conceito da Instituição

NOTA DA INSTITUIÇÃO	CONCEITO
1,000 a 1,499	Muito Ruim
1,500 a 2,499	Ruim
2,500 a 3,499	Regular
3,500 a 4,499	Bom
4,500 a 5,499	Muito Bom
5,500 a 6,000	Excelente

7. Sinalizador das ações

O sinalizador das ações é necessário para verificar como está o andamento das ações vinculadas à instituição. Isto é, mesmo que uma instituição tenha seu conceito de avaliação “Excelente” (seja bem planejado e suas ações executadas com efetividade) há a necessidade de avaliar como estão os prazos de suas ações para sinalizar a situação da instituição em um determinado momento.

Assim, atribuímos três tipos de status para as instituições de ATER:

Ações concluídas: quando 100% das ações constantes na instituição estão concluídas;

Ações no prazo: quando houver ações em andamento e elas estiverem no seu prazo de execução normal;

Ações em atraso: quando houver, ao menos uma, ação em andamento cujo prazo de conclusão esteja em atraso.

STATUS DA AÇÃO	FORMAS DE APURAÇÃO	SINALIZADOR
AÇÕES CONCLUÍDAS	Computa a última data de fim efetivo da ação da instituição	Todas as ações concluídas há menos de 6 meses
		Todas as ações concluídas entre 6 meses e 1 ano
		Todas as ações concluídas há mais de 1 ano
AÇÕES NO PRAZO	Verifica se as ações da instituição estão em andamento normal, com ações a vencer, sem ações vencidas e sem a totalidade das ações da instituição encerradas	Ações no prazo
AÇÕES EM ATRASO	Computa a razão entre o total de ações em atraso e o total de ações pendentes	% de ações em atraso

Quadro 9 - Status da ação, formas de apuração e sinalizador

8. Periodicidade da Avaliação

As instituições são avaliadas a cada 30, 90 e 180 dias, de um período total de avaliação de 730 dias.

9. Simulação de cálculo da avaliação da efetividade e qualidade da ATER

Para exemplificar um cálculo do MATER e mostrar a sua versatilidade de aplicação utilizamos um programa de agronegócio – bovinocultura de leite - elaborado pelo SEBRAE de Bauru e executado pela ATER municipal.

Esse programa tem a parceria institucional da SAGRA, o SEBRAE, o SENAR e o Sindicato Rural de Bauru.

O início dos trabalhos com os produtores rurais estava previsto para 06/02/17 e o local das reuniões e encontros no distrito de Tibiriçá.

Inicialmente, faremos a transcrição do programa proposto para a bovinocultura de leite no município e em seguida a distribuição das ações propostas pelo programa nas dimensões, categorias, parâmetros e ações do MATER.

10. Programa Agronegócio – Bovinocultura de Leite

10.1 Objetivos e metas do projeto

Promover o desenvolvimento da bovinocultura de leite paulista através da implantação de ferramentas de controle gerencial nas propriedades rurais, adoção de boas práticas de produção e atendimento à legislação sanitária.

10.2 Descrição do produto

Programa composto por ações coletivas e individuais focadas no desenvolvimento do setor e aumento da competitividade.

10.3 Gestor

Marcelo Rondon Bezerra – consultor SEBRAE de Bauru, SP.

11. Sumário executivo

11.1 Público alvo

Vinte microempresas de bovinocultura de leite (produtor rural).

11.2 Foco estratégico

- Melhoria da gestão;
- Incremento tecnológico e de inovação;
- Conquista e manutenção de novos mercados.

12. Resultados

- Reduzir percentualmente os custos totais em relação ao faturamento;
- Aumentar o faturamento bruto;
- Padronizar a qualidade do leite fornecido.

13. Tripé da Competitividade

O programa visa observar o tripé da competitividade em:

- Gestão;
- Mercado;
- Tecnologia.

14. Composição do programa obrigatório

Ação	Atividade	Assunto	Tipo	Horas
1	Orientação inicial	Diagnóstico inicial	Individual	1
2	Palestra	Conheça seu mercado	Coletivo	2
3	Orientação técnica	Orientação ao cliente	Individual	2
4	Consultoria na empresa	Kit como controlar sua produção de leite	Coletivo	4
5	No campo	Custos para produzir no Campo	Coletivo	2
6	Oficina	Planeja Leite	Coletivo	4
7	Seminário	Rancho do crédito rural	Coletivo	2
8	Oficina	Inove para ganhar mais	Coletivo	4
9	No campo	negociar no campo	Coletivo	2
10	Orientação inicial	Diagnóstico final	Individual	1
Total horas obrigatório				24

15. Composição do programa optativo

Ação	Atividade	Assunto	Tipo	Horas
1	Viagem técnica	Feiras do setor de Bovinocultura de leite	Coletivo	8
2	Palestra	Associativismo e Cooperativismo	Coletivo	2
3	Cursos do senar	Diversos temas voltados a bovinocultura de leite	Coletivo	80
4	Consultoria na empresa	Agronegócio – financeira	Individual	1
5	Orientação técnica	Orientação a cliente	Individual	2
6	Oficina	Planejamento participativo	Coletivo	4
7	No campo	Vender para o governo no campo	Coletivo	2
			Total horas optativo	99

Este programa de desenvolvimento da bovinocultura de leite no município de Bauru, SP, elaborado pelo SEBRAE em parceria com o SENAR, Sindicato Rural de Bauru e a SAGRA busca também utilizar uma miniusina de leite sob responsabilidade da SAGRA, localizada no distrito de Tibiriçá. A miniusina é composta por:

- Pasteurizador com capacidade de 1500 litros por hora;
- Embaladeira com capacidade de 2000 unidades por hora;
- Tanque de recepção de leite com capacidade de 500 litros;
- logurteira com capacidade de 200 litros;
- Tacho de doce com capacidade de 200 litros.

16. Acordo de resultados

Foi estabelecido um acordo de resultados entre as instituições participantes do projeto que se propõe a alcançar as metas até 31/12/17.

17. Responsabilidades

Para a execução deste projeto e alcançar os resultados propostos as instituições participantes se comprometem a contribuir, participar das ações, realizar as ações propostas, fornecer informações e responder as pesquisas quando necessário.

18. Resultados do projeto

O projeto elaborado pelo SEBRAE de Bauru em parceria com o SENAR, SAGRA e Sindicato Rural de Bauru espera obter os seguintes resultados:

1. Aumentar o faturamento de cada empreendimento em 10%;
2. Reduzir os custos em relação ao faturamento em 4%;
3. Obter padrão de qualidade do leite em 70%.

Colocamos as informações do projeto de desenvolvimento da bovinocultura de leite de forma a distribuí-las nas dimensões, categorias, parâmetros e ações do MATER (Quadro 10).

DIMENSÃO	CATEGORIA	CODIGO	PARÂMETRO	AÇÕES	DESCRIÇÃO
PRODUTIVA TERRITORIAL	CRÉDITO	1	ACESSO AO CRÉDITO	APOIO A	Realizar seminário Rancho do Crédito Rural
	PRODUTIVIDADE	11	AUMENTO DA PRODUTIVIDADE	AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DA ATIVIDADE	Kit como controlar sua produção de leite
	COMERCIALIZAÇÃO	13	VENDA DOS PRODUTOS	VENDA DIRETA DE PRODUTOS SEM INTERMEDIARIO	Capacitar produtores na venda de produtos para o governo no campo
		14	VENDA DOS PRODUTOS	APOIO A COMERCIALIZAÇÃO	Capacitar em como negociar no campo
		16	VENDA DOS PRODUTOS	ESTUDO DE MERCADO/SETORIAIS	Realizar palestra conheça seu mercado
	RENDIA	20	RENDIA DOS BENEFICIÁRIOS	AUMENTO DA RENDIA DOS PRODUTORES	Aumentar o faturamento da atividade em 10%
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	ASSISTÊNCIA / ORIENTAÇÃO TÉCNICA	26	ORIENTAÇÃO TÉCNICA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	Diagnostico inicial
		26	ORIENTAÇÃO TÉCNICA	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	Diagnostico final
		26	ORIENTAÇÃO TÉCNICA	ASSISTENCIA TÉCNICA	Orientação ao cliente presencial
		28	ACESSO A TECNOLOGIAS	CAPACITAÇÃO OU FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORES	Realizar viagem técnica a feiras do setor
	TECNOLOGIA	30	ACESSO A TECNOLOGIAS	DIFUSÃO TECNOLÓGICA	Realizar cursos do SENAR em Bovinocultura de leite
		38	ACESSO A TECNOLOGIAS	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	Realizar a oficina inove para ganhar mais
SOCIAL	CAPACITAÇÃO	39	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO	Realizar palestra sobre associativismo e cooperativismo
	CAPACITAÇÃO	42	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	Realizar consultoria financeira
	CAPACITAÇÃO	45	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	GERENCIAL	Reduzir em 4% os custos totais em relação ao faturamento
	CAPACITAÇÃO	47	criação ou fortalecimento de associações ou cooperativas	ORGANIZACIONAL	Realizar planejamento participativo
	CAPACITAÇÃO	54	TECNICA OU PROFISSIONAL	EDUCAÇÃO TECNICO-PROFISSIONALIZANTE	Obter padrão de qualidade do leite em 70%
	CAPACITAÇÃO	48	GESTAO DE NEGOCIOS	OFICINA DE APRIMORAMENTO E GESTÃO DA PROPRIEDADE	Realizar oficina planeja leite

Quadro 10 - Projeto de desenvolvimento da bovinocultura de leite do MATER – dimensões produtiva territorial, tecnologia e inovação, social- categorias, parâmetros e ações

A seguir, nos quadros 11,12 e 13 colocamos um exemplo, para cada dimensão, dos cálculos para obter as notas da efetividade. Nesta simulação avaliamos os trabalhos da ATER em quatro datas com o prazo máximo de execução em 31/12/17.

Dimensão Produtiva Territorial						
Categoria	Crédito					
Parâmetro	Acesso ao crédito					
Ação	Apoio a operacionalização do crédito					
Descrição	Realizar seminário Rancho do Crédito Rural					
Resultado Esperado	2 horas					
Realizado						
Orçado	2					
Data início previsto	06/02/2017	Data fim previsto	05/08/2017			
Data início efetivo	13/02/2017	Data fim efetivo	05/08/2017			
SINALIZADOR	ATRASADO		SINALIZADOR	NO PRAZO		
Dias para execução previsto	180					
Dias para execução efetivo	173					
Situação atual						
Data	13/02/2017	08/03/2017	07/05/2017	05/08/2017	03/11/2017	31/12/2017
Tempo de execução (dias)	7	30	90	180	180	180
Realizado	0	1	1	2	2	2
% realizado da ação	0,00000	50,00000	50,00000	100,00000	100,00000	100,00000
% do tempo de execução	3,88889	16,66667	50,00000	100,00000	100,00000	100,00000
Valor para procurar na tabela	0,00000	300,00000	100,00000	100,00000	100,00000	100,00000
Nota efetividade	1,000	6,000	5,900	5,900	5,900	5,900
Média ação em andamento	1,000	1,000	6,000	5,600	4,400	0,000
Média ação concluída	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	5,900
Indicador de Efetividade	0,500	0,500	3,000	2,800	2,200	2,950

Quadro 11 - Cálculo para notas da efetividade- dimensão produtiva territorial

Dimensão Social						
Categoria	Capacitação					
Parâmetro	Associativismo e Cooperativismo					
Ação	Associativismo e Cooperativismo					
Descrição	Realizar palestra sobre associativismo e cooperativismo					
Resultado Esperado	2 horas					
Realizado						
Orçado	2					
Data início previsto	06/02/2017	Data fim previsto	05/08/2017			
Data início efetivo	13/02/2017	Data fim efetivo	05/08/2017			
SINALIZADOR	ATRASADO		SINALIZADOR	NO PRAZO		
Dias para execução previsto	180					
Dias para execução efetivo	173					
Situação atual						
Data	13/02/2017	08/03/2017	07/05/2017	05/08/2017	03/11/2017	31/12/2017
Tempo de execução (dias)	7	30	90	180	180	180
Realizado	0	1	1	1	2	2
% realizado da ação	0,00000	50,00000	50,00000	50,00000	100,00000	100,00000
% do tempo de execução	3,88889	16,66667	50,00000	100,00000	100,00000	100,00000
Valor para procurar na tabela	0,00000	300,00000	100,00000	50,00000	100,00000	100,00000
Nota efetividade	1,000	1,000	6,000	5,600	4,400	5,900
Média ação em andamento	1,000	1,000	6,000	5,600	4,400	0,000
Média ação concluída	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	5,900
Indicador de Efetividade	0,500	0,500	3,000	2,800	2,200	2,950

Dimensão Tecnologia e Inovação						
Categoria	Tecnologia					
Parâmetro	Acesso a Tecnologias					
Ação 1	Difusão tecnológicas					
Descrição	Realizar cursos do SENAR em Bovinocultura de leite					
Resultado Esperado	80 horas					
Realizado						
Orçado	80					
Data inicio previsto	06/02/2017	Data fim previsto	31/12/2017			
Data inicio efetivo	13/02/2017	Data fim efetivo	31/12/2017			
SINALIZADOR	ATRASADO		SINALIZADOR	NO PRAZO		
Dias para execução previsto	328					
Dias para execução efetivo	321					
Situação atual						
Data	13/02/2017	08/03/2017	07/05/2017	05/08/2017	03/11/2017	31/12/2017
Tempo de execução (dias)	7	30	90	180	270	328
Realizado	0	20	20	60	60	60
% realizado da ação	0,00000	25,00000	25,00000	75,00000	75,00000	75,00000
% do tempo de execução	2,13415	9,14634	27,43902	54,87805	82,31707	100,00000
Valor para procurar na tabela	0,00000	273,33333	91,11111	136,66667	91,11111	75,00000
Nota efetividade	1,000	6,000	5,600	6,000	5,600	4,900
Média ação em andamento	1,000	1,000	6,000	5,600	4,400	0,000
Média ação concluída	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	5,900
Indicador de Efetividade	0,500	0,500	3,000	2,800	2,200	2,950

Quadro 13 - Cálculo para notas da efetividade- dimensão tecnologia e informação

Feitos os cálculos em cada dimensão, categorias e ação, elaboramos um quadro com o resumo da simulação das notas da efetividade (quadro 14).

DIMENSÃO	CATEGORIA	AVALIAÇÃO 07/05/2017 NOTAS	EFETIVIDADE	AVALIAÇÃO 05/08/2017 NOTAS	EFETIVIDADE	AVALIAÇÃO 03/11/2017 NOTAS	EFETIVIDADE	AVALIAÇÃO 31/12/2017 NOTAS	EFETIVIDADE
Produtiva Territorial	Crédito	5,9	5,612	5,9	5,294	5,9	5,457	5,9	5,379
	Média Indicador	5,900		5,900		5,900		5,900	
	Produtividade	5,9		5,9		5,9		5,9	
	Média Indicador	5,900		5,900		5,900		5,900	
	Comercialização	5,9		5,9		5,9		5,9	
	Média indicador	5,900		4,567		5,900		5,900	
	Renda	6		6		4,4		3,1	
	Média indicador	5,800		3,8		4,4		4,9	
				4,900		4,400		4,000	
Tecnologia e Inovação	Assistência técnica	6	5,612	5,9	5,294	5,9	5,457	5,9	5,379
		6		5,9		5,9			
		3,9		2,9		2,9			
		1		5,9		5,9			
	Média indicador	4,225		5,150		5,150		5,150	
Tecnologia	5,6	6	5,6	4,9					
Média indicador	6	6	5,9	5,9					
		5,800	6,000	5,750	5,400				
Social	Capacitação	5,9	5,612	3,9	5,294	3,9	5,457	3,9	5,379
		6		5,9		5,9			
		6		5,1		5,4			
		4,9		3,4		4,9			
		6		4,9		5,9			
	Média indicador	5,760		4,640		5,200		5,400	

Quadro 14 - Quadro resumo das simulações de notas de efetividade

19. Resultado do MATER

Depois de aferida a avaliação a ATER recebe um conceito conforme a tabela 11. No nosso exemplo a ATER recebeu o conceito “Muito Bom”.

Tabela 11 - Exemplificação de conceito pós-avaliação

	RESULTADO MATER			
	07/05/2017	05/08/2017	03/11/2017	31/12/2017
QUALIDADE	4	4	4	4
EFETIVIDADE	5,612	5,294	5,457	5,379
Avaliação ATER	5,209	4,9705	5,09275	5,03425
Conceito	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom	Muito Bom

Concluimos que ao realizarmos a distribuição das ações programadas no MATER verificamos que a dimensão Ecologia não recebeu nenhuma ação no programa e, mesmo com a grande maioria das ações recebendo notas próximas do máximo, não foi possível receber o conceito de “Excelente”. A dimensão Ecologia é um assunto importante para os produtores rurais que atuam com bovinocultura de leite e ações que capacitem os produtores no CAR e no novo Código Florestal contribuem para melhorar a gestão da sua propriedade rural.

7. REFERÊNCIAS

- ABBOT, J.; GUIJT, I. **Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. 96 p.
- ABELARDO, G.P. **Estratégias de desenvolvimento para o Brasil rural: balanço e perspectivas a partir da experiência paulista**. 2004. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000408746>>. Acesso em: 10 out. 2016.
- ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia**. Brasília: Mec, 1989. 182 p.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. (Coord.). **Implantação de metodologia de aplicabilidade e avaliação da eficácia e coesão social da política nacional de Ater (Pnater)**. Campinas: Feagri/Unicamp, Brasília: MDA/SAF-DATER, 2007. (Projeto de Pesquisa).
- BORDENAVE, J.E. D. **O que é comunicação rural**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, 105 p.
- BRASIL, MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Perfil das instituições de assistência técnica e extensão rural para agricultores**. 2003. Disponível em <http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/formaodeagentesdeater/contents/bug?format=tabela&f_state=54&bug_number=10>. Acesso em: 10 out. 2016.
- BRASIL. **Lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010**. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da outras providências. Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei nº 8.171 de 17 de janeiro de 1991**. Fixa os fundamentos, define os objetivos e as competências institucionais, prevê os recursos e estabelece as ações e instrumentos de política agrícola, relativamente as atividades agropecuárias, agroindústrias e de planejamento das atividades pesqueira e florestal.

BRASIL., MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Caderno de boas práticas de ATER**. 2016. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps03.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

CALLOU, A. B. F. **Extensão rural**: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2007. 118 p.

CAPORAL, F. R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. 1998. 532p. Tese de Doutorado.

CAPORAL, F. R. **Extensão Rural e Agroecologia**: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível. Coordenado por Francisco Roberto Caporal. Brasília, 2009. 398 p.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional a extensão rural para o desenvolvimento sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Brasília, set. 2006, texto em fase de publicação.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, Renato S. **Multifuncionalidade da agricultura familiar**. In: Cadernos do CEAM. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate. Brasília: ano V, n.17, p.43-58, fev 2005. Disponível em: <http://cmapspublic2.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVROFINAL.pdf> . Acesso em: 08 jan. 2017.

CARTILHA Plano Safra 2016/2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safr_2016_2017_1.pdf>. Acesso em: 08 jan.2017.

CASTRO, A. G. de. **Análise da competitividade de cadeias produtivas**. Palestra apresentada no Workshop cadeias produtivas e Extensão Rural na Amazônia. Manaus, ago. 2000.

CATI. **Coordenadoria de Assistência Técnica Integral**. Criada pelo decreto 41.608 de 24 de fevereiro de 1997. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1997/decreto-41608-24.02.1997.html>> . Acesso em: 10 set. 2016.

CEPEA. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>>. Acesso em: 03 mar. 2017.

COHEN, E.; FRANCO, R. Avaliação de projetos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **PAA - Programa de Aquisição de Alimentos** (PAA). Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

EMATER. **Agenda estratégica**, 2013. Disponível em <www.emater.pr.gov.br>. Acesso em: 10 set. 2016.

FAVARETO, A. **Um contraponto à tese da “argentinização” do desenvolvimento rural no Brasil**. 2013. Disponível em: <<file:///C:/Users/Sergio/Desktop/Um%20contraponto%20a%20tese%20da%20argentiniza%C3%A7%C3%A3o%20do%20desenvolvimento%20rural%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2016.

FEAP - **Fundo de expansão do agronegócio paulista**. Disponível em: <<http://www.agricultura.sp.gov.br/quem-somos/feap-credito-e-seguro-rural/feap-linhas-de-financiamento/>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FNDE – **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-apresentacao>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Tradução de Rosisca Darcyde Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93 p.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94541.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

IEA. **Análises e Indicadores do Agronegócio**. v 11, n.5, maio de 2016. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2016.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

Indicadores Agropecuários. **Revista Indicadores da agropecuária**. Brasília, ano XXV, n.12, dezembro 2016, p. 01-112. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_12_28_11_44_11_revista_indicadores_da_agropecuaria__dezembro_2016_versao_final_%28interne%29.pdf>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

LASSANCE. A. E.; PEDREIRA. J. S., **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. 216 p.

LAUSCHNER, R. **Agribusiness, cooperativa e produtor rural**. São Leopoldo: Unisinos, 1993. 293 p.

LOPES, P. R.; LOPES, K. C. S. A. REDD – **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 4, n. 1, jul/dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/5047/4185>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MERRIAM, G. 1984. **Connectivity**: a fundamental ecological characteristic of landscape pattern. Pages 5-15 in J. Brandt and P. Agger, eds. Proceedings of the 1st international seminar on methodology in landscape ecological research and planning. Roskilde University, Denmark. Disponível em <<https://www.nceas.ucsb.edu/~mcræe/publications/chapter1.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

MINÁ, M.D. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, Viçosa, v.18, nº2, p 11-21, 2007.

NETO, O.C; MOREIRA, M. R. ; SUCENA, L.F.M. **Grupos focais e pesquisa social qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**.IN: XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/Com_JUV_PO27_Neto_texto.pdf> . Acesso em: 14 out. 2016.

OLIVEIRA, M. M. **A conjugação do crédito rural à assistência técnica no Brasil**: análise da experiência do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural. Brasília, 1984. 76 p.

PEDREIRA, S.J et. al. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, 216 p.

PEIXOTO, M. **A extensão privada e a privatização da extensão**: uma análise da indústria de defensivos agrícolas. Rio de Janeiro, 2009, 331 p.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil**: uma abordagem histórica da legislação. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008, 50 p. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao/view>>. Acesso em: 17 out. 2016.

SECRETARIA DE ABASTECIMENTO DE BAURU. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável 2010-2013**. Secretaria de Agricultura e Abastecimento de Bauru.

PLS 790, 2015. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias//materia/124487>>. Acesso em: 09 jan. 2017.

PNAE – **Programa Nacional de Alimentação Escolar** – Histórico. Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>>. Acesso em: 22 de jan. 2017.

PRONAF – **Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_3/ps01.pdf>. Acesso em: 20 ago 2016.

RIBEIRO, J. P. **A saga da extensão rural em Minas Gerais**: CPP/EMATER. 2000, 270 p.

SAGRA. **Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Bauru**.

SAMMARCO, Y.M. SOUZA, A.M. **Águas e paisagens educative da bacia Tietê-Jacaré**: material didático em educação ambiental para a UGRHI Tietê-Jacaré. Jaú, SP: Instituto Pro Terra, 2010. Disponível em: <<http://www.institutoproterra.org.br/attach/upload/aguasepaisagenseducativasdabaciatiete-jacare.pdf>>. Acesso em: 20 ago 2016.

SEAF – Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

Cartilha Plano Safra. Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/cartilha_plano_safra_2016_2017_1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2017.

SIATER – **Sistema Informatizado de ATER**. Disponível em:

<<http://siater.mda.gov.br/sys/siater/public/listagem>>. Acesso em: 20 ago 2016.

SILVA, E. **Fundamentos de comunicação e extensão florestal**. Viçosa, MG: Suprema, 2008. 72 p.

SILVA, R. C. **Extensão rural**. São Paulo: Érica, 2014. 120 p.

SILVA, R.O.P. **Assistência técnica e extensão rural no Brasil**: um pouco de sua história. Análise e indicadores do Agronegócio. Disponível em:

<<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/AIA/AIA-33-2016.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2016.

SWANSON, B. E. **Estudio mundial sobre buenas prácticas de los servicios de extension y asesoramiento agropecuários en el mundo**. Oficina de Intercambio de Conocimientos, Investigación y Extensión. Organización de las naciones unidas para la agricultura y la alimentación. Roma, 2010. Disponível em:

<<http://www.fao.org/uploads/media/a-i0261s.pdf>>. Acesso em: 10 jan.2017.

VAN BELLEN; H.M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Santa Catarina, 2002. 235 p.

ANEXO A
QUESTIONÁRIO DE CAMPO

Pesquisa os Princípios da PNATER são contemplados pela ATER de Bauru

Data da entrevista	Entrevistador

- 1- Qual a quantidade de ATER existente em Bauru?
- 2- Qual a natureza jurídica da ATER
- 3- Qual a sua formação técnica?
- 4- Qual a área geográfica de atuação
- 5- Qual a estrutura (equipamentos, veículos) de trabalho
- 6- Qual o tamanho da propriedade, quantidade de produtores, atividade, escolaridade, idade, sexo e renda bruta anual dos produtores?
- 7- Qual o perfil da cadeia produtiva do público atendido
- 8- Quais as capacitações realizadas sobre a PNATER?
- 9- Qual a sua percepção sobre a PNATER?
- 10- Qual a missão e objetivos da ATER?
- 11- Os princípios da PNATER são efetivados pela instituição?
- 12- Os produtores são atendidos conforme os princípios da PNATER?
- 13- Como os princípios são colocados em prática?
- 14- Qual a metodologia de trabalho?
- 15- Qual o número e perfil de parcerias institucionais?
- 16- Qual a forma de monitoramento e avaliação das atividades realizadas?
- 17- O município é dividido em quantas regiões e quantos técnicos atuam nestas regiões?
- 18- O escritório de ATER atua em quantas comunidades e com quantas associações ou cooperativas?
- 19- Existe a dedicação exclusiva de funcionários a algum programa ou projeto?
- 20- A gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de ATER atingem todos os beneficiários considerados público alvo da PNATER?

- 21- O público alvo da PNATER (os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais; os agricultores familiares ou empreendimentos familiares rurais, os silvicultores, aqüicultores, extrativistas e pescadores) participam da construção da gestão das políticas públicas da Secretaria Especial do Desenvolvimento Agrário?

POLITICA PÚBLICA / SEAF	FORMA DE GESTÃO	OBS
Pronaf		
ATER		
PAA		
PNAE		
PNCF		
PAC2		
SUASA		
TERRA LEGAL		
PROGRAMA TERRA LEGAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIARIA		
TERRA FORTE		
BIODIESEL		
GARANTIA SAFRA		
DIREITO E CIDADANIA		
REFORMA AGRÁRIA		
PRONERA		
PRONATEC		
PNDRT		
ORGANIZACAO PRODUTIVA DAS MULHERES RURAIS		
TERRITORIO DA CIDADANIA		
ARCA DAS LETRAS		
PROINF		

22 - O desenvolvimento rural do município está compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente?

23 - O público alvo da PNATER adotam uma agricultura de base ecológica? Com preferência para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis?

24 - O atendimento realizado pela ATER considera a equidade de gênero, geração, raça e etnia?

25 - Como a ATER está contribuindo para segurança e soberania alimentar e nutricional?

26 - Como os extensionistas percebem a PNATER em seu cotidiano?

27 - Existe condições suficientes (funcionários, infraestrutura) para efetivá-la?

28 - Os extensionistas conhecem a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural?

29 - Como os princípios da PNATER são colocados em prática.

30 - Houve treinamento, capacitação dos funcionários para compreender os princípios da PNATER?

31 - Como é realizado o monitoramento e avaliação dos trabalhos de ATER?

32 - Entraves

Principais entraves para uma melhor atuação (colocar em ordem de importância)

1 = mais importante, 2 = importante, 3 = regular, 4 = pouco importante, 5 = sem importância)

Tipo de entrave	Detalhar	Importância
Tecnológico		
Institucionais		
Políticas Públicas específicas para o setor		
Políticas Públicas em geral		
Estrutura agrária da região		
Volume de recursos financeiros		
Continuidade dos recursos financeiros		
Outros		

33 - Outras observações e detalhes sobre as condições da entrevista

ANEXO B

PRÁTICA DO GRUPO FOCAL

ORGANIZAÇÃO DO LOCAL: em círculo

APRESENTAÇÃO: informal, explicação da Pesquisa.

INTRODUÇÃO: Nome do pesquisador, objetivo do estudo e do grupo focal, a GRAVAÇÃO é para facilitar a análise das informações com o conhecimento e autorização dos participantes.

IMPORTANTE A PARTICIPAÇÃO DE TODOS NO DEBATE

APÓS O FECHAMENTO DO DEBATE AS INFORMAÇÕES VÃO COMPOR A ANÁLISE

INTERPRETATIVA E DISCUSSÃO DO TRABALHO DE MESTRADO

APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

QUESTÕES CHAVE :

1 – Desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;

Existe planejamento para o DRS ()

Número de produtores ()

Quais as técnicas utilizadas ()

Condições adequadas para executar esse princípio ()

Resultados alcançados ()

2 - Gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;

Condições adequadas para executar este princípio ()

Quantos produtores são atendidos ()

Como se encontra a ATER para atender este princípio ()

Resultados alcançados ()

3 - Adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;

É feito um planejamento anual ? Explique ()

Ocorre parcerias para esta construção? ()

O produtor rural busca esta construção participativa ()

Qual a metodologia empregada ()

Como se encontra a ATER para atender este princípio ()

Resultados alcançados ()

4 - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;

Existe planejamento para executar a agricultura de base ecológica ()

Como é executado os princípios da agricultura de base ecológica ()

Quantos produtores utilizam estes princípios de base ecológica no município ()

Como se encontra a ATER para atender este princípio ()

Quais os resultados alcançados ()

5 - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia;

A ATER atende este princípio ()

Qual o seu entendimento sobre esta equidade ()

Como se encontra a ATER para ajudar neste princípio ()

6 - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Qual o planejamento feito ()

Quantos produtores são envolvidos ()

Qual a metodologia empregada ()

Como se acha a ATER para ajudar neste principio ()

Quais os resultados alcançados ()

Esgotadas todas as questões e diretivas previstas, o Mediador deverá pedir aos participantes que façam breves comentários sobre o que acharam da dinâmica e mencionem possíveis pontos não abordados que julguem importantes. Ultrapassada essa etapa, ele encerrará a discussão, agradecendo a participação de todos, enfatizando a importância de cada opinião e acrescentando que futuramente serão informados sobre o andamento da pesquisa.

ANEXO C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na Pesquisa A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E OS DESAFIOS PARA A SUA EFETIVAÇÃO EM BAURU - SP, que tem como objetivo geral investigar as oportunidades e ameaças aos serviços de ATER no município de Bauru e a necessidade de reformulações para aumentar a efetividade e qualidade da implantação da PNATER, instituída pela LEI DA ATER.

Por intermédio deste Termo são-lhes garantidos os seguintes direitos: (1) solicitar, a qualquer tempo, maiores esclarecimentos sobre esta Pesquisa; (2) sigilo absoluto sobre nomes, apelidos, datas de nascimento, bem como quaisquer outras informações que possam levar à identificação pessoal; (3) ampla possibilidade de negar-se a responder a quaisquer questões ou a fornecer informações que julguem prejudiciais à sua integridade física, moral e social; (4) opção de solicitar que determinadas falas e/ou declarações não sejam incluídas em nenhum documento oficial, o que será prontamente atendido; (5) desistir, a qualquer tempo, de participar da Pesquisa.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste ‘Termo de Consentimento Livre e Esclarecido’, e entender que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na Pesquisa. Poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimentos sobre esta Pesquisa; recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa, solicitar a não inclusão em documentos de quaisquer informações que já tenha fornecido e desistir, a qualquer momento, de participar da Pesquisa. Fico ciente também de que uma cópia deste termo permanecerá arquivada com o Pesquisador da ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE responsável por esta pesquisa.”

Bauru, ____ de _____ de 2016

Participante: _____

Endereço: _____

Assinatura do Pesquisador

ANEXO D

MATRIZ DE AMARRAÇÃO

TEMA						
DELIMITAÇÃO DO TEMA						
PERGUNTA DE INVESTIGAÇÃO						
OBJETIVOS						
OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	PONTOS A SEREM INVESTIGADOS	FONTE DE INFORMAÇÃO	TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS	RESULTADO ESPERADO